



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE**

MARY LÚCIA GOMES SILVEIRA DE SENNA

**PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO AMBIENTAL DOS GUIAS/CONDUTORES DE  
TURISMO E DOS TURISTAS DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO/TO, COMO  
FATOR INFLUENCIADOR DA PRÁTICA ECOTURÍSTICA**

PALMAS – TO  
2008

**MARY LÚCIA GOMES SILVEIRA DE SENNA**

**PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO AMBIENTAL DOS GUIAS/CONDUTORES DE  
TURISMO E DOS TURISTAS DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO, COMO  
FATOR INFLUENCIADOR DA PRÁTICA ECOTURÍSTICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente, área de concentração desenvolvimento sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Flavo Marini Adorno  
Co-orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Hilda Dutra Magalhães

PALMAS – TO  
2008

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins  
Campus Universitário de Palmas**

**S478p** Senna, Mary Lúcia Gomes Silveira de  
Percepção e representação ambiental dos Guias/Condutores de Turismo e dos Turistas do Parque Estadual do Jalapão/TO, Como Fator Influenciador da Prática Ecoturística / Mary Lúcia Gomes Silveira de Senna. – Palmas, 2008.  
115 f.

Dissertação – Universidade Federal do Tocantins, Mestrado em Ciências do Ambiente, 2008.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Flavio Marini Adorno

1. Percepção Ambiental. 2. Jalapão. 3. Guias/Condutores de Turismo.

**CDD 628**

**Bibliotecário: Heloisa dos Santos Brasil  
CRB-2 / 1158**

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS** – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**“PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO AMBIENTAL DOS GUIAS/CONDUTORES E  
DOS TURISTAS DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO, COMO FATOR  
INFLUENCIADOR DA PRÁTICA ECOTURÍSTICA”**

MARY LÚCIA GOMES SILVEIRA DE SENNA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente,  
da Universidade Federal do Tocantins, para obtenção do título de Mestre em  
Ciências do Ambiente, linha de pesquisa Turismo Sustentável.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Lúcio Flavo Marini Adorno  
UFT – TO

1º Examinador: \_\_\_\_\_

Profª. Drª. Elineide Eugênio Marques  
UFT - TO

2º Examinador: \_\_\_\_\_

Profª. Drª. Solange Terezinha de Lima Guimarães  
UNESP - SP

Palmas –TO, 06 de março de 2008

## DEDICATÓRIA

*Ao meu amado marido, companheiro de todas as horas, por acreditar em mim,  
sempre ajudando a transformar os meus sonhos em grandes conquistas...*

*Ao meu Pai e minha Mãe, por dedicar as suas vidas à minha felicidade.*

*O meu eterno agradecimento!*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Dr. Lúcio Flavo Marini Adorno pela orientação, apoio, amizade e confiança depositada em mim e no meu trabalho.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Hilda Gomes Dutra Magalhães, pelas valiosas contribuições dadas no decorrer desta trajetória.

À Universidade Federal do Tocantins, em especial ao Núcleo de Estudos Estratégicos e Avaliação Ambiental em Turismo Sustentável, pela oportunidade de realizar um sonho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e Fundação O Boticário, pelo apoio a esta pesquisa.

Aos professores do Mestrado em Ciências do Ambiente que compartilharam seus conhecimentos e com quem muito aprendi, em especial Dr. Bertolin por sua amizade.

À professora Dr<sup>a</sup>. Olívia Silva e aos colegas de Porto Nacional pelo incentivo.

A todos os guias e condutores de turismo que acreditaram nesta pesquisa e nos confiaram suas idéias, como também, aos turistas que, gentilmente, cederam seu tempo de lazer para que esse trabalho pudesse ser concretizado.

Aos moradores da região do Jalapão e gestores públicos que me apoiaram na realização deste projeto que tão bem me receberam, acreditando em dias melhores e em um turismo sustentável para a região do Jalapão.

Aos estagiários Kellem, Aneliese, Deila, Bárbara e Thales que tanto me auxiliaram na jornada de campo.

À Raquel e Roberto pelo apoio dado na pesquisa.

Ao meu amor, André Machado de Senna, pelo companheirismo na vida e no campo, que abdicou de seus poucos momentos de lazer para me acompanhar e principalmente, por tanto acreditar no meu potencial, até quando eu mesmo não acreditava mais.

Ao Sr. Antônio e D. Maria, meus amados pais, pelo amor constante e por me ensinarem a valorizar as pequenas coisas da vida, acreditando sempre nas pessoas.

A todos da família Machado de Senna, pela torcida e incentivo, em especial, à D.Penha, minha querida sogra, e à Ligia, minha cunhada, pelas orações e palavras de apoio.

À minha cunhada e irmã Tocantinense, Rosa Sena, por também acreditar no meu potencial e por me ajudar na realização deste sonho, auxiliando com sua experiência, disposição e palavra amiga.

Ao meu cunhado, Miguel pelo apoio no início desta jornada. Aonde quer que você esteja, tenho certeza que também está feliz com esta conquista.

Aos meus colegas de mestrado por compartilharem comigo suas experiências, alegrias e angústias nesta vitória, em especial a Eliene, Juliana e Fátima, pelo carinho e amizade.

A todos os colegas e amigos que fiz em campo, com quem tanto aprendi, em especial, Lúcio, Veruska, Bruno, Mariana, Cristiano, Flávia, Vaninha e Eliane.

A todos os meus colegas da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo que me apoiaram no início desta jornada.

A todos aqueles que eu não citei e que, seja com uma palavra simples ou com discussões acerca da pesquisa, muito contribuíram para a realização deste sonho.

A todos vocês o meu muito obrigada!

Mary Senna

“A verdadeira viagem do descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ver com novos olhos.”

Marcel Proust

## RESUMO

O Parque Estadual do Jalapão - PEJ, criado pela Lei nº. 1.203/2001, tem como principal objetivo a preservação dos recursos naturais da região, permitindo assim o aproveitamento indireto de seus benefícios, sendo a atividade turística uma das principais beneficiadas. Mas a região vem sofrendo uma crescente pressão antrópica que tem colocado em risco o patrimônio natural e cultural. Desta forma, o presente estudo analisou a percepção ambiental dos guias/condutores de turismo e dos turistas, analisando assim a interferência dos guias e condutores no processo de visitação, entendendo assim, que este seja um dos caminhos para assegurar a preservação do PEJ. Foi definida uma amostra intencional de 23 guias ou condutores de turismo e 107 turistas a serem entrevistados. A metodologia utilizada foi baseada, em um primeiro momento, no estudo de Palma (2004), realizando uma visita a campo, em que observou o meio de atuação dos guias e condutores de turismo que trabalham nos atrativos do PEJ. Em um segundo momento foi realizada uma pesquisa exploratória através de questionários com questões fechadas e abertas que foram aplicadas tanto aos guias e condutores, quanto com os ecoturistas que visitaram o local. As representações de meio ambiente foram baseados na metodologia de Sauv e *et al.* (2000 adaptado por SATO, 2001, apud FIORI, 2002), sendo também adaptados ao público-alvo da presente pesquisa. Ainda nesta etapa, foram apresentadas questões relativas   percep o dos entrevistados quanto aos impactos ambientais negativos da região, se houve educa o ambiental nos roteiros e se houve alguma mudança no olhar do turista antes e depois de conhecer o Jalapão. Da mesma forma, foram feitas entrevistas com os guias e condutores, que juntamente com estas questões, foi discutido também a atua o dos guias e condutores de turismo no PEJ, para isto, foram apresentadas fotografias dos locais mais visitados. Foram ainda trabalhadas, fotos de alguns locais que estão sofrendo algum tipo de impacto ambiental negativo, com intuito de analisar se os profissionais percebiam os impactos sofridos, bem como, fotos sobre a percep o dos guias quanto a ambiente construídos e naturais, buscando suas opiniões sobre o tema. Os dados apontaram que a comercializa o de produtos turísticos pode estar gerando uma indu o imaginária, criando assim, uma expectativa diferente do que o turista encontrar  em sua visita. Foi observado também que, apesar de condutas inadequadas, os guias e condutores de turismo, contribuem para a preserva o ambiental ao se levar em conta que 81% dos turistas que visitam o PEJ sem a presença do guia, não recebem nenhum tipo de orienta o quanto a conduta a serem adotadas, ao passo que 52% dos turistas com guia a recebem. Tendo as classifica es de meio ambiente elaboradas por Sauv e *et al.* (2000) como um parâmetro de representa o ambiental, tanto os guias quanto os turistas entrevistados (acompanhados ou não do profissional) possuem uma visão de meio ambiente que dissocia o homem da natureza, criando uma lacuna a ser eliminada.   importante reconstruir o sentimento de pertencimento, e, através da educa o ambiental, explorar os vínculos existentes entre homem e natureza. Apesar dos profissionais hoje não atuarem de maneira eficaz de forma a contribuir efetivamente para a preserva o ambiental do local, eles podem vir a ser agentes multiplicadores e transformadores que auxiliam na fiscaliza o e monitora o ambiental. Sugere-se a capacita o destes profissionais para que haja uma atua o significativa.

## ABSTRACT

The State Park of Jalapão - PEJ, created by the Article of Law nº. 1.203/2001, has as its main objective the preservation of the region's natural resources, thus allowing the indirect exploitation of its benefits, tourist activity being one of the most benefited. However, the region has begun suffering from increasing human pressure which as a result has placed in risk the natural and cultural patrimony. In relation to this the present study has analyzed the environmental perception of the tourist guides and tourists, thus analyzing the interference of the guides in the visiting process, and coming to the conclusion that this is one of the ways of assuring the preservation of the PEJ. An intentional sample of 23 tourist guides and 107 tourists were chosen to be interviewed. The methodology applied was based firstly on the study of Palma (2004), carried out through a field visit, from which was observed the performance of the tourist guides who worked in the attractions of the PEJ. Secondly an exploratory research through questionnaires with opened and closed questions were applied to the tourist guides as well as to the eco-tourists who had visited the local. The environment representations were based on the methodology of Sauv   *et al.* (2000 adapted for SATO, 2001, apud FIORI, 2002), being also adapted by the present research object. Also, at this stage, relative questions so as to the perception of those interviewed were presented in relation to the negative environmental impacts of the region, such as if there were any environmental education information in the scripts and if there were any differences in the tourists expressions before and after their visit to Jalapão. In the same manner besides the interviews with the tourist guides and the questionnaires, it was also discussed the performance of the tourist guides in PEJ, for this to done, pictures of the most visited places were presented. It was also studied pictures of some of the places that were suffering from some type of negative environmental impact with intention of analyzing if the professionals had perceived these impacts that were suffered as well as pictures of the perception of the tourist guides to the constructed and natural environment, and their opinions on the subject. The data has pointed out that the commercialization of tourism products could be generating an imaginary induction, thus creating, a different expectation of that the tourists on their visits. It was also observed that although of the inadequate behavior of the tourism guides, they have contributed to the preservation of the environment. Taking into account that 81% of the tourists who visited the PEJ without the presence of a guide and did not receive any type of orientation as to the kind of behavior to be adopted, in relation to the 52% of the tourists with the orientation of guides. Taking into considerations the environmental classifications elaborated by Sauv   *et al.* (2000) as a parameter of environmental representation, the guides as well as the tourists interviewed (accompanied or not by a professional) possessed a vision that dissociate with the nature of man, creating a gap to be eliminated. It is important to reconstruct the feeling of belonging, and through the environmental education explore the existing bonds between man and nature. Despite the fact that current professionals today do not act in an efficient manner to contribute effectively to the environmental preservation, they can become multiplying and transforming agents who can assist in the inspection and monitoring of the environment. It is suggested that to have a significant performance these professionals should be trained and qualified.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1 OBJETIVOS .....	17
1.1.1 <b>Objetivo Geral</b> .....	17
1.1.2 <b>Objetivos Específicos</b> .....	17
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	<b>18</b>
<b>3 PAISAGEM, TURISMO E PERCEPÇÃO</b> .....	<b>28</b>
3.1 A VISITAÇÃO E O TURISMO DE NATUREZA .....	33
3.2 ESPAÇO, LUGAR E PAISAGEM .....	42
3.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL .....	44
3.4 PERCEPÇÃO AMBIENTAL E ATIVIDADE TURÍSTICA .....	50
<b>4 O JALAPÃO</b> .....	<b>60</b>
4.1 SITUAÇÃO .....	60
4.2 CARACTERÍSTICA DA REGIÃO .....	61
4.3 PROJETOS E ESTUDOS NO JALAPÃO .....	63
4.4 TURISMO NO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO .....	64
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>68</b>
5.1 OBSERVAÇÃO <i>IN LOCO</i> .....	68
5.1.1 <b>Primeiro Roteiro</b> .....	68
5.1.2 <b>Segundo Roteiro</b> .....	71
5.2 PERCEPÇÃO DO TURISTA .....	75
5.2.1 <b>Perfil dos Turistas</b> .....	75
5.3 PERCEPÇÃO DOS GUIAS E CONDUTORES DE TURISMO .....	80
5.3.1 <b>Perfil dos guias e condutores</b> .....	80
5.3.2 <b>Trabalho no PEJ</b> .....	82
5.3.3 <b>Atuação dos guias e condutores</b> .....	84
5.3.3.1 Atrativos turísticos .....	84
5.3.3.2 Percepção quanto aos impactos ambientais .....	87
5.3.3.3 Ambiente construído e ambiente natural .....	89
5.3.3.4 Operação turística no PEJ .....	89
5.4 COMPARAÇÃO DAS PERCEPÇÕES .....	90
5.4.1 <b>Os guias/condutores de turismo e os turistas</b> .....	91

<b>5.4.2 Turistas com e sem guia/condutores de turismo.....</b>	<b>93</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>7 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>101</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>109</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Entrevista com turistas na Cachoeira do Formiga.....	20
Figura 2 – Entrevista com turistas na Cachoeira do Formiga.....	20
Figura 3 – Primeira classificação de Sauvé.....	21
Figura 4 – Segunda classifica�o de Sauvé.....	21
Figura 5 – Terceira classifica�o de Sauvé.....	21
Figura 6 – Quarta classifica�o de Sauvé.....	21
Figura 7 – Quinta classifica�o de Sauvé.....	21
Figura 8 – Sexta classifica�o de Sauvé.....	21
Figura 9 – Foto da Cachoeira da Velha.....	24
Figura 10 – Foto da Cachoeira do Formiga.....	24
Figura 11 – Foto do atrativo Fervedouro.....	24
Figura 12 – Foto das Dunas.....	24
Figura 13 – Foto da Associa�o das artesãs do povoado de Mumbuca.....	24
Figura 14 – Foto de veículo em área imprópria na Cachoeira do Formiga.....	25
Figura 15 – Foto de fogo atingindo vegeta�o na Cachoeira da Velha.....	25
Figura 16 – Foto de excesso de capacidade de carga no Fervedouro.....	25
Figura 17 – Foto de excesso de capacidade de carga no Formiga.....	25
Figura 18 – Foto das Dunas em período chuvoso e turistas no paredão.....	25
Figura 19 – Foto de paisagem construída na Cachoeira da Velha 1.....	26
Figura 20 – Foto de paisagem construída na Cachoeira da Velha 2.....	26
Figura 21 – Foto de placa indicativa no Jalapão.....	27
Figura 22 – Foto de operadora de turismo 1.....	27
Figura 23 – Foto de operadora de turismo 2.....	27
Figura 24 – Foto de operadora de turismo 3.....	27
Figura 25 – Foto de operadora de turismo 4.....	27
Figura 26 – Esquema teórico do processo perceptivo.....	47
Figura 27 – Intera�o perceptor e o meio.....	53
Figura 28 – Indica�o de assoreamento da Cachoeira Suçuapara.....	71
Figura 29 – Folheto de orienta�o ambiental em operadora.....	75
Figura 30 – Platô na Cachoeira do Formiga.....	87

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa Etária dos turistas .....	76
Gráfico 2 – Local de origem dos turistas.....	76
Gráfico 3 – Escolaridade dos turistas.....	77
Gráfico 4 – Visita ao Jalapão.....	77
Gráfico 5 – Tamanho dos grupos.....	78
Gráfico 6 – Caso positivo, .....	78
Gráfico 7 – Como o turista via o Jalapão antes de conhece-lo.....	79
Gráfico 8 – Houve mudança no olhar.....	79
Gráfico 9 – Impactos ambientais percebidos pelos turistas.....	80
Gráfico 10 – Faixa etária dos profissionais .....	81
Gráfico 11 – Local de origem dos profissionais .....	81
Gráfico 12 – Escolaridade dos profissionais .....	82
Gráfico 13 – Formação dos profissionais.....	82
Gráfico 14 – Periodicidade das saídas: alta temporada.....	83
Gráfico 15 – Periodicidade das saídas: baixa temporada.....	83
Gráfico 16 – O que há de pior para trabalhar no PEJ.....	84
Gráfico 17 – Desapropriação dos atrativos no PEJ .....	84
Gráfico 18 – Conceitos de meio ambiente dos guias e condutores.....	92
Gráfico 19 – Conceitos de meio ambiente dos turistas com guia .....	92
Gráfico 20 – Conceitos de meio ambiente dos turistas sem guia .....	94
Gráfico 21 – Conceitos de meio ambiente dos turistas com guia .....	94
Gráfico 22 – Educação ambiental com turistas com guia .....	96
Gráfico 23 – Educação ambiental com turistas sem guia .....	96

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – U.C.'s do Jalapão .....	62
Mapa 2 – Atrativos turísticos do Parque Estadual do Jalapão.....	68
Mapa 3 – Roteiro realizado pelas operadoras de turismo .....	70

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categorias das representações ambientais.....	23
Tabela 2 – Percepção dos impactos ambientais.....	90

## 1 INTRODUÇÃO

O advento da crise sócio-ambiental, quando começam a surgir agressões locais à natureza (destruição de florestas e bacias hidrográficas), passando por regionais (destruição da Mata Atlântica, por exemplo) e chegando a agressões em larga escala (aquecimento global e destruição da camada de ozônio), diversas discussões acerca das questões ambientais começaram a tornar-se domínio público e muitos movimentos sociais saíram em defesa destas questões. (BERSSERMAM, 2005).

Com uma sociedade cada vez mais em crise, inicia-se um processo de retorno ao contato com a natureza, havendo, desta forma, um 'reencantamento' e uma 'ressignificação' do meio ambiente natural (IRVING e AZEVEDO, 2002).

Dentro deste panorama, um dos segmentos que tem demonstrado maior crescimento é o turismo de natureza. Segundo Ruschmann (2002), o Brasil ocupa posição privilegiada por possuir destinações para atender à crescente demanda de turistas que buscam viagens que proporcionem o contato direto com a natureza, em função de seus inúmeros recursos.

Levando isto em consideração, faz-se necessário analisar o ambiente vivido e as práticas no ambiente percebido, pois é da experiência significativa que o sujeito obtém informação sobre o ambiente em que vive, que atribui-lhe valores, revela comportamento, expressa julgamento e expectativa. Castello (2005) acredita que a percepção da importância desse ambiente, a percepção da finitude de seus recursos, pode educar, ensinar estratégias que ajudem a conservação de determinados valores presentes no ambiente, além de indicar caminhos que permitam fazer evoluir o desenvolvimento desse ambiente sem destruí-lo.

Entende-se neste estudo que percepção ambiental é uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o modo como o homem percebe e interage com o ambiente em que está inserido. E este entendimento, esta percepção, pode colaborar para o desenvolvimento da atividade ecoturística na medida em que o homem percebe o seu papel dentro do meio ambiente. Mas só a percepção não basta, pois mais do que ser consciente é preciso ser consciencioso. Ao mesmo tempo, a representação ambiental não substitui o objeto em todos os seus aspectos, mas é parcial quando seleciona faces deste objeto que se quer observar.

Nos últimos anos, observa-se uma tendência de aumento tanto do turismo quanto dos estudos visando à sustentabilidade da atividade ecoturística. A ênfase de muitos destes projetos de pesquisa tem sido a administração de áreas protegidas e que gerem renda para as comunidades locais. (WELLS E BRANDON, 1992).

Baseado nesta idéia, o presente estudo buscou o entendimento da percepção ambiental dos guias/condutores de turismo e do turista, como sendo um dos caminhos para promover o desenvolvimento sustentável na região de Parque Estadual do Jalapão - PEJ. Localizado a aproximadamente 350 km quilômetros de Palmas, o Parque Estadual do Jalapão (tendo como referência o município de Ponte Alta do Tocantins), possui uma área de 158.885 hectares (SEPLAN, 2003). Apesar da sua grande dimensão, a área total do parque se concentra apenas no município de Mateiros, sendo que os limites atingem as divisas dos municípios de Ponte Alta e São Félix.

O Parque Estadual do Jalapão foi escolhido para tal estudo por apresentar potencialidades ecoturísticas de grande atratividade e também por já ter sido objeto de programas ecoturísticos desenvolvidos pelo governo do Estado, juntamente com

instituições como o SEBRAE, resultando, de início, na motivação da comunidade local em se envolver no desenvolvimento do ecoturismo. Entretanto, devido à insuficiência de infra-estrutura existente e também ao fato de a maioria dos turistas já levarem seu material de consumo para o parque, não havendo quase nenhuma demanda dos produtos produzidos nas comunidades locais, esta tentativa de desenvolvimento acabou gerando uma desmotivação tanto do turista quanto da comunidade que recebe o visitante<sup>1</sup>.

Além disso, a região vem sofrendo uma crescente pressão antrópica, que coloca em risco não apenas os sítios turísticos, como também o patrimônio natural. Deve se levar em conta ainda, a escassez de estudos científicos sobre a região e que abordem a questão da sustentabilidade como uma ferramenta de conservação ambiental dos roteiros.

Diante do exposto, partimos da hipótese de que o conhecimento da prática ecoturística dos guias e condutores de turismo é de suma importância para se criar ações para o desenvolvimento do ecoturismo no Parque Estadual do Jalapão, considerando que estes profissionais possuem hoje uma visão de meio ambiente que dissocia o homem do ambiente; que os impactos ambientais adversos são percebidos, mas não há ações para minimizá-los; que não há formação adequada dos profissionais e nem atividades ligadas à educação ambiental adequadas nos roteiros turísticos.

---

<sup>1</sup> Relatos de membros das comunidades de Ponte Alta, Mateiros e São Félix durante reunião realizada com a comunidade em setembro de 2006 por instituições que realizam projetos sobre conservação e desenvolvimento sustentável na região, tais como, Universidade Federal do Tocantins, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Agência de Desenvolvimento Turístico do Tocantins (ADTUR).

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Geral

- Investigar a percepção ambiental dos guias/condutores de turismo que atuam no PEJ e dos turistas que freqüentam a região.

### 1.1.2 Específicos

- Caracterizar alguns aspectos do perfil sócio-cultural dos guias e condutores de turismo que atuam no município pertencente ao PEJ e municípios do entorno.
- Identificar as concepções dos guias/condutores de turismo do PEJ sobre meio ambiente, a percepção de impacto ambiental, a realização de atividades de educação ambiental e aspectos ligados ao uso do parque, como fatores preponderante para assegurar a preservação do PEJ.
- Identificar a percepção ambiental dos turistas que visitam os atrativos do PEJ, no que diz respeito a aspectos ligados ao meio ambiente, se houve alguma atividade de educação ambiental, percepção de impactos ambientais e ao uso do PEJ, analisando a interferência do guia/condutor de turismo na visitaçãõ;
- Comparar a percepção ambiental dos turistas que viajam com guia/condutor de turismo, com as dos turistas que viajam sem a presença de um profissional de turismo.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho de campo<sup>2</sup> do presente estudo se dividiu em três etapas baseadas nas propostas de: PALMA (2004), que realizou estudo observacional dos turistas do Parque Farroupilha, Porto Alegre/RS; FIORI (2006) que investigou um grupo de docentes do ensino fundamental de localidades circunvizinhas à Estação Ecológica de Jataí, Luís Antônio/SP; e PINHEIRO (2004) que estudou a percepção ambiental do turista que visita o Parque Estadual de Guartelá, Tibagi/PR. Todos os estudos foram readequados à realidade do Parque Estadual do Jalapão.

A área avaliada foi limitada de acordo com a área de atuação dos guias e condutores turísticos, abrangendo o município do Parque Estadual do Jalapão, Mateiros e seu entorno: São Félix e Ponte Alta do Tocantins.

Para a primeira etapa a pesquisadora realizou uma visita a campo, onde pode observar a atuação dos guias e condutores de turismo que trabalham nos atrativos do Parque Estadual do Jalapão visando perceber como ocorre a interação dos guias com o meio ambiente e o turista, analisando se ocorrem atividades ligadas a EA, se os impactos ambientais são percebidos e seu conhecimento sobre o PEJ. Nesta etapa, a pesquisadora se integrou anonimamente a grupos turísticos, observando o comportamento tanto dos guias/condutores como dos turistas. Foram realizadas duas saídas programadas: uma em janeiro/2007 com uma operadora local, que realiza pacotes para pequenos grupos, e outra saída em fevereiro/2007 com uma operadora de maior porte, que realiza saídas com grupos maiores.

---

<sup>2</sup> O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins, e obteve parecer favorável (Processo número 012/2007). Além disso, este projeto fazia parte da pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos Ambientais em Turismo Sustentável (Universidade Federal do Tocantins) em parceria com a “Fundação O Boticário” que avaliou os principais aspectos do turismo do Parque Estadual do Jalapão.

Foi realizada ainda, pesquisa exploratória através de questionários com questões fechadas (foi apresentado um conjunto de alternativas em que o respondente escolheu o que representa o seu ponto de vista ou situação) e perguntas abertas (o entrevistado pode expressar livremente seu pensamento) que foram aplicadas em um primeiro momento com os turistas que visitam a região e, num segundo momento, com guias e condutores de turismo que atuam no Jalapão.

Desta forma, foram realizadas 107 entrevistas nos meses de junho, julho e agosto/2007 com turistas que visitaram a Cachoeira do Formiga (vide Mapa 2, página 68), um dos atrativos do parque. O local foi escolhido por ser normalmente um dos últimos locais a serem visitados nos roteiros turísticos do parque e por possuir uma área onde os turistas utilizam também, para contemplar a cachoeira. A amostra para esta pesquisa foi baseada nos estudos realizados pelo Núcleo de Estudos Estratégicos de Avaliação Ambiental em Turismo Sustentável (NEATUS), em parceria com a Fundação O Boticário que investigou o perfil do turista que visita o Jalapão. No estudo do NEATUS foram entrevistados 180 turistas durante o período de fevereiro de 2006 a abril de 2007. A partir deste número, foi definida a amostra de 107 entrevistas para a presente pesquisa.

Nesta etapa de entrevista aos turistas, houve o cuidado de escolher os visitantes que estivessem apenas observando o atrativo ou que já estivesse saindo da cachoeira, evitando assim ansiedade do término da entrevista e assegurar a exposição de uma opinião depois da experiência. Também buscou-se a seleção de um turista por grupo, para evitar homogeneidade nas respostas, por considerar que na formação dos grupos há um nível de compartilhamento de uma mesma opinião sobre um determinado assunto.



Figura 1: Entrevista com os turistas na Cachoeira do Formiga,  
Fonte: Foto de: SENNA, M., Julho de 2007.



Figura 2: Entrevista com os turistas na Cachoeira do Formiga  
Fonte: Foto de SENNA, M., Julho de 2007.

Para esta etapa, investigou-se o perfil do entrevistado, sua representação de meio ambiente, a orientação recebida ou não sobre educação ambiental, sobre suas percepções dos impactos ambientais e o conhecimento específico do parque.

Quanto à representação de meio ambiente, a metodologia foi baseada no estudo de Fiori (2006). Neste estudo foram apresentadas seis classificações desenvolvidas por Sauv e *et al.* (2000) e modificadas por Sato (2001), em que o entrevistador analisava as respostas dos entrevistados pelas palavras-chave e os classificava de acordo com Sauv e *et al.* (2000). Para o presente estudo foram inclu idas fotos da própria região do Jalapão a cada uma das classifica es de Sauv e *et al.*, conforme pode ser observado nas figuras a seguir, como forma de facilitar a escolha do entrevistado.



Figura 3 - Primeira classificação de Sauvé.  
Fonte: FIORI (2006) e Foto de Senna, A.,  
Julho de 2005.



Figura 4 - Segunda classifica o de Sauvé.  
Fonte: FIORI (2006) e Foto de Senna, M.,  
Setembro de 2006.



Figura 5 - Terceira classifica o de Sauvé.  
Fonte: FIORI (2006) e Foto de Senna, M.,  
Outubro de 2006.



Figura 6 - Quarta classifica o de Sauvé.  
Fonte: FIORI (2006) e Foto de Senna, A.,  
Julho de 2005.



Figura 7 - Quinta classifica o de Sauvé.  
Fonte: FIORI (2006) e Foto de Senna, A.,  
Julho de 2005.



Figura 8 - Sexta classifica o de Sauvé.  
Fonte: FIORI (2006) e Foto de Senna, M.,  
Setembro de 2006.

TABELA 1 – Categorias das representações ambientais apresentados por Sauv e et al. (2000), traduzido e modificado por Sato (2001) e adaptado por Fiori (2006):

Representa�es	Problema identificado	Objetivo de E.A.	Exemplos de estratégias
<u>1<sup>a</sup> Classifica�o:</u> <b>Natureza</b> que devemos respeitar e preservar	Ser humano dissociado da natureza	Renova�o dos laços com a natureza, tornando-nos parte dela e desenvolvendo a sensibilidade para o pertencimento	Imersão na natureza, "aclimatiza�o", processo de admira�o pelo meio natural
<u>2<sup>a</sup> Classifica�o:</u> <b>Recurso</b> que devemos gerenciar	Ser humano usando os recursos naturais de uma forma irracional	Manejo e gestão ambiental para um futuro sustentável	Campanhas, economia de energia, reciclagem do lixo e interface com a Agenda 21
<u>3<sup>a</sup> Classifica�o:</u> <b>Problema</b> que devemos solucionar	Ser humano tem efeito negativo no meio ambiente e a vida está ameaçada	Desenvolver competências e a�es para a resolu�o dos problemas por meio de comportamentos responsáveis	Resolu�es de problemas, estudos de caso.
<u>4<sup>a</sup> Classifica�o:</u> <b>Meio de vida</b> que devemos conhecer e organizar	Seres humanos são habitantes do ambiente sem o sentido de pertencimento	Redescobrir os próprios meios de vida, despertando o sentido de pertencimento	Itinerários de interpreta�o, trilhas da vida e estudos sobre o entorno.
<u>5<sup>a</sup> Classifica�o:</u> <b>Biosfera</b> em que vivemos juntos a longo prazo	Ser humano não � solidário e a cultura ocidental não reconhece a rela�o do ser humano com a Terra	Desenvolver uma visão global com o ambiente, considerando as inter-rela�es local e global, entre o passado presente e futuro por meio do pensamento cósmico	Valoriza�o e utiliza�o das narrativas e lendas da comunidade autóctones, discussões globais, enfoques da Carta da Terra
<u>6<sup>a</sup> Classifica�o:</u> <b>Projeto Comunitário</b> com comprometimento	Ser humano � individualista e falta compromissos políticos com sua própria comunidade	Desenvolver a práxis, a reflexão e a a�o, por meio de espírito crítico, e valorando o exercício da democracia e do trabalho coletivo	Fórum ambiental com a comunidade, pesquisa-a�o e a pedagogia de projetos.

Fonte: FIORI (2006).

Quanto à entrevista com os guias e condutores de turismo, como não havia um cadastro único dos profissionais que atuam no PEJ, buscou-se um levantamento do número de guias e condutores, através de informações obtidas nas prefeituras de Ponte Alta, Mateiros, São Félix e na Agência de Desenvolvimento Turístico do Estado do Tocantins. Desta forma, chegou-se ao número de 39 condutores ou guias de turismo atuantes e 5 que atuam informalmente, isto é, não havendo uma periodicidade de saída. A partir deste levantamento, a amostra de guias e condutores foi definida, sendo entrevistados 23 guias ou condutores de turismo que atuam no PEJ.

As entrevistas com os guias e condutores de turismo foram realizadas nos meses de agosto, setembro e outubro de 2007, nas próprias cidades onde vivem os profissionais. Dividiu-se em dois momentos realizados sequencialmente: uma entrevista com questões abertas e fechadas e a apresentação de fotos para que falassem sobre cada foto.

Na primeira etapa, foram analisados alguns aspectos do perfil sócio-cultural dos profissionais, a representação de meio ambiente, esta também seguindo a classificação de Sauvé *et al* (2000) e adaptada por Sato (2001), a análise da prática de educação ambiental nos roteiros e a percepção de impactos ambientais. Além disso, também foram analisadas a percepção dos profissionais quanto ao que há de melhor e pior para se atuar no PEJ e sua impressão quanto à desapropriação dos atrativos do PEJ.

Em um segundo momento, lhes foi apresentado um conjunto de fotos, divididas em quatro blocos temáticos, com legendas apenas dos nomes dos atrativos para que deixasse o respondente livre em suas análises sobre cada foto. Os blocos temáticos foram assim divididos: Representação das paisagens do

Jalapão; Percepção sobre impactos ambientais; Percepção quanto a paisagens naturais e paisagens construídas; Percepção quanto a operação turística no PEJ. A seguir será apresentado cada bloco temático trabalhado nesta pesquisa.

- 1º Bloco - Representações das paisagens do Jalapão: fotos de atrativos turísticos do PEJ. Objetivo: Analisar como vem sendo trabalhado cada atrativo, buscando um melhor entendimento da vivência profissional, bem como, das orientações repassadas pelos guias ou condutores, caso sejam dadas.



Figura 9 - Cachoeira da Velha.  
Fonte: Foto de SENNA, A.,  
Julho de 2005.



Figura 10 - Cachoeira do Formiga.  
Fonte: Foto de SENNA, A.,  
Setembro de 2006.



Figura 11 - Fervedouro.  
Fonte: Foto de SENNA, A.,  
Julho de 2005.



Figura 12 - Dunas.  
Fonte: Foto de SENNA, A.,  
Janeiro de 2007.



Figura 13 - Associação das artesãs  
do povoado de Mumbuca.  
Fonte: Foto de SENNA, M.,  
Outubro de 2006.

- 2º Bloco - Percepção sobre impactos ambientais: fotos dos atrativos turísticos do PEJ sofrendo algum tipo de impacto ambiental negativo.  
Objetivo: Verificar se há percepção por parte dos guias ou condutores quanto aos impactos.



Figura 14 – Veículo em área imprópria às margens da Cachoeira do Formiga.  
Fonte: Foto de SENNA, M. Julho de 2007



Figura 15 - Fogo na vegetação às margens da Cachoeira da Velha.  
Fonte: Foto de SENNA, A. Julho de 2007.



Figura 16 - Excesso de capacidade de carga no Fervedouro.  
Fonte: Foto de DUTRA, V. Agosto de 2006.



Figura 17 – Excesso de capacidade de carga na Cachoeira do Formiga.  
Fonte: Foto de SENNA, A. Julho de 2007.



Figura 18 - Dunas no período chuvoso e turistas descendo pelo paredão de areia.  
Fonte: Foto de NOSCHANG, J. Fevereiro de 2006.

- Bloco 3 - Percepção quanto a paisagens naturais e paisagens construídas: foi apresentada fotos sobre a paisagem da Cachoeira da Velha mostrando a construção da passarela no atrativo. Objetivo: Analisar a representação quanto à paisagem com e sem as paisagens construídas.



Figura 19 - Paisagem construída na Cachoeira da Velha.  
Fonte: Foto de SENNA, A. Julho de 2007.



Figura 20 - Paisagem construída na Cachoeira da Velha.  
Fonte: Foto de SENNA, A. Julho de 2007.

- Bloco 4 – Percepção quanto à operação turística no PEJ: apresentação de fotos mostrando as placas indicativas e outra sobre as operadoras de turismo que atuam no parque. Objetivo: analisar a percepção dos profissionais quanto à operação turística.



Figura 21 - Placa indicativa no Jalapão.  
Fonte: Foto de SENNA, M., Junho de 2007.



Figura 22 - Operadora de turismo 1.  
Fonte: Site de operadora, Outubro de 2007.



Figura 23 - Operadora de Turismo 2.  
Fonte: Site Pousada Local, Outubro de 2007.



Figura 24 - Operadora de turismo 3.  
Fonte: Foto de SENNA, M.  
Fevereiro de 2007.



Figura 25 - Operadora de turismo 4.  
Fonte: Site de operadora, Outubro de 2007.

Após esta fase, foi feita a análise dos dados e comparação entre as percepções ambientais dos guias/condutores turísticos e a dos turistas, bem como entre os turistas que viajam com guia ou condutor e os que viajam sem a presença destes profissionais.

### 3 PAISAGEM, TURISMO E PERCEPÇÃO

Em sua obra *A Dialética do Concreto*, Karel Kosik (1976) afirma que, ao contrário dos fenômenos, a essência das 'coisas' não se manifesta diretamente, e que para isto, tem de existir a ciência. Para ele, se houvesse uma coincidência entre a aparência fenomênica e a essência das 'coisas', a ciência não seria útil. E é citando Marx que ele afirma a importância da ciência: "Se os homens aprendessem imediatamente as conexões, para que serviria a ciência?" (Marx, 1867 apud KOSIK, 1976: 17). E deste pensamento pode-se trazer, não só para a importância do estudo científico, mas, principalmente e atualmente, para a importância da realização de estudos ambientais, pois se o homem soubesse o quão conectadas estão as questões ambientais, muitos dos efeitos perniciosos derivados da degradação ambiental teriam sido evitados.

Ao tratarmos de estudos científicos não podemos deixar de destacar as Ciências Sociais e as Ciências Humanas, exatamente pelo fato de muitos estudiosos questionarem a cientificidade destas ciências, considerando-as subjetivas e retóricas, vários cientistas sociais e humanistas reconhecem esta subjetividade.

Segundo Bauer e Gaskell (2002) a pesquisa social apóia-se em dados sobre o mundo social, que são construídos através do processo de comunicação. Na pesquisa social, estamos interessados na maneira como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e as dos outros. Alguns destes cientistas sociais se negam a defini-la, por considerar que ao classificá-la, cada ciência possuirá um conjunto de características que tem que ser estudadas em si mesmo (PIMENTA, 2005), justificativa que, do ponto de vista científico, não se sustenta.

A própria subjetividade pode ser considerada como reflexo de alguns problemas na comunicação entre o pesquisado e o pesquisador. Bauer e Gaskell (2002) consideram que o primeiro problema surge quando se utiliza a entrevista como ferramenta de pesquisa. Em alguns casos, os entrevistados dizem o que o entrevistador gostaria de ouvir ou que lhe é mais conveniente e não o que realmente pensam. Um outro problema seria quando o entrevistado se diz representante de um determinado grupo social, que na realidade não representa.

Ainda podemos considerar que há uma identidade entre o sujeito e o objeto em Ciências Sociais, isto porque, utilizando as palavras de Levi-Strauss (1975 apud BIKLEN e BOGDAM, 1994: 14), “Numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação”.

Dentro deste contexto, Demo (1995) apresenta critérios para a cientificidade de um estudo acadêmico: a coerência ou a propriedade lógica, sem contradição; a consistência, que seria a capacidade de resistir a argumentação; a originalidade, não-repetitiva ou inventiva; e a objetivação que significa a tentativa de descobrir a realidade social assim como ela é, mais do que como o pesquisador gostaria que fosse. Acrescenta-se ainda a estes critérios, a neutralidade da ciência, com vistas à cientificidade do estudo social ou em quaisquer outras áreas.

Outro aspecto a considerar é a interdisciplinaridade que se mostra presente nas investigações científicas atuais. A concepção da complexidade da vida, em todos os seus níveis, torna quase impossível a análise de um tema disciplinarmente, exigindo uma conectividade entre os saberes das mais diversas áreas, e é neste contexto que destacam os estudos em meio ambiente, que dialogam com quase todos os campos do saber. Para Bursztyn (2004) após séculos de especialização e compartimentalização disciplinar, a temática ambiental suscita um movimento

reverso: o da des-especialização. Para ele, a própria natureza e complexidade dos problemas ambientais exigem que as competências a serem mobilizadas sejam ampliadas.

No presente estudo, buscou-se uma análise interdisciplinar que apresenta interfaces com as mais diversas disciplinas correlacionadas à problemática ambiental, tais como: psicologia ambiental, geografia das representações sociais, sociologia ambiental e educação ambiental. Percebe-se uma proximidade muito forte entre os objetos de estudo e os objetivos de cada disciplina, o que caracteriza ainda mais a conectividade entre elas e, conseqüentemente, a interdisciplinaridade.

Para reafirmar esta conectividade, Günther (2005) classifica a própria psicologia ambiental como interdisciplinar. Isto porque, para o autor, a própria definição da disciplina como sendo “o estudo das relações (recíprocas) entre fenômenos psicológicos (comportamentos e estados subjetivos) e variáveis ambientais físicas” (GÜNTHER, 2005: 179) já implica que lidaremos com dois campos de estudos: Psicologia e a Ecologia de paisagens. Entretanto, apesar do seu aspecto interdisciplinar, envolvendo vários saberes de áreas que não pertencem às Humanidades, Moser (2005) acredita que o estudo das relações das pessoas com o ambiente global situa-se mais adequadamente no domínio das Ciências Sociais.

Segundo Morais (1997) a Geografia da Percepção ou Geografia Comportamental estuda a concepção que o homem tem do espaço vivido e sua reação frente aos elementos da natureza e como este processo reflete sobre o seu espaço. Para Sansolo e Cavalheiro (2001), estes estudos possibilitam planejar

ambientalmente e urbanisticamente as unidades de conservação<sup>3</sup> e as áreas urbanas.

Fazendo um paralelo entre a psicologia e a geografia, Gooney e Gold (1986 apud SERPA, 2005) mostram a distinção entre o Behaviorismo e o Behavioralismo. O primeiro apresenta as relações de estímulo-resposta, isto é, uma visão reducionista da psicologia. O segundo busca apresentar as relações complexas do homem e o ambiente. Os autores fazem então, a distinção entre a Geografia de base espacial e a geografia fundamentada na noção de lugar, isto é, entre escolas de pensamento positivista e humanística. Para os autores, o pensamento positivista tem mostrado uma imagem excessivamente restritiva e enganosa da geografia. Ao contrário, a geografia, aliada às ciências comportamentais, passaria a dispor de novos instrumentos conceituais e metodológicos muito úteis. Para Serpa (2005) mais importante do que analisar o comportamento, é não reduzi-lo à percepção. Deve-se buscar metodologias capazes de analisar os complexos processos cognitivos, indo do percebido ao vivido, estudo este denominado pelo autor como Geografia das Representações Sociais, que teria, em última instância, o poder de apresentar “uma visão de mundo social por grupos (ou quase-grupos), por sua capacidade de gerar identidades e representações sociais.” (SERPA, 2005: 224). Desta forma, pode-se perceber o quão importante é conhecer a experiência que o indivíduo traz consigo, mas também sua vivência no ambiente percebido.

Uma outra disciplina dentro das Ciências Sociais que passou a ter destaque dentre as discussões ambientais é a sociologia. Karl Marx em sua obra “Manuscritos: Economia y Filosofia” (1968 apud GIULIANI, 1998) já falava que a sociedade é uma unidade essencial do homem com a natureza e que desta forma,

---

<sup>3</sup> Instituída pela Lei Federal nº 9.985 de julho de 2000, a unidade de conservação é um espaço territorial com características ambientais relevantes, com objetivos de conservação da biodiversidade (BRASIL, 2000).

dever-se-ia “humanizar a natureza” ou “naturalizar o homem”. A sociologia ambiental assume uma posição privilegiada, quando começam a surgir nos movimentos de contestação social surgidos em meados da década de 60 e a constatação da degradação ambiental. A Sociologia ambiental, logo, estuda as divergências e conflitos sobre os diferentes usos da natureza (tanto natural quanto construída) e as causas e extensão dos problemas ambientais e dos atores envolvidos (COSTA-FERREIRA, 2004). Strassoldo (1992) apud Giuliani (1998) apontou duas tendências de investigação dentro da sociologia do meio ambiente: a primeira, busca uma síntese interdisciplinar, através da qual dados e conceitos nos levariam a gravidade dos problemas ambientais. A segunda tendência se fundamenta no trabalho sociológico diagnosticando e propondo ações para problemas ambientais mais específicos.<sup>4</sup>

E como entraria a educação no contexto das discussões da problemática ambiental? Leff (2001) discorre sobre a impossibilidade de resolvermos os crescentes e complexos problemas ambientais de hoje senão houver uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, valores e comportamentos gerados pela economia vigente. A educação ambiental requer a construção de novos objetos interdisciplinares através da problematização dos paradigmas dominantes, da formação dos docentes, da incorporação do saber ambiental nos programas curriculares, além do trabalho com a comunidade local, ou seja, a educação ambiental não formal, ultrapassando os muros escolares.

Segundo Sauvé (2005) a educa o ambiental, mais do que uma ferramenta para resolu o de problemas ambientais, visa “induzir dinâmicas sociais, de início,

---

<sup>4</sup> Tais temas, para o autor, seriam: a natureza e a difusão dos valores, atitudes e comportamentos com rela o ao meio ambiente; a organiza o dos movimentos ambientalistas e partidos verdes; o impacto social das transforma es no meio ambiente; o perigo nuclear; o consenso e o conflito social nos processos de planejamento e organiza o do território; o ecodesenvolvimento, como atitudes e comportamentos com rela o ao problema energético; os riscos de desastres naturais e tecnológicos.

na comunidade local e, posteriormente, em redes mais amplas de solidariedade” (SAUVE, 2005: 317), promovendo uma abordagem crítica das realidades socioambientais. Sauvé ainda considera que o projeto educativo da educação ambiental é de difícil realização, considerando que, por exigir mudanças em profundidade, requer o envolvimento de toda a sociedade educativa: escolas, museus, parques, municipalidades, organismos comunitários, empresas, e acrescenta-se aqui, esferas públicas e privadas que atuam com turismo em áreas naturais. Para Butzke (2003), o tratamento dos problemas ambientais deve ressaltar a participação comunitária, considerando-se o conhecimento de sua percepção ambiental e adotando-se, posteriormente, ações de educação ambiental visando uma relação harmoniosa entre ser humano, sociedade e meio ambiente.

E é neste ângulo que o turismo surge como objeto de estudo de várias ciências humanas e sociais. Segundo Dencker (1998), turismo é um tema de natureza multi ou interdisciplinar, uma vez que se afirma como objeto de estudo de várias disciplinas e, conseqüentemente, recebe influência de vários paradigmas científicos. A partir desta constatação, é que se propõe neste trabalho uma abordagem interdisciplinar da percepção ambiental dos guias e condutores turísticos e dos turistas do Parque Estadual do Jalapão/TO.

### 3.1 – A VISITAÇÃO E O TURISMO DE NATUREZA

Etimologicamente, a palavra turismo deriva do latim ‘*tornare*’ e do grego ‘*tornos*’ que significa “volta ou círculo”. O sufixo ‘*ismo*’ é definido como “ação ou processo; comportamento ou qualidade típicos” e o sufixo ‘*ista*’ significa “aquele que realiza determinada ação”. Desta forma, pode-se entender que turismo seria o ato

de partir para posteriormente regressar ao ponto inicial e, conseqüentemente, quem empreende essa jornada pode ser definido como turista (THEOBALD, 2002).

A partir deste contexto, se faz necessário algumas definições. Segundo dados da *World Travel and Tourism Council* (WTTC, 1995 *apud* THEOBALD, 2002) pode se classificar visitante como qualquer pessoa que viaja para outro lugar que não o de seu ambiente costumeiro com finalidade da viagem o lazer, negócios, peregrinação e saúde. Esta classificação subdivide-se nas categorias turistas (grifo nosso), como sendo aquele que permanece pelo menos uma noite no local de destino, o visitante por um dia (grifo nosso), que podem ser os visitantes que estão a bordo de navio de cruzeiro ou comprador de cidades limítrofes, e os visitantes em trânsito ou pessoas que deslocam-se diariamente a trabalho (grifo nosso) grupo em que podem ser incluídos, por exemplo, os tripulantes de meios de transportes.

Os segmentos vinculados à atividade turística dizem respeito à demanda e ao mercado. Segundo Ignarra (1991) os motivos de uma viagem turística podem ser: negócios, eventos, religião, saúde, compras, lazer, aventura, esportes, cultura, visita a parentes e ecoturismo. O autor ainda ressalta que estes segmentos não são estanques e excludentes, visto que, um mesmo viajante pode ter mais de um motivo para viajar.

As raízes do ecoturismo encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre, iniciando-se com os visitantes que chegaram em massa para visitar os Parques Nacionais de Yellowstone e Yosemite ou ainda com os safáris na África no início do século passado (LINDBERG; HAWKINS, 1999). Mas, ecoturismo hoje, é mais do que uma pequena elite de amantes da natureza. Seria uma amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social e não se restringe a uma pequena elite de amantes da natureza. Os autores citam a

classificação de ecoturismo pela *Ecotourism Society* como sendo “uma viagem responsável a áreas naturais, visando conservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local”.

Para Lima (2003) o ecoturismo é considerado um meio de desencorajar atividades predatórias junto a ambientes naturais com ênfase na natureza conservada e pouco alterada. Ainda segundo a autora, esta modalidade identifica-se com o desejo de ruptura do cotidiano, revelando a necessidade de vivenciar o exótico, a “paisagem intocada”.

Lindberg e Hawkins (1999) identificaram quatro tipos básicos de turistas que preferem destinos com atrações naturais: grupos especiais - caracterizado por pesquisadores ou pessoas que viajam com finalidades educativas; dedicados - que são pessoas que viajam especialmente para ver áreas protegidas com o objetivo de conhecer a história natural e cultural local; comuns – pessoas que visitam em busca do inusitado; e, casuais – contatos com a natureza por acaso durante uma viagem ampliada.

Ainda sobre o perfil do ecoturista, Lopes e Santos (2004) o definem como alguém com espírito de aventura, curiosas, investigativas e que adoram compartilhar experiências. Gostam ainda de atividades que estabeleçam contato com a natureza e que proporcionem prazer (como, por exemplo, observar a fauna em seu *habitat*), de conhecer sobre hábitos locais e que possuem aptidões para trabalhos em equipe.

Para alguns autores, há uma diferença conceitual sobre ecoturismo. Machado (2005) faz uma leitura interessante sobre os tipos de turismo que envolvam atividades naturais, que denomina, modalidade de turismo sustentável, classificando-as em cinco tipos: turismo de natureza, ecocientífico, turismo ambiental, turismo de aventura e turismo rural.

O primeiro se refere ao tipo de turismo que decorre da visitação pura e simples do espaço natural, não havendo comprometimento por parte do turista, mas apenas o desejo de contato direto com o ambiente. Para o autor, esta prática é equivocadamente chamada de ecoturismo, pois para ele, não há o desenvolvimento do processo de ordenação do turismo, tais como: a participação da comunidade local, o mínimo impacto na utilização do ambiente e o envolvimento na rede de conservação.

A modalidade Ecocientífico, segundo Machado (2005), o objetivo do contato com a natureza é o conhecimento aprofundado do meio visando estudo de espécies. É um tipo de turismo que não necessita de grandes envolvimento de agentes de turismo ou estruturas receptoras. Sua prioridade é a utilização de unidades de conservação, pois são locais onde a biota se encontra em seu estado mais primitivo.

Machado (2005) define turismo ambiental como sendo a atividade que está sempre atenta a relação causa-efeito-solução. Desta forma, para ele, seria a prática cujo principal ingrediente é a possibilidade de educação ambiental e de relações diretas com o espaço visitado, através de cuidado e conhecimento dos processos naturais. Geralmente, os grupos de turistas são orientados por profissionais da área ou pelos que se inserem diretamente em trabalhos direcionados a área.

Seguindo a linha proposta por Machado (2005) ainda temos o turismo rural que seria o segmento turístico que alia práticas agropecuárias e contato direto do turista com a cultura local. Neste trabalho não buscar-se-á um aprofundamento deste conceito, por ser uma segmento que ainda não ocorre na região estudada.

Finalizando as divisões de Machado (2005), há o turismo de aventura, caracterizada por atividades ligadas a natureza, buscando a superação de limites pessoais com segurança e responsabilidade na utilização do meio ambiente.

Spink *et al.* (2004: 85) cita o conceito da Embratur para turismo de aventura:

segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacionais, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam emoções e riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sócio-cultural.

Spink (2005) considera que o turismo de aventura é uma modalidade de turismo em que se buscam atividades que envolvam desafios, sobrevivência e vertigem. Desta forma, citando os teóricos do risco Machilis e Rosa, Spink (2005) acreditam que neste tipo de turismo há um risco desejado que estaria na busca por experiências novas, variadas e complexas e a disposição de correr perigos físicos para realização dessas experiências. Mas, os autores concluem em seu estudo que, ao contrário dos esportes radicais que centralizam a responsabilidade pelo risco em cada indivíduo, o turismo de aventura caracteriza-se pela delegação do controle das conseqüências a um especialista.

Spink *et al.* (2004) destaca que esta modalidade de turismo tornou obrigatório o credenciamento de todas as empresas que atuam no mercado, além da exigência de seguro contra danos para os consumidores-turistas, não no sentido de atribuir culpa à outrem, mas no sentido de responsabilidade civil por quaisquer danos contra pessoa.

Neste contexto, necessita-se pensar na ação turística desenvolvida de acordo com conceitos sustentáveis, considerando-a, mais do que uma estratégia de sobrevivência econômica, mas um dever de cidadania. Desta forma, para todas as modalidades apresentadas acima, deve-se buscar uma relação harmoniosa com a natureza, tornando-as atividades socialmente responsáveis, não no sentido

preservacionista, mas no sentido de conservacionista<sup>5</sup>. Segundo a Organização Mundial de Turismo serão necessárias ações urgentes para o setor de turismo levando em consideração às mudanças climáticas, sendo esta um dos grandes desafios do século XXI para o desenvolvimento sustentável do mundo (WTO, 2007).

Krippendorf (1977 apud RUSCHMANN, 2002) alertou para os riscos do turismo em ambientes naturais. Segundo Ruschmann, no Brasil discute-se a validade e viabilidade do ecoturismo mais como alternativa econômica do que como alternativa para conservação ambiental. Soares (2007) apresenta alguns dos principais impactos ambientais<sup>6</sup> negativos ocasionadas pelo turismo, tais como, mudanças no comportamento dos animais pelos número excessivo de visitantes; erosão, perda de hábitat da fauna e comprometimento da qualidade visual em decorrência de construções de infra-estrutura; alteração no comportamento dos animais e empobrecimento de sua dieta, ocasionados pelo hábito dos visitantes em alimentar animais; interferência no ambiente sonoro, visual e olfativo resultantes do barulho e odores estranhos dos visitantes; poluição do solo e recursos hídricos ocasionados por restos de lixo deixados no local visitado; destruição da vegetação, morte de animais gerados por incêndios; e remoção de atrativos naturais para servirem de *souvenires* para os visitantes.

Machado (2005) propõe que o ecoturismo deverá: ocorrer em uma área natural; partir de uma organização participativa, que leva em conta o envolvimento da comunidade local utilizando-se como agente complementar as ações do projeto de ecoturismo; utilizar o espaço natural com a preocupação de gerar impactos

---

<sup>5</sup> A atividade conservacionista entendida como aquela compatível com a manutenção dos espaços. Ao contrário, a preservação diz respeito às áreas intangíveis para o visitante (MACHADO, 2005)

<sup>6</sup> Impacto ambiental entendido, segundo a definição do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, que tem como causa qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.

reduzidos, através de zoneamento adequado; desenvolver a preocupação com o espaço natural, mas principalmente respeitando a cultura local, servindo esta como aliada na manutenção do produto ofertado; se inserir em uma rede de ações atenta às questões ecológicas locais de forma, quando julgar conveniente, poder aplicar localmente novas idéias; possibilitar uma experiências ecológica enriquecedora ao visitante.

Lindberg e Hawkins (1999) acreditam que as diretrizes ecoturísticas devem ser elaboradas pelas associações de classe. O seu papel deve ser o de melhorar os serviços e proteger o meio ambiente, garantindo a qualidade de vida e trabalho na região. Os autores ainda apresentam técnicas para a elaboração de diretrizes, tais como: decida quem é o público-alvo ou identificar o tema ou área de interesse central das diretrizes (proteção ambiental ou conscientização sobre aspectos culturais) ou ainda, utilizar outras diretrizes como base para elaboração. Além disso, ainda sugerem que ao se elaborar as diretrizes considerem os aspectos ecológicos, tais como: tratamento de lixo ou dejetos humanos; aspectos sociais: crenças religiosas, vestuário; e, aspectos econômicos, tais como: pagamentos de serviços e de ingressos. Para os autores, as diretrizes devem estar afixadas em todos os locais que recebam visitantes.

As diretrizes são um componente essencial de um plano de gestão ecoturística. É uma forma positiva de conscientizar as pessoas que visitam e que são visitadas sobre o seu real papel nas questões de proteção ambiental.

Dentro deste contexto, para atender a crescente demanda ecoturística, surgem novas categorias profissionais, como: os guias e condutores ou monitores ambientais. Eles servem de elo entre o ecoturista e o patrimônio natural e cultural da região (MORAES, 2000).

Os guias de turismo são profissionais, devidamente cadastrados pela Embratur (leia-se Ministério do Turismo), reconhecidos pela Lei n. 8.623, de 28 de janeiro de 1993, cuja principais atribuições seria acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos em visitas, excursões dentro do território nacional ou no exterior desde que sejam organizados no Brasil. Para se tornar um guia de turismo há algumas exigências, dentre elas cita-se: ser maior de 18 anos e ter ensino médio, em caso de guias regionais ou ser maior de 21 anos, ter ensino médio e falar outro idioma em caso de guias internacionais (BRASIL, 1993).

O guia de turismo moderno, segundo Raposo, Capella e Santos (2002), tem que ter capacidade de decisão e liderança, criatividade, desembaraço, disciplina, firmeza, flexibilidade, iniciativa, paciência, simpatia e sociabilidade. O autor ainda apresenta o código de ética do guia de turismo, que, dentre outros códigos, determina que se “Respeite o meio ambiente e o patrimônio cultural e artístico, colaborando com a sua preservação”. Além disso, destaca que o guia deve não apenas identificar os bens culturais da região, como também conhecer sua história.

Chimenti e Tavares (2007: 19) citam a definição de Picazo para descrever a profissão de guia de turismo:

O guia, na realidade, é muito mais que um mero acompanhante ou orientador. Trata-se de um artista que sabe conferir cor e calor a uma paisagem, de um mágico capaz de dar vida a pedras milenares, de um acompanhante que consegue que os maiores deslocamentos pareçam curtos, de um profissional, em definitivo, que torna possível que nos sintamos como em nossa própria casa no interior de um arranha-céu hoteleiro ou de uma cabana africana.

Chimenti e Tavares (2007) ainda destacam a importância que a comunicação exerce na profissão. A voz é o principal instrumento de trabalho do guia, apresentam alguns cuidados que o profissional deve ter ao se expressar, tais como falar com

clareza, coerência, buscando a adequação da fala à capacidade de entendimento do receptor, dentre outros.

Dentre as informações importantes a serem repassadas pelo profissional, destacam-se aqui, a história local da região, as curiosidade, lendas e histórias locais, os produtos artesanais regionais disponíveis e características específicas de fauna e flora, bem como aspectos do relevo, paisagem e clima da região (CHIMENTI e TAVARES, 2007).

Já o monitor ou condutor ambiental não é uma profissão legalizada, acarretando com isto uma indefinição de suas atribuições. Quando cadastrados nas agências oficiais de turismo dos estados, atuam nas unidades de conservação e, por sua origem estar relacionada com o envolvimento da comunidade local no processo de turismo, geralmente os cursos para estes profissionais são financiados por organizações não-governamentais e/ou por próprias iniciativas das instituições públicas. Pela similaridade entre a profissão dos guias e dos monitores/condutores de turismo pode haver em alguns casos conflitos entre estes dois profissionais. A diferença fundamental entre eles é que o monitor está apto para trabalhar apenas nas unidades de conservação, enquanto as atribuições dos guias são mais amplas (FRANCO *et al*, 2007).

Estes dois profissionais devem ter um bom conhecimento sobre os elementos dos ecossistemas e de suas inter-relações nas áreas visitadas e sobre a cultura local (MORAES, 2000). Serrano (2000) afirma que os guias/condutores são elementos fundamentais para uma mudança de atitude do visitante em relação ao ambiente, considerando-o como um possível instrumento de educação ambiental. Delgado (2000) ainda destaca que o guia aproveita cada oportunidade para interpretar o que possa interessar ao turista e também para evitar comportamentos

indesejados por parte do turista. Assim sendo, a análise da percepção e representação ambiental dos guias e condutores turísticos do Parque Estadual do Jalapão pode ser uma importante ferramenta para a formulação de políticas para um turismo sustentável na região.

### 3.2 - ESPAÇO, LUGAR E PAISAGEM

Tuan, em seu livro “Espaço & Lugar” (1983) diferencia os termos titulados por ele. Enquanto lugar é segurança, o espaço é a liberdade, ou seja, estamos ligados diretamente ao primeiro e desejamos o segundo. Para Tuan, a noção de espaço e lugar é amplamente influenciada pela cultura, o que explica o fato de a noção espacial de um esquimó ser diferente da de um americano, por exemplo.

Para complementar a idéia de espaço e lugar, insere-se aqui o conceito de paisagem para Bertrand (1971, apud SARAIVA, 2005: 89), como sendo:

a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.

Rougerie em seu trabalho *Geographie dès Paysages* (apud CONTI, 2003) considera que na medida em que seu objetivo em localizar os fatos, explicar as diferenças entre espaço terrestre e compara os grandes conjuntos, a Geografia é o estudo da paisagem.

Miltons Santos (apud CONTI, 2003) destaca que os elementos naturais podem ser transformados em recursos sociais, os quais vão se sucedendo, sendo que a paisagem formada por fatos do passado e do presente.

Segundo Rodrigues e Silva (2002) para classificar as paisagens, deve se pensar nas seguintes questões: primeiro, há que se diferenciar e classificar as paisagens naturais; em seguida é necessário distinguir as formas de ocupação (densidade, intensidade e tipos de ocupação); e por último, para a classificação das paisagens culturais, desta forma podendo entender a transformação da paisagem natural para paisagem cultural.

E como espaço, lugar e paisagem estão relacionados com turismo?

Para Sales e Assis (2006) há uma intensa relação entre turismo e espaço, uma vez que o primeiro apropria-se do segundo, para que sejam atendidas as suas exigências. Os autores salientam que o turismo é um importante modificador do espaço, e que para que estas transformações sejam benéficas, as diferentes esferas da educação devem discutir o tema.

Tuan (1983) afirma que o que começa como espaço indiferenciado pode se transformar em lugar à medida que o conhecemos melhor e dotamos o seu valor. Ele considera a experiência como a maneira pela qual a pessoa conhece e constrói a realidade. E esta maneira inclui os sentidos diretos olfato, paladar, tato e percepção visual. Desta forma, a experiência significa aprender, atuar sobre o dado e criar a partir dele. De acordo com suas palavras:

...a experiência implica na capacidade de aprender a partir da própria vivência, (...) significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento. (...) Experienciar é vencer perigos. Para experienciar no sentido ativo, é necessário aventurar-se no desconhecido e experimentar o ilusório e o incerto (...). Por que alguém se arrisca? O indivíduo é compelido a isso. Está apaixonado, e a paixão é um símbolo de força mental. (TUAN, 1983: 10-11)

Neste contexto, o autor define espaço como capacidade de mover-se e aqui, complementa-se a idéia do autor, ao se inserir a idéia de turismo neste contexto, pois ao mover-se o homem apropria-se de novos conhecimentos e dependendo de suas experiências estes espaço pode se transformar em lugar.

A paisagem por sua vez é um elemento primordial para o turismo e principalmente para o ecoturismo. Barttley (1978 apud ZACCHI, 2004) afirma que a percepção da paisagem é efetuada não só através da visão, mas sobretudo, realizada pelos dez mecanismos sensoriais do homem: visão, audição, tato, cinestesia (sentido muscular), dor, paladar, olfato, sentido vestibular e o químico.

Esta classificação apóia-se em quatro critérios principais que prevaleceram por muito tempo: pelo primeiro critério, para isolar uma modalidade sensorial, deve-se demonstrar que a experiência que a constitui é única. O segundo, é o reconhecimento de que existe um tipo especial de órgão terminal como mediador da experiência. O terceiro, é a existência de uma via nervosa separada, que parte do órgão sensorial até o cérebro; e o quarto é a demonstração de que há um tipo ou traço especial de energia que atua como estímulo adequado (BARTTLEY, 1978 apud ZACCHI, 2004: 6).

### 3.3 – PERCEPÇÃO AMBIENTAL

A problemática das questões ambientais tem conduzido a procura incessante de novas formas de se buscar uma relação harmoniosa entre homem e meio ambiente. E é neste panorama que a educação ambiental tem assumido um papel essencial na sensibilização da sociedade com relação aos conflitos entre homens e natureza. Entretanto, a atividade de educação ambiental deve ser pautada na realidade do grupo observado, exigindo abordagens pedagógicas globalizantes, sistêmicas e interdisciplinares (CORREIA; OLIVEIRA; MARIN, 2006).

A percepção ambiental caracteriza-se por investigar a tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o modo como o homem percebe e interage com o ambiente em que está inserido.

Duas correntes procuram explicar a percepção do espaço visual: o empirismo e o inatismo. Enquanto que para o inatismo o espaço visual é intuitivo e a percepção é inata, o empirismo, ao contrário, o espaço visual é aprendido e a percepção é inferida da experiência, ou seja, o espaço é vivenciado (PINHEIRO, 2004). Buscar-se-á para este estudo uma análise com vistas à corrente empirista, por acreditar que só vê e observa o que aparece.

Em sua obra “Fenomenologia da Percepção”, Merleau-Ponty (2006) afirma que tudo aquilo que se sabe do mundo, mesmo por intermédio da ciência, sabe-se a partir de visão ou experiência do mundo de outrem, sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. O conhecimento espacial adquirido pelo homem, consiste, sobretudo, em imagens mentais, construídas na trajetória em sua vivência a partir de sua percepção.

E para frisar esta influência empírica, Oliveira (1996) cita Piaget para explicar a percepção e sua correlação com a ação humana, afirmando que em todos os níveis de desenvolvimento, as informações fornecidas pela percepção, e também pela imagem mental, servem de material para a ação ou para a operação mental. Da mesma forma, estas atividades mentais exercem influência direta ou indireta sobre a percepção, enriquecendo-a e orientando seu funcionamento à medida que se processa o desenvolvimento mental.

A percepção, então, seria o processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos e cognitivos. Os primeiros são captados pelos estímulos externos através dos cinco sentidos

humanos. Os segundos, por sua vez, são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência por considerar que a mente humana não funciona exclusivamente a partir dos sentidos. Del Rio (1999: 3) afirma que “Esses mecanismos cognitivos incluem motivações, humores, necessidades, conhecimentos prévios, valores, julgamentos e expectativas.”. Desta forma, existem contribuições do sujeito ao processo perceptivo que vão desde a motivação até a decisão e conduta, conforme pode ser observado na figura a seguir:

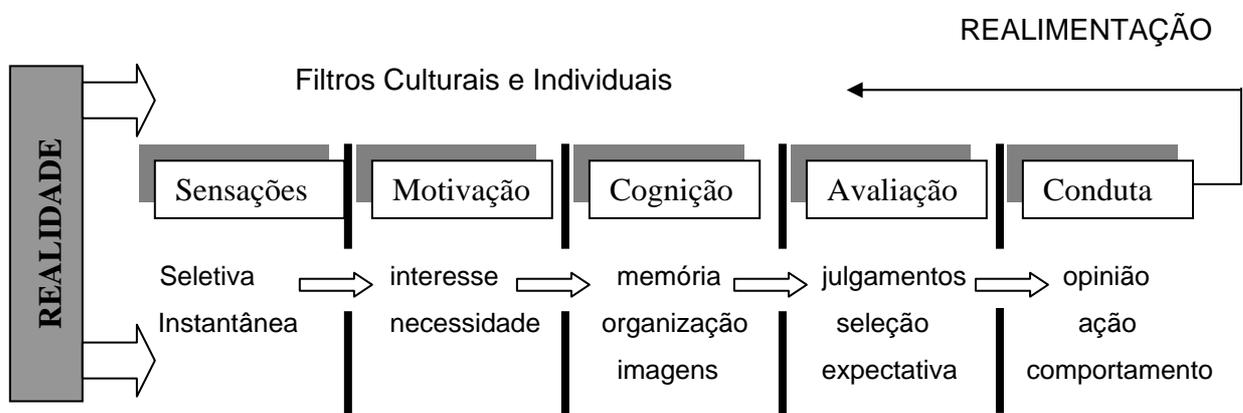


FIGURA 26 - Esquema teórico do processo perceptivo.  
Fonte: Del Rio e Oliveira (1999).

Tuan (1983) destaca que a percepção visual é uma das maneiras pela qual a pessoa conhece e constrói a realidade. Para ele, a experiência abrange as diferentes maneiras de conhecer e construir a realidade, maneiras estas que variam desde os sentidos mais diretos e passivos como olfato ou paladar, até a percepção visual ativa.

Kohlsdorf (1999) corrobora com Tuan ao afirmar que o componente visual merece destaque uma vez que a noção de espaço processa-se a partir de sua forma física, que é percebida pela visão. Santos (2004) ressalta que enquanto a visão é

considerada uma sensação, a percepção é definida como significados que atribuímos as mensagens que recebemos dos sentidos, na forma de sensações.

O perceptor interpreta as percepções condicionadas aos seus valores individuais e grupais. Assim sendo, o grau de satisfação ou insatisfação é algo relativo, pois vai depender se o que ele percebeu ou vivenciou era correspondente aos seus desejos e expectativas para aquele momento (PINHEIRO, 2004).

Musa (2005) citando Tuan afirma que a percepção é seletiva, antecipadora e exploratória, além de estar associada à atitude do ser humano, uma vez que as pessoas escutam, enxergam, sentem, estimulam os sentidos, mas somente percebem aquilo que a mente seleciona de acordo com a atribuição de significados. Cita-se Tuan (1980: 285) para re-afirmar a idéia da autora: “o grupo, expressando e reforçando os padrões culturais da sociedade, afeta fortemente a percepção, a atitude e o valor que seus membros atribuem ao meio ambiente”.

Buscando uma conceituação do tema, percepção seria a resposta dos sentidos aos estímulos externos na qual certos fenômenos são registrados, ao passo que outros são ignorados. Para propiciar algumas satisfações, muito do que o ser humano percebe estão enraizadas na cultura. A atitude, por sua vez, que possui maior estabilidade do que a percepção é formada por uma sucessão de percepções e seria uma posição que se toma frente ao mundo. A visão de mundo é parcialmente pessoal e em grande parte social, representando um conjunto de crenças (TUAN, 1980).

Desta forma, Tuan afirma que cada um percebe aquilo que lhe interessa, de acordo com o contexto sócio-cultural, logo, a cultura afeta a percepção. Assim, os trabalhos de percepção devem levar em conta os aspectos sócio-culturais dos indivíduos estudados (MUSA, 2005).

Traga-se aqui, novamente o pensamento de Tuan (1980) para ressaltar que a avaliação de paisagem é essencialmente estética, sendo que os juízos de beleza ou feiúra tende a desaparecer a medida que ele aprende a viver no local. Logo, as pessoas ao se adaptarem ao meio onde são expostas passam com o tempo a não estranharem mais os fatos ou imagens que um dia já perceberam como diferente, dado que atribuímos significados de acordo com nossos filtros perceptivos e valorativos. Desta forma, pode se afirmar que tanto os moradores locais, quanto visitantes que visitam frequentemente o local tendem a não estranhar a paisagem, pois já se acostumaram a ela.

Ao mesmo tempo, Velho (1987 apud SOUZA, 2006) destaca que a familiaridade não seria necessariamente equivalente a um conhecimento verdadeiro. Ela apenas pode contribuir com leituras consideravelmente válidas sobre determinados grupos sociais. Ainda sobre a atribuição de valor da paisagem pelo homem, Bley (1996 apud PINHEIRO, 2004: 44) afirma que “o belo está no homem e ocorre quando a imaginação se harmoniza com o entendimento”. Logo, o valor atribuído está intrinsecamente ligada à apreciação humana e artística. Assim sendo, como analisar as percepções ambientais de diferentes atores em um determinado contexto?

No presente trabalho buscou-se uma análise conceitual de alguns termos que permeiam o estudo da percepção ambiental, tais como: percepção, representação e interpretação ambiental.

Para Morin (1999 apud ANTONIO; GUIMARAES, 2007: 927) as formas de representação são simbólicas e se encontram atreladas pelos processos de percepção e interpretação ambiental. Os autores consideram que as vivências ambientais se constituem em processos que se iniciam “nos estímulos dos

receptores sensoriais, codificando, organizando, transformando, organizando, traduzindo, ressignificando”. Este processo é seletivo, porque parte dos dados sensoriais são eliminados; aditivo, pois as informações são completadas a partir da inteligência e da memória; e ao mesmo tempo corretivo, pois o cérebro pode modificar o que é recebido, dando uma tradução simbólica. Ao final deste ciclo da percepção teremos a representação.

Gade (1980 apud PINHEIRO, 2004: 39) destaca que a “percepção se refere aos processos pelos quais os indivíduos recebem estímulos através dos seus vários sentidos e os interpreta.”. Cada pessoa recebe as informações do ambiente e as interpreta, seja com olhar crítico (estudo) ou simplesmente contemplando, na proximidade com o ócio (BRUHNS, 1999 apud PINHEIRO, 2004).

No pensamento de Matarezi (2006) a interpretação ambiental seria um experimento educativo transdisciplinar com objetivos educacionais, conservacionistas e terapêuticos. Para o autor, partindo do campo da educação ambiental comunitária o experimento busca promover uma reaproximação dos participantes com o meio ambiente nos aspectos naturais, sociais, culturais e históricos, estimulando uma reflexão crítica do indivíduo para com o lugar. Sendo realizado por meio de vivências em grupo em que os indivíduos tem contato com diferentes situações de olhos vendados e descalças, exercendo o tato, paladar, olfato e audição.

A interpretação ambiental ainda pode ser entendida como uma atividade educativa que possui como finalidade revelar significados e inter-relações no ambiente por meio de um contato direto com o recurso natural ao invés de apenas uma comunicação literal (Tilden, 1977 apud Silva *et al*, 2006). Logo, é flexível e moldável às mais diversas atividades, dentre as quais pode-se citar a atividade

turística desenvolvidas em ambientes naturais (HANAI; SILVA-NETO, 2006). Vasconcelos (2003) afirma que quando bem planejada, a interpretação ambiental pode auxiliar o manejo das unidades de conservação.

Isto posto, considera-se este trabalho como sendo um estudo através de uma ciência aberta à experiência vivida, pois é:

Com essa visão de ciência que olharemos os cidadãos comuns, sujeitos de nossas pesquisas, vendo suas descrições dos lugares como o conhecimento concreto deles, reconhecendo suas representações (grifo nosso) do mundo e dos lugares. Tentaremos interpretar (grifo nosso) as informações dos sujeitos tal como eles nos demonstrarão, e a fenomenologia nos dá sustentação para isto, pois ela é a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é. (NOGUEIRA, 2004: 211-212).

A partir de toda esta abordagem fenomenológica, crê-se na importância em se compreender como o homem percebe o seu meio, uma vez considerada suas constantes intervenções. O estudo da percepção e representação ambiental auxilia a compreensão desta relação, podendo conduzir a práticas educacionais efetivas direcionadas ao agente humano.

### 3.4 – PERCEPÇÃO AMBIENTAL E ATIVIDADE TURÍSTICA:

Como foi visto, o caminho natural para se trabalhar o ecoturismo seria em espaços naturais. Nogueira (2002, apud PINHEIRO, 2004) apresenta quatro componentes biofísicos da paisagem, que podem ser utilizados para o uso turístico: a terra, a água, a vegetação e as estruturas artificiais, acrescentando-se aqui o clima como um fator influenciador do uso turístico. Para o autor, o resultado final da combinação dos componentes abióticos, bióticos e antrópicos transformam locais em lugares únicos e conseqüentemente, podem transformar em oferta turística.

Algumas unidades de conservação podem ser áreas para o desenvolvimento do segmento ecoturístico, mas este uso deve ser, antes de tudo, controlado, uma vez que sabe-se da fragilidade do ambiente com relação aos seus componentes natural, econômico e sócio-cultural.

E, com a convivência com novos signos, sinais, símbolos e linguagem, tem se tornado cada vez mais marcante a investigação por parte dos estudiosos destas correlações para que entenda toda esta semiótica (MENEZES, 2004). Para Montenegro (2004) a informação retida nas imagens do lugar é cheia de significados que caracterizam os padrões de preferências e valores culturais. Interpretar essas imagens significa fazer uma leitura dos textos não-verbais, tida como uma síntese integradora entre características sociais, econômicas e culturais, expressa por uma linguagem que representa uma codificação do mundo.

Logo, acredita-se que a cognição é um processo de produção de conhecimento que está diretamente ligada a emoção, pois, já dizia Piaget: “Não há cognição sem emoção e não há emoção sem cognição” (1976 apud FIALHO, 2001) prevê uma mudança pedagógica profunda. E a imagem turística é um caminho à cognição do ambiente, assumindo assim, papel fundamental no processo de conhecimento, proporcionando as mudanças mentais nos indivíduos. (PINHEIRO, 2004), mas, para que o produto turístico possa se formar e implementar, o autor considera que três componentes devem ser planejados e interagidos harmoniosamente na manutenção da integridade do ambiente: a qualidade do atrativo; estruturas físicas mais adequadas ao ambiente e ao uso que se propõe; serviços prestados profissionalmente em coerência sócio-cultural.

Para complementar o que já foi dito quanto a qualidade e estrutura adequada turisticamente, cita-se aqui Olscamp (1980, apud PINHEIRO, 2004), pois para o

autor, ao visitar um produto turístico em área natural, o perceptor terá consciência do valor do atrativo e dos serviços prestados a ele à medida que ele vivencia numa interação do que chamamos de campos afetivos, cognitivos e perceptivos, podendo agregar novos valores da relação de emoção, mas como já foi visto, sabe-se o quão difícil é se atribuir valor a um atrativo natural, pois o que pode parecer belo para um turista, pode não representar o mesmo para um morador local, ou vice e versa.

Os moradores locais, por sua vez, têm seus processos cognitivos e perceptivos influenciados pelos fatores positivos, como por exemplo, o trabalho, renda extra, o conforto, mas também negativamente, como a perda de privacidade, verem seus (considerados) bens de uso se transformando em mercadorias à disposição dos visitantes. E estes fatores passariam por ajustes à medida que o turismo local vai adquirindo maiores proporções, recebendo uma resposta passiva da comunidade por, muitas vezes, falta de informação suficiente (Xavier, 2003 apud PINHEIRO, 2004).

Os guias e condutores locais do Jalapão podem ser vistos sob esta ótica, pois por viverem, em sua maioria, na própria comunidade receptora e por atuarem diretamente com o turista podem influenciar diretamente na conservação e gestão da área estudada. Daí, a importância de se analisar a relação dos guias ou condutores locais e sua conduta profissional para com o ambiente e o turismo da região.

Essas condutas são resultados dos processos cognitivos e perceptivos, valorações e expectativas de cada indivíduo. Pinheiro (2004) faz um paralelo oportuno entre valores e conduta. Para o autor conduta ou ainda, o posicionamento ao tomar consciência das inter-relações entre paisagem, infra-estrutura e serviços, podem ser formadores do ambiente turístico. Da mesma forma, os valores atribuídos

ao que foi oferecido ao turista experienciar dependem do grau de integridade dos componentes. O autor ainda complementa o raciocínio citando que a conduta e atitudes são estabelecidas pelos que processam as informações e constroem imagens do ambiente, que poderão ou não motivar o visitante e conseqüentemente estabelecendo o seu nível de satisfação. Acrescenta-se aqui, a influência que a comunidade local pode ter, dentro da categoria “serviços”, favorável ou desfavoravelmente não só na, respectivamente, satisfação ou insatisfação do visitante, como também na conscientização do visitante. Isto pode ser demonstrado pela figura a seguir:

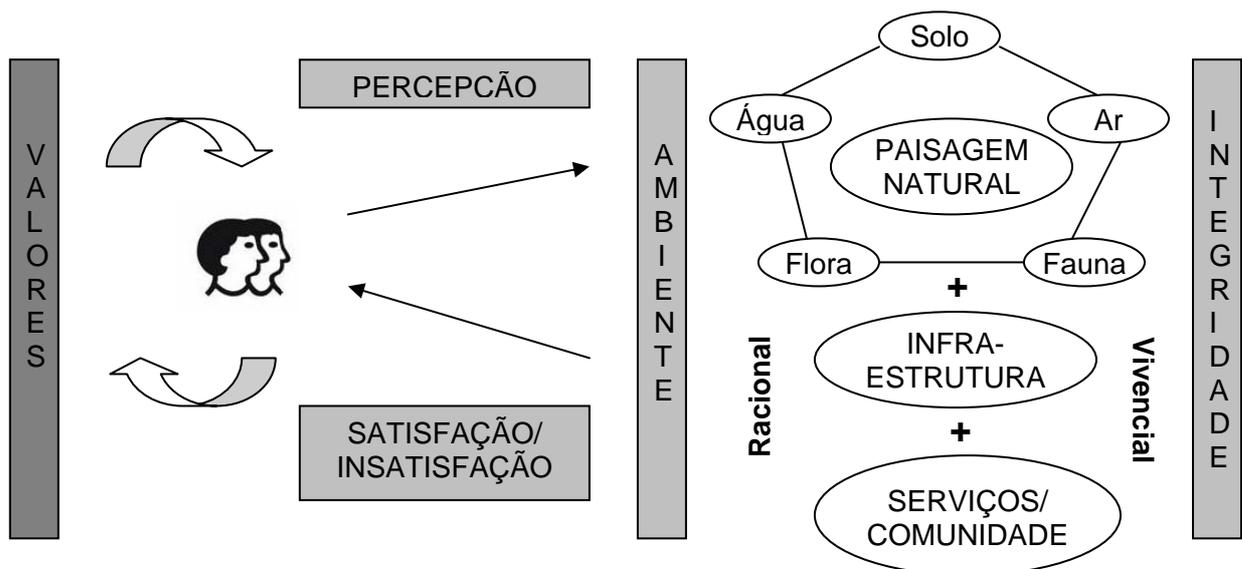


Figura 27 – Interação perceptor e o meio.

Fonte: PINHEIRO (2004), adaptado e organizado por SENNA, M.

Mais do que importante, é fundamental que a atividade turística, através do visitante, respeite a comunidade local e valorize sua cultura. Da mesma forma, o morador deve respeitar as particularidades de cada visitante. Pinheiro (2004) frisa que o respeito mútuo entre estes agentes (morador/turista) elevará a auto-estima dos envolvidos facilitando a conservação do meio natural e cultural.

Outro ponto que merece ser destacado neste trabalho é a carga de influências que o turista continua recebendo posteriormente à sua visita a uma localidade turística, uma vez que elementos como as lembranças relatadas à outrem ou ainda imagens fotográficas, o farão reativar as emoções vividas em uma determinada localidade. Sontag (1981, apud PALMA, 2007: 2) afirma que: “a fotografia tornou-se um dos principais instrumentos capazes de nos fazer conhecer determinada experiência, dando-nos a impressão de dela participar”. Para o autor, a fotografia funciona como coleção de ‘provas’ ou ‘troféus’ de uma determinada viagem que implica em um conhecimento indireto de um local.

Citando Ferreira, Pinheiro (2004) faz uma análise pontual de três conceitos: percepção, sensibilização e conscientização. Para o autor, percepção seria a formação de idéia ou entendimento ou compreensão dos conhecimentos por meio de sentidos. A sensibilização por sua vez, seria o ato de estar apto a sentir em profundidade as impressões, fazendo com que delas participe toda a sua pessoa, ao passo que a conscientização seria o processo pelo qual o homem toma consciência em relação ao seu redor criando a possibilidade de níveis mais altos de integração.

No entanto, quando se pensa no uso turístico de paisagens naturais, há de se pensar primeiramente na importância do planejamento ambiental para este uso, pois conforme foi dito, a atividade ecoturística deve ser vista primordialmente como estratégia para a conservação ambiental, o que é interessante também economicamente, visto que o grau de satisfação do visitante está intrinsecamente ligado à integridade do local turístico, bem como a qualidade da experiência, preferências paisagísticas, relevância cênica e as condições da área entre aspectos biológicos, funcionais, emocionais e culturais.

A idéia de conservação está intimamente ligada à de planejamento. Almeida *et al.* (1999) afirmam que o planejamento é a aplicação racional do conhecimento humano ao processo de tomada de decisão para conseguir uma utilização racional dos recursos, a fim de se obter o máximo de benefícios para a coletividade. Para os autores, o planejamento ambiental, ao contrário do que se pensa, não deve ser agregado ao plano de desenvolvimento como um mero capítulo, tampouco as políticas públicas devem ser orientadas pelo modelo tradicional economicista. Deve-se, ao contrário, adotar metodologias interdisciplinares de planejamento, visando a interação entre ambientes naturais e humanos.

Neste sentido, o ecoturismo deve ter bases sustentáveis, isto é, deve buscar o planejamento baseado na execução de projetos ou estudos visando uma ação satisfatória de políticas públicas envolvendo os agentes econômicos e sociais (ARAÚJO; SILVA, 2006: 67). Para os autores, os projetos ecoturísticos devem contemplar ainda:

- a) o estudo completo das possibilidades e limitações do meio a ser "vendido" como produto turístico; b) os investimentos a serem feitos na infra-estrutura do local (hotéis, estradas, serviços de água, esgotos, etc.); c) as formas de financiamentos e empréstimos a serem procurados (programas de fomento à atividade, bancos públicos e/ou privados, etc.); d) os programas de qualificação da mão-de-obra; e) as parcerias diversas com agências e órgãos da área de turismo; f) a campanha a ser criada com estratégia de marketing do produto a ser vendido; e g) as recomendações e os cenários possíveis após implantação da atividade.

O planejamento deve ainda ser assistido pela academia (universidades), órgãos de fomento das atividades econômicas e da área de turismo (Ministério do Turismo, Sebrae), pelo Governo Estadual e os municípios e associações hoteleiras, comerciais, envolvendo várias parcelas da sociedade, prioritariamente, com a

participação da comunidade local, pois serão os moradores quem executarão o projeto e constituirão a mão-de-obra para a atividade turística se desenvolver.

E é dentro deste panorama de planejamento ambiental que temos as Unidades de Conservação. Instituído pela Lei Nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC estabelece critério e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (UC) do país. Como principais objetivos do SNUC destaca-se aqui a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais. É gerido pelos seguintes órgãos: órgão consultivo e deliberativo (Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA), órgão central (Ministério do Meio Ambiente – MMA) e órgãos executores (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA e órgãos estaduais e municipais).

A lei apresenta ainda as categorias de unidade de conservação, divididas em dois grupos distintos: unidades de proteção integral (permitido o uso indireto dos seus recursos naturais, mas com proibição de visitação pública) e unidades de uso sustentável (tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de seus recursos naturais).

O primeiro grupo é composto pelas seguintes categorias de unidades de conservação: estação ecológica (tem como objetivos a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas), reserva biológica (o objetivo é a preservação integral da biota e demais atributos naturais, sem a intervenção humana), parque nacional (objetiva a preservação de ecossistemas naturais, possibilitando a realização de pesquisas científicas, bem como atividades educacionais e de interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico), monumento natural (objetiva a preservação de sítios naturais raros, sendo possível haver propriedades

particulares e visitação, desde que adequadas às condições propostas pelo órgão regulador), refúgio de vida silvestre (o objetivo deste tipo de unidade é proteger ambientes naturais onde se assegurem condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local).

No grupo das Unidades de Uso Sustentável, as seguintes categorias são apresentadas: Área de Proteção Ambiental (área extensa, com certo grau de ocupação humana, tendo como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade local.); Área de Relevante Interesse Ecológico (área de pequena extensão, com pouca ocupação humana, com exemplares raros da biota regional, podendo ser constituídas por terras públicas ou privadas); Floresta Nacional (área de cobertura florestal de espécies predominantemente nativas, objetivando o uso múltiplo sustentável e pesquisas científicas, de domínio público, permitidas a permanência de populações tradicionais que lá habitam, bem como a visitação pública); Reserva Extrativista (área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cujo objetivo básico é a proteção da cultura local e o uso sustentável da região, sendo de domínio público, permitidas visitação e pesquisas científicas desde que de acordo com o plano de manejo da região, sendo proibidas a exploração de recursos naturais minerais e a caça amadorística ou profissional); Reserva de Fauna (área com populações animais de espécies nativas, adequadas para uso sustentável, de domínio público, sendo desapropriadas as terras particulares, permitida a visitação pública, mas não a caça amadorística e profissional); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (área natural que abriga populações tradicionais que possuam sistemas sustentáveis de exploração, sendo permitidas as visitas públicas e pesquisas científicas desde

que haja interesse das comunidades envolvidas) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (áreas privadas com o objetivo de conservar a biodiversidade biológica).

SNUC, em seu Art. 15, define APA como sendo uma área extensa, com certo grau de ocupação humana, com atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações. Cabral e Souza (2005) discutem que o fato do artigo não explicitar melhor o significado de “áreas com certo grau de ocupação humana” pode gerar conflitos de entendimento acerca da questão. Os autores ainda afirmam que as Áreas de Proteção Ambiental no Brasil são singulares. Acrescentam que deve ser levado em conta que a APA é uma UC de uso sustentável, e, criada pelo poder público, pode ser instituída em terras públicas e privadas, manejada pelos proprietários, desde que obedeçam a medidas restritivas impostas pelo poder público e, ainda, gerenciada por meio de Conselho Gestor, que pode (e deve) funcionar como um fórum de debates para que os conflitos sejam equacionados. Por permitirem atividades econômicas em seu interior, devem incentivar comportamentos de conservação dos recursos pelos proprietários das terras.

Através da Lei n. 1.172, de 31 de julho de 2000, o Governo do Estado do Tocantins cria a unidade de conservação ambiental denominada APA-Jalapão. Com área de 461 mil hectares abrange os municípios de Mateiros, Novo Acordo e Ponte Alta, tendo sido criada com finalidade de: “proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar e incentivar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais do seu interior” (TOCANTINS, 2000: 2).

Mas a criação de APA's e parques são instituídas em áreas de interface com diversas condições sociais, econômicas, políticas e ideológicas e isto pode gerar conflitos ambientais com os mais diversos atores que lá habitam. Em sua obra

*Democratização e Gestão Ambiental*, Brito e Câmara (1998) destacam que a Educação Ambiental é um processo fundamental na conscientização das comunidades, visando aumentar a consciência ecológica das populações de áreas protegidas quanto aos limites, importância, potencialidades e fragilidades dos ecossistemas de sua região. Os autores ainda consideram que a educação ambiental deve ser implantada como um processo educativo e instrumental, ajustando e adaptando as realidades específicas.

Uma maneira de conscientizar a comunidade e os visitantes é a criação de um manual de conduta adequada em roteiros ecoturísticos. O Parque Nacional da Tijuca criou o “Padrão de conduta ambiental” com base na NBR ISO 14.001, que introduz nas empresas uma conduta preventiva de ocorrências de impactos negativos adversos no meio ambiente, definindo assim as regras de visitação com o objetivo de melhorar a visitação e a conservação do meio ambiente. Dentre as condutas recomendadas nas trilhas cita-se, caminhar em fila indiana evitando criação de novas trilhas; não coletar ou causar qualquer tipo de dano a fauna ou flora; não utilizar equipamento sonoro em volume alto; recolher lixo produzido e o encontrado na trilha; não fazer fogueiras ou jogar restos de cigarro no chão (TERRA BRASIL, 2008).

Daí a importância de se estudar a percepção ambiental dos guias e condutores turísticos do Parque Estadual do Jalapão, pois   através deste conhecimento que poderá ser planejada uma educação ambiental voltada para a realidade local e de caráter realmente transformadora.

## 4 O JALAPÃO

O Estado do Tocantins está localizado na região norte do Brasil, em uma zona de transição entre grandes ecossistemas: a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga e o Pantanal.

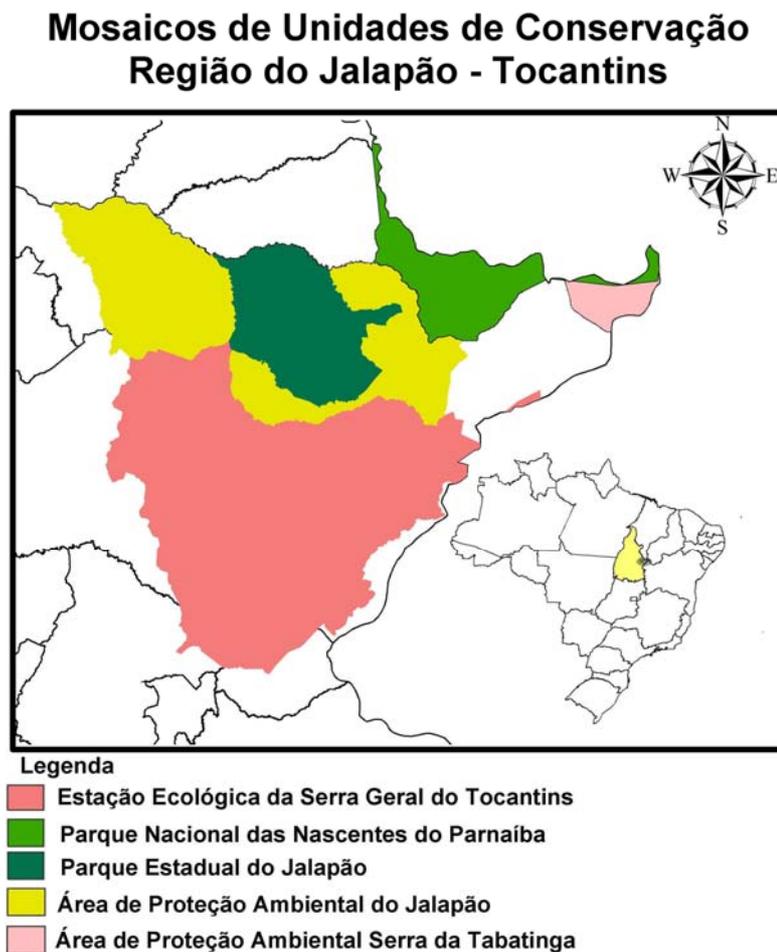
No Estado existem onze Unidades de Conservação (UC) federais, administradas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), que são a Área de Proteção Ambiental (APA) Meandros do Rio Araguaia, APA Serra da Tabatinga, Reserva Extrativista (RESEX) do Estremo Norte Estado do Tocantins, Parque Nacional (PARNA) do Araguaia, Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, Estação Ecológica (ESEC) Serra Geral do Tocantins e cinco Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN). (NATURATINS, 2008)

O Tocantins possui, ainda, mais treze UC's administradas pelo Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), que são a APA das Nascentes de Araguaína, APA Foz do Rio Santa Tereza, APA Ilha do Bananal/Cantão, APA Jalapão, APA Lago de Peixe/Angical, APA Serra do Lajeado, APA Lago de Palmas, APA Lago de Santa Isabel, APA Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis, Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins, Parque Estadual do Cantão, Parque Estadual do Lajeado e Parque Estadual do Jalapão (NATURATINS, 2008).

### 4.1 - SITUAÇÃO

A região do Jalapão, no leste do Estado do Tocantins, compreende uma área espacial de 53,3 mil Km<sup>2</sup>, que faz divisa com os estados Maranhão, Piauí e Bahia. Desta área total, 34,1 mil Km<sup>2</sup> encontram-se dentro do Estado do Tocantins. Possui uma baixa densidade populacional (entre 0,3 e 0,7 hab./km<sup>2</sup>).

As Unidades de Conservação que encontram no PEJ um importante elo de conexão são ESEC- Serra Geral do Tocantins (716 mil hectares), APA Jalapão (467 mil hectares), APA Serra da Tabatinga e PARNA- Nascentes do Parnaíba (quase 730 mil hectares). O conjunto de UC's do Jalapão forma uma das maiores regiões de Cerrado sob proteção (SCHMIDT, 2005).



Mapa 1 – U.C.'s do Jalapão.

Fonte: NEATUS / UFT / Fundação O Boticário. Data: 22/08/2007.

#### 4.2 CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO

A região do Jalapão reúne quatro tipos de paisagens, sendo o platô, as encostas, as áreas planas baixas e as paisagens de veredas. Na primeira, são observadas as serras tipo mesa, e a fauna de grande porte é mais bem visualizada

devido à vegetação tipo campo sujo e campo limpo. Nas encostas, os declives das vertentes são maiores e os solos mais rasos, apresentando afloramentos rochosos e com muitas nascentes como as dos rios Parnaíba, dos afluentes do Rio São Francisco e do Tocantins. A desnudação contínua, somada a um processo geológico de anos, devido ao neossolo quartzarênico, provoca a modelação do Jalapão. Nas planícies, áreas planas e baixas, a vegetação é relativamente aberta. As veredas são áreas úmidas e sujeitas a inundações, normalmente com a presença da palmeira buriti (*Mauritia flexuosa*), sendo nas veredas que a população local faz o extrativismo do capim dourado (VON-BEHR, 2004), tradicional matéria prima do artesanato local.

O clima da região é caracterizado por dois períodos contrastantes. O primeiro, chuvoso, vai de outubro a abril e o segundo, seco, compreende os demais meses. O Jalapão se localiza em uma faixa de transição das áreas menos chuvosas do nordeste semi-árido para as mais chuvosas do centro-oeste do Brasil (VON-BEHR, 2004).

Sobre os recursos hídricos, a região é atravessada por diversas sub-bacias. A bacia do rio do Sono, incluindo as sub-bacias dos rios Perdida, das Balsas e do rio Manuel Alves da Natividade, distribuem-se territorialmente pela porção leste do Estado do Tocantins e a região do Jalapão. A área comporta boa parte das nascentes dos principais tributários do rio Tocantins, que aumentam o caudal do mesmo, alimentando o sistema hídrico do médio e baixo Tocantins (SEPLAN, 2003).

Segundo Carmignotto (2007), que tomou os mamíferos para servir de exemplo, a região representa um importante patrimônio ecológico, pois, além de manter populações daquela classe de médio e grande porte, também possui populações de mamíferos de pequeno porte com padrões distintos e distribuição

geográfica restrita. Ainda apresenta rica biodiversidade, uma vez que possui espécies raras, endêmicas e algumas em extinção, como, por exemplo, o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), onça-pintada (*Panthera onça*) e o Tamanduá-Bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*).

Segundo dados do Plano de Manejo do PEJ (2003), a região do Jalapão possui baixa densidade demográfica (0,7 habitantes/km<sup>2</sup>), sendo que 57% dos habitantes residem na zona rural da região. Von Behr (2004) destaca que o povoamento da região iniciou-se pelos migrantes nordestinos e por vaqueiros que transportavam gado do Rio São Francisco para o Rio Tocantins.

#### 4.3 – PROJETOS E ESTUDOS NO JALAPÃO

Alguns projetos e estudos realizados na região do Jalapão foram apresentados no I Seminário sobre Conservação e Desenvolvimento Sustentável da região do Jalapão, no mês de agosto de 2007, e alguns resultados serão apresentados neste capítulo.

O projeto Rede Jalapão, sob a coordenação da Organização Não-governamental (ONG) Associação Onça-D'água, orienta famílias que produzem artesanatos e produtos alimentícios a partir de plantas do cerrado quanto à higienização, treinamento e comercialização de produtos, tais como farinha de jatobá (*Hymenaea sp*), doce, óleo e artesanato de buriti (*Mauritia flexuosa*), dentre outros (ARAUJO, 2007).

Bezerra e Silva (2007) analisaram as representações sociais de meio ambiente concebidas pela comunidade de Mateiros/TO, analisando os recursos utilizados na comunicação da educação ambiental e sua contribuição para a cidadania dos residentes. Os resultados parciais apresentados pelas autoras

mostraram que as intercomunicações produzidas pelos turistas e pela televisão têm proporcionado às pessoas da comunidade um saber diferente, conforme a ideologia política globalizada, e difundida pelo turismo.

Bonato, Ferreira e Figueroa (2007) discutiram a efetividade de gestão da Área de Proteção Ambiental do Jalapão. Para tal, adotaram dezessete critérios agrupados em seis grandes âmbitos, tais como política-real, recursos, planejamento, gestão, conhecimento e pressão, analisando as informações obtidas através de uma tabela de qualificação de eficácia de gestão de UC's proposta por Faria (2004 apud BONATTO, FERREIRA e FIGUEROA, 2007), pelos dados secundários e entrevistas com dirigentes do Departamento de Unidades de Conservação do NATURATINS. Os dados revelaram que a APA Jalapão apresentou efetividade de 62%, correspondendo a grau mediano, segundo critérios adotados. "Gestão" representou o âmbito que requer maiores incentivos, atribuindo o resultado principalmente à ausência de recursos humanos e financeiros. Os autores sugerem algumas estratégias para melhorar o desempenho da UC, tais como implantação do conselho gestor e contratação de equipe técnica e de fiscais.

Schimidt (2005) realizou um estudo sobre a ecologia do capim dourado (*Syngonanthus nitens*) - uma espécie de sempre-viva da região utilizada para a produção de peças artesanais - por meio de experimentação nas áreas de vereda. A autora obteve o resultado de que as queimadas tanto podem acarretar aumento de floração como também redução da população. Entre os aspectos sugeridos pela autora como motivo para cautela na queimada, destacam-se a densidade da planta e da área, umidade do solo, disponibilidade de nutrientes e potencial germinativo das sementes.

Santos *et al.* (2007) avaliaram as perspectivas de sustentabilidade da comunidade de Mumbuca, comparando os dados com as narrativas orais dos moradores. Os dados apontaram que há um baixo nível de desenvolvimento, mas ao mesmo tempo houve um aumento no índice com o incremento do turismo na região. As narrativas mostraram que os moradores estão satisfeitos com as condições de vida e atribuem o ganho desta qualidade ao turismo e ao comércio do artesanato.

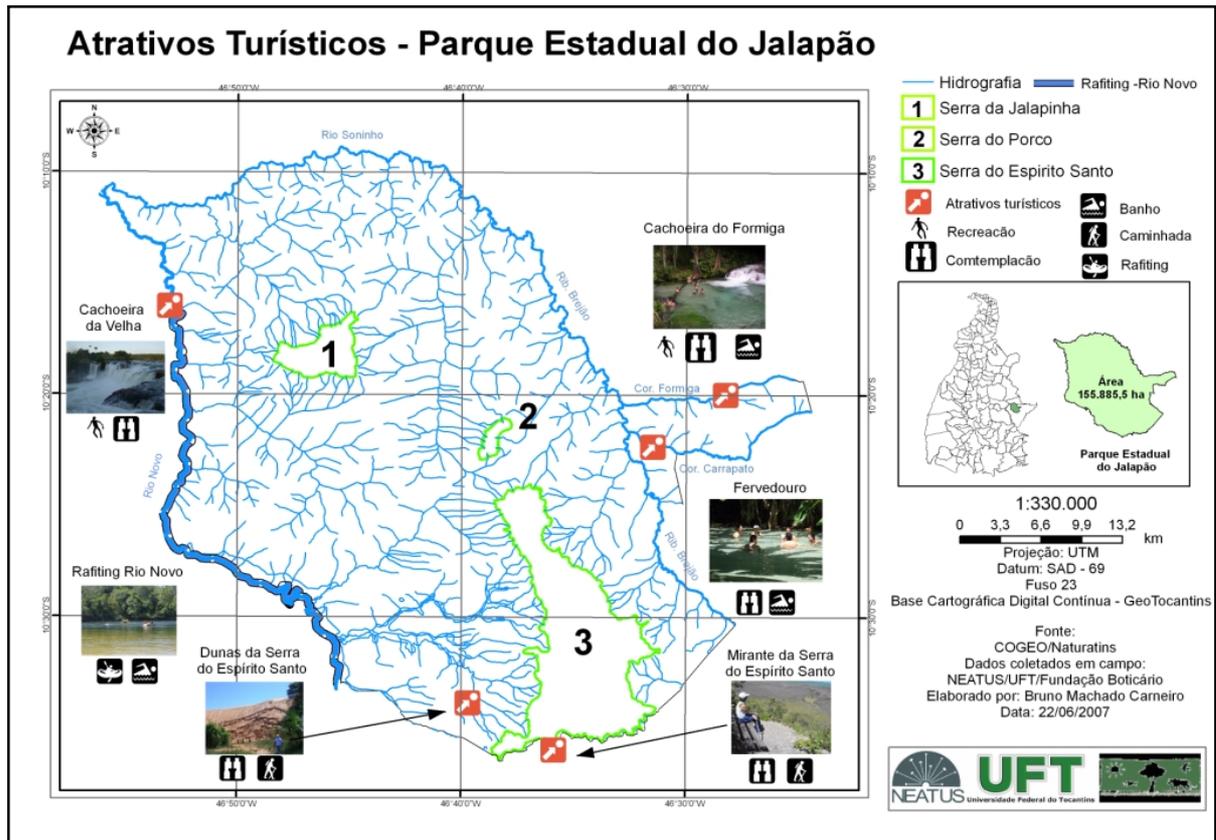
Foi realizado um estudo por Senna e Magalhães (2007) com os mesmos moradores da comunidade acima citada, sobre a existência de algum mito no atrativo do Fervedouro. Os resultados mostraram que há o mito de que o fundo do atrativo guarda riquezas, como por exemplo, diamantes, e, por esta razão, as águas não permitem que o banhista afunde, aumentando ainda mais o mistério que ronda o atrativo. Para as autoras, estes mitos agregam valor ao turismo por revelarem realidades culturais inéditas ao turista, por isso, a importância de estudá-los e difundi-los.

#### 4.4 – TURISMO NO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO

O Parque Estadual do Jalapão (PEJ), criado pela Lei Estadual n<sup>o</sup> 1.203 de 12 de janeiro de 2001 e com área de 158.885,5 hectares, pertence à categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral, objetivando a preservação dos recursos naturais da região, fato este que limita as formas de exploração do local, permitindo apenas o aproveitamento indireto de seus benefícios. Restringindo-se apenas ao município de Mateiros, o acesso ao PEJ partindo de Palmas/TO é feito, principalmente, por dois caminhos, ao sul via Porto Nacional e Ponte Alta do Tocantins ou ao norte via Novo Acordo e São Félix (SEPLAN, 2003).

A região possui diversas sub-bacias que vão desembocar no Rio Tocantins, entre elas a Bacia do Rio Sono, que se contrasta com o aspecto árido do Cerrado. (SEPLAN, 2003). O resultado destes contrastes é uma imensidão semi-árida recortada por águas límpidas, apresentando um forte potencial turístico, reconhecida pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA como ponto turístico do Brasil, incluído no Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal – PROECOTUR (SANTOS, 2007), como se podem citar os principais atrativos segundo dados da SEPLAN (2003):

- Cachoeira da Velha: possui formato de duas ferraduras com 15 metros de altura, suas águas permitem a prática de *rafting*.
- Dunas da Serra do Espírito Santo: com mais de 20 metros de altura, envolvidas por veredas, por Córrego das Areias e uma lagoa próxima;
- Cachoeira do Formiga: suas águas cristalinas formam um poço para banho de aproximadamente 8 metros de diâmetro;
- Fervedouro: poço de águas ressurgentes hídricas que não permitem ao banhista afundar. Este atrativo é cercado de mistérios.



Mapa 2 - Atrativos Turísticos – Parque Estadual do Jalapão.

Fonte: COGEO/Naturatins. Dados coletados em campo: NEATUS / UFT / Fundação O Boticário. Elaborado por: Bruno Machado Carneiro. Data: 22/06/2007.

De acordo com estudos de Dutra *et al.* (2007), que realizaram uma análise do perfil do turista que visita a região, mais da metade dos visitantes está entre a faixa de 15 e 45 anos, caracterizando um perfil jovem, mostrando ainda que grande parte tem uma renda alta e um alto nível de escolaridade, isto é, a maioria dos visitantes disse receber acima dos R\$ 4000,00 e possuírem nível superior completo.

Ferreira (2007) analisou os impactos ambientais, através do método do “Limite Aceitável de Câmbio (LAC)”, que vêm ocorrendo nos atrativos e acampamentos utilizados intensamente. Foram analisados aspectos biofísicos, como, por exemplo, quantidade de lixo, raízes expostas e árvores danificadas. Os principais impactos observados foram erosão do solo, abertura de vias de acesso e desvios aos atrativos, degradação da vegetação e lixo deixados nos atrativos.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo discutiremos os principais resultados da pesquisa com os guias e condutores de turismo e dos turistas do Parque Estadual do Jalapão. Buscou-se uma divisão dos resultados de acordo com as etapas da pesquisa. Desta forma, serão apresentadas inicialmente as principais percepções da pesquisadora na etapa de observação *in loco* da atuação dos profissionais estudados. Depois apresentar-se-ão os resultados da etapa em que se entrevistaram os turistas que visitaram o parque, sendo posteriormente apresentados os resultados das entrevistas realizadas com os guias e condutores que atuam na região. E por fim, mas não menos importante, apresentar-se-á a comparação dos resultados dos visitantes que visitam o parque, com e sem guias ou condutores, bem como a comparação dos resultados da percepção dos guias/condutores e a dos turistas.

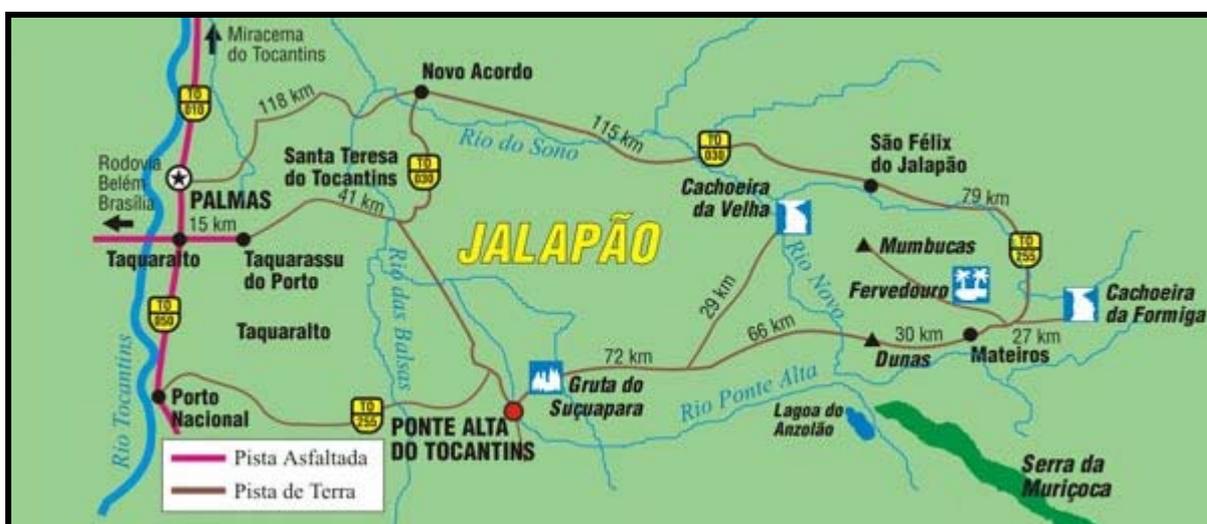
### 5.1 – OBSERVAÇÃO *IN LOCO*:

A observação *in loco* ocorreu em duas saídas programadas de roteiros turísticos de operadoras que atuam no local: uma regional, sem parceiros nacionais, e a outra que possui parceria institucional e atua com grupos de maior porte na região. Este estudo tem cunho acadêmico, desta forma, serão preservados os nomes das empresas, dos profissionais e dos turistas que participaram do roteiro como forma de assegurar a dignidade e integridade dos indivíduos, princípio básico previsto na Resolução 196/96 Conselho Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP.

#### 5.1.1 – Primeiro roteiro:

O primeiro roteiro ocorreu em janeiro de 2007 durante dois dias de visita aos principais atrativos turísticos da região, tais como: Cachoeira Suçupara, Cachoeira

do Lajeado, Cachoeira da Velha, Dunas, Mumbuca, Fervedouro e Cachoeira da Formiga. O percurso ocorreu em veículo com tração nas quatro rodas com a presença de um condutor de turismo e mais três ocupantes.



Mapa 3 – Roteiro realizado pelas operadoras de turismo.

Fonte: Site “Sua Rota”. Disponível em: <<http://forum.suarota.com.br>> Acesso: 15 de janeiro de 2008.

No roteiro realizado observou-se que, apesar de o condutor de turismo ter informado que estávamos nas limitações de um Parque Estadual, não houve maiores explicações sobre qual o intuito da criação do parque. Além disso, quando perguntado sobre a fauna e flora do local, o profissional não demonstrou segurança, transparecendo, assim, ter pouco conhecimento sobre o assunto. Também não foi repassada nenhuma informação sobre a cultura local e os mitos presentes na comunidade.

O pequeno grupo de turistas se mostrou atento ao que o condutor falava, apesar de sua aparente timidez, percebidas através de algumas atitudes tais como: voz muito baixa e fala lenta, atitudes confirmadas pelo próprio profissional. Como foi visto, Raposo, Capella e Santos (2002), destacam que o profissional responsável pela orientação dada aos turistas devem ter capacidade de decisão e liderança,

desembaraço, firmeza, flexibilidade, iniciativa, paciência, simpatia e sociabilidade, características estas que não foram marcantes no decorrer da visitação.

Em compensação, durante todo o roteiro, apesar de não ter sido feito nenhum trabalho de educação ambiental com o grupo, o guia se mostrou preocupado com os dejetos produzidos tanto pelo grupo, como também, por outras pessoas que visitavam os atrativos. Além disso, se mostrou preocupado com os impactos ambientais perceptíveis na região, como por exemplo, o assoreamento que ocorre na Cachoeira Suçuapara. O profissional lembrou que em sua infância, costumava brincar no atrativo e que as águas na época eram mais volumosas. Para ele, este impacto é decorrência do plantio de soja que avança na região.



Figura 28 – Cachoeira Suçuapara. Local indicado como sofrendo assoreamento progressivo. Fonte: Foto de Vilela, C., Fevereiro de 2007.

Outro aspecto positivo observado foi quando questionado sobre a limitação do acesso à alguns atrativos, bem como, sobre a possibilidade de se asfaltar as estradas, o guia se mostrou satisfeito com a situação atual, por considerar

necessário para conservação local, acreditando que se o fluxo aumentar, aumentaria também a degradação ambiental.

Quanto à conduta dos turistas, não houve nenhuma atitude consciente destes que gerasse algum tipo de impacto ambiental negativo. Antes de conhecer o local, foi perguntado, informalmente, o que eles esperavam encontrar no roteiro, aos que responderam com as descrições “paraíso das águas”, “deserto com muita areia” e “águas cristalinas” foram comentadas. No final do roteiro, foi perguntado se houve alguma mudança no que era imaginado do ambiente Jalapão, e mesmo diante de um cenário citado como “fascinante”, os turistas comentaram que as grandes distâncias percorridas num curto espaço de tempo acabavam por tornar a viagem bastante cansativa. Os visitantes consideraram que a atuação do condutor foi mediana, por considerá-lo tímido demais em alguns momentos.

#### **5.1.2 – Segundo roteiro:**

O segundo roteiro ocorreu no período do carnaval de 2007 durante cinco dias em visita aos principais atrativos turísticos da região, tais como: Cachoeira do Suçupara, Trilha do Mirante da Serra do Espírito Santo, Fervedouro, Cachoeira da Formiga. Além disso, foi feita uma visita à cidade de Mateiros para conhecer artesanato local, Dunas, Cachoeira da Velha e prainha da cachoeira. O percurso ocorreu em veículo com tração nas quatro rodas e adaptado para embarque de um maior número de pessoas, com a presença de um guia de turismo, três funcionários da operadora e vinte turistas.

No roteiro realizado observou-se que, além do guia de turismo ter informado que estávamos nas limitações de um Parque Estadual e explicar o porquê da criação do parque, foi também explicado que no mesmo local havia uma APA (Área

de Proteção Ambiental) e a Estação Ecológica com intuito de preservação da biodiversidade local. Além disso, quando perguntado sobre a fauna e flora do local, o profissional demonstrou propriedade sobre o assunto, destacando a existência de alguns animais na região, tais como o lobo-guará, bem como, mostrando as plantas que a comunidade utiliza com fins medicinais, apresentando ainda, alguns mitos presentes na região, como é o caso do mito do diamante no Fervedouro, valorizando assim a cultura regional.

Mas ao mesmo tempo, há de se notar que ao ser questionado sobre o porquê de não visitarmos a comunidade do Mumbuca, tradicional comunidade remanescente de quilombolas e artesãos de peças de capim dourado, o guia informou que esta decisão foi tomada pelos próprios moradores da comunidade que não queriam mais receber a visita. Informação esta que pode ser questionada de acordo com dados levantado por Santos *et al.* (2007) em que constataram que a comunidade do Mumbuca vive da venda do artesanato de capim dourado e que alguns moradores reclamam que não são todos os visitantes que vão até a comunidade para adquirir as peças, optando, muitas vezes, em comprar nas Associações de Capim Dourado de Mateiros ou Ponte Alta do Tocantins. A decisão de não visitar Mumbuca pode estar relacionados ao fato de os guias tenderem a ofertar produtos de associações das quais estão mais próximos ou que fazem parte.

O guia mostrou-se preocupado com os impactos ambientais adversos presentes na região, como por exemplo, a erosão no atrativo Fervedouro, citando que este impacto decorreu-se ao acesso de veículos ao local e que hoje não é mais permitido. Inclusive, neste atrativo, o guia coordenou a entrada gradativa dos turistas ao local, respeitando a limitação do acesso, conduta esta respeitada e elogiada pelos turistas.

Houve uma dificuldade em obter as impressões dos turistas, a princípio, pois o grupo era constituído por pequenos grupos que viajavam em conjuntos e conseqüentemente, havia certa resistência por parte dos grupos, o que dificultava a coleta das informações sem que fosse percebido que a turista era uma pesquisadora. Com o decorrer da viagem, a resistência inicial foi diminuindo e os grupos começavam a interagir entre si.

Neste grupo, a peculiaridade era a experiência da maior parte dos componentes em roteiros ecoturísticos, tanto nacionais como internacionais e buscavam aventura no roteiro, assim como contato com a natureza.

Um fato interessante comentado por um dos turistas foi quanto a quantidade de águas encontradas no roteiro. Segundo ele, “Quando ouvia falar no deserto do Jalapão, eu imaginava não ter águas, mas depois que cheguei, percebi que o deserto, não é pela imensidão dessa areia, mas o deserto demográfico”<sup>7</sup>. Este relato demonstra que a imagem vendida do Jalapão pelos veículos de comunicação pode estar equivocada.

Seja no acampamento ou em cada visita à algum atrativo havia o cuidado com os dejetos produzidos no local, havendo uma coleta e, segundo os responsáveis pelo roteiro, o lixo não-orgânico seria levado de volta à Palmas. O grupo de turistas se mostrou atento ao que o guia falava, interagindo com suas falas.

Além disso, foram realizadas atividades de orientação de conduta em alguns atrativos, tais como: cuidado em seguir na trilha já aberta, cuidado com lixo produzido, dentre outros, além de, no próprio veículo da empresa, possuir um folheto explicativo com algumas regras, que apesar de não ter sido explorado pelo guia, estava disponível aos turistas, sendo, portanto, uma forma de educação ambiental.

---

<sup>7</sup> Fala atribuída a um dos turistas do roteiro turístico realizado em fevereiro de 2007.



Figura 29: Folheto de orientação ambiental de empresa turística.  
Fonte: Foto de Senna, A., Fevereiro de 2007.

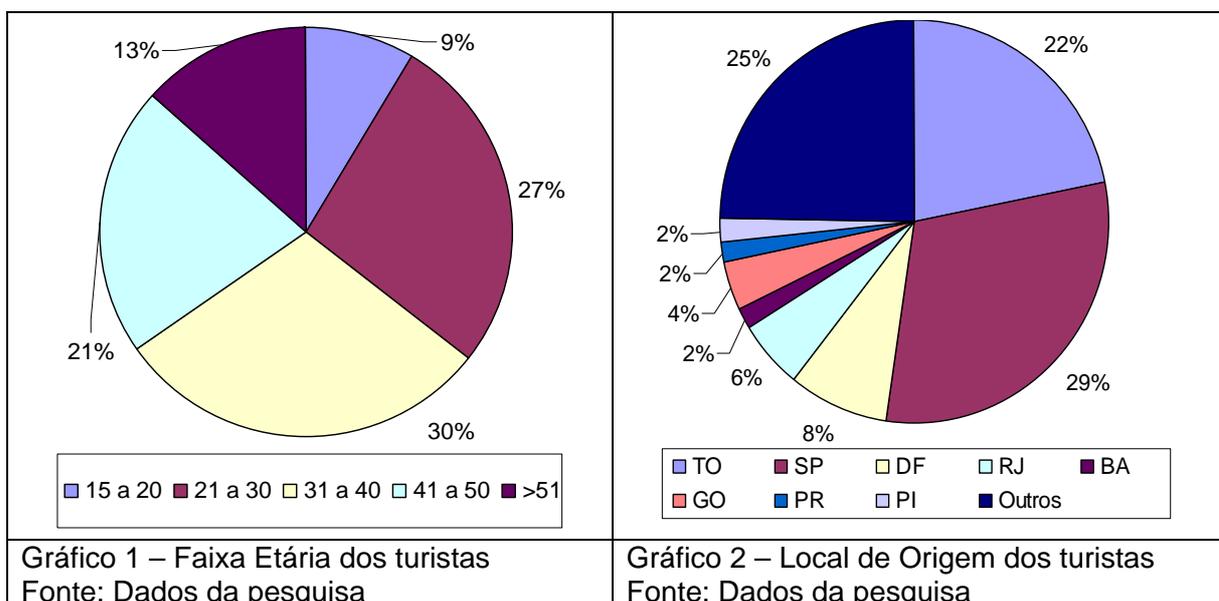
Apesar destas orientações, em um dado momento, um dos turistas retirou uma espécie nativa com intuito de plantá-la em sua cidade de origem. O guia, percebendo o fato, não tomou nenhuma atitude, o que demonstra ainda que, esta omissão, não condiz com a atitude esperada destes profissionais, conforme pode ser visto no código de ética dos guias e condutores, apresentado no capítulo anterior: “Respeite o meio ambiente e o patrimônio cultural e artístico, colaborando com a sua preservação”, pois mesmo tendo um bom conhecimento sobre a fauna e flora, ainda se faz necessário maiores orientações para estes profissionais.

## 5.2 – PERCEPÇÃO DO TURISTA

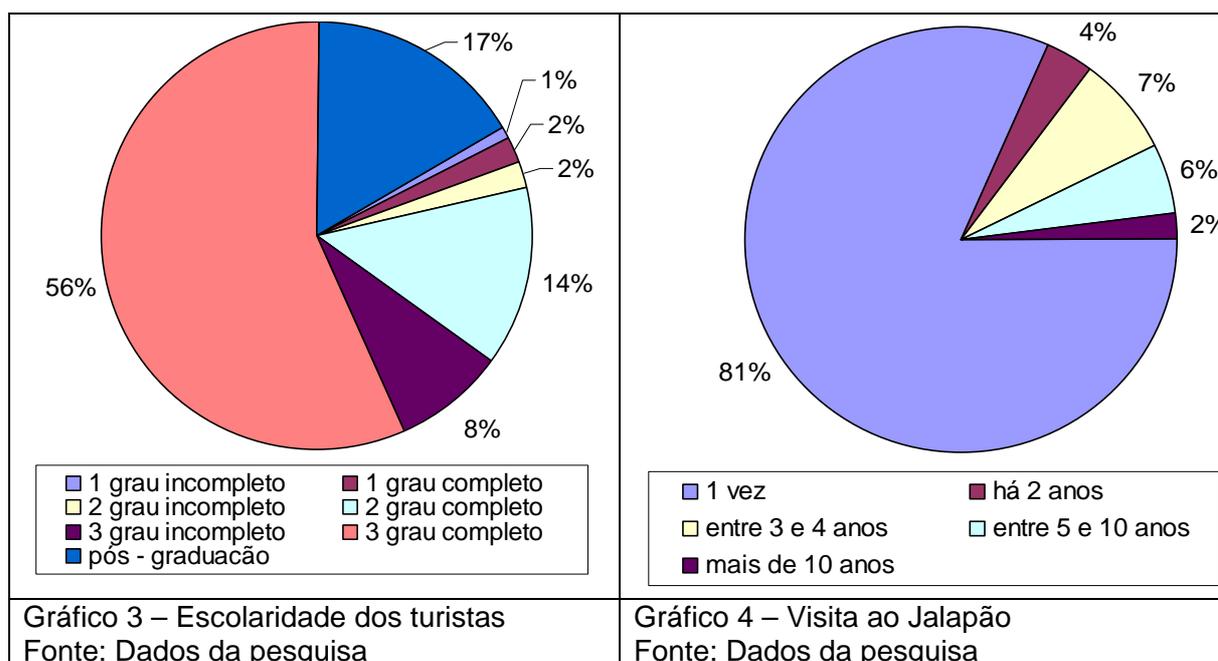
Através de questionário semi-estruturado (vide Apêndice 2) foram feitas entrevistas com os turistas que visitam a região nos meses de junho, julho e agosto. Nesta etapa foi investigado o perfil do entrevistado, se ele estava ou não visitando a região acompanhado de guia ou condutor de turismo, qual o conceito de meio ambiente segundo Sauv e *et al.* (2000), se ocorreu alguma atividade de educa o ambiental no roteiro, que tipo de impacto ambiental era percebido pelos visitantes, como ele via o Jalapão e se houve alguma mudança após o roteiro.

### 5.2.1 – Perfil dos turistas:

Os dados apontaram que a maioria dos visitantes está na faixa etária acima dos 31 anos de idade, com uma parcela significativa entre os 31 e 40 anos de idade, como pode ser notado no Gráfico 1. Houve uma preocupa o em se manter um número equilibrado do g nero dos entrevistados. Assim como na pesquisa realizado por DUTRA *et al.* (2007), também houve um número maior de visitantes de fora da região, predominantemente da região de São Paulo (Vide Gráfico 2).

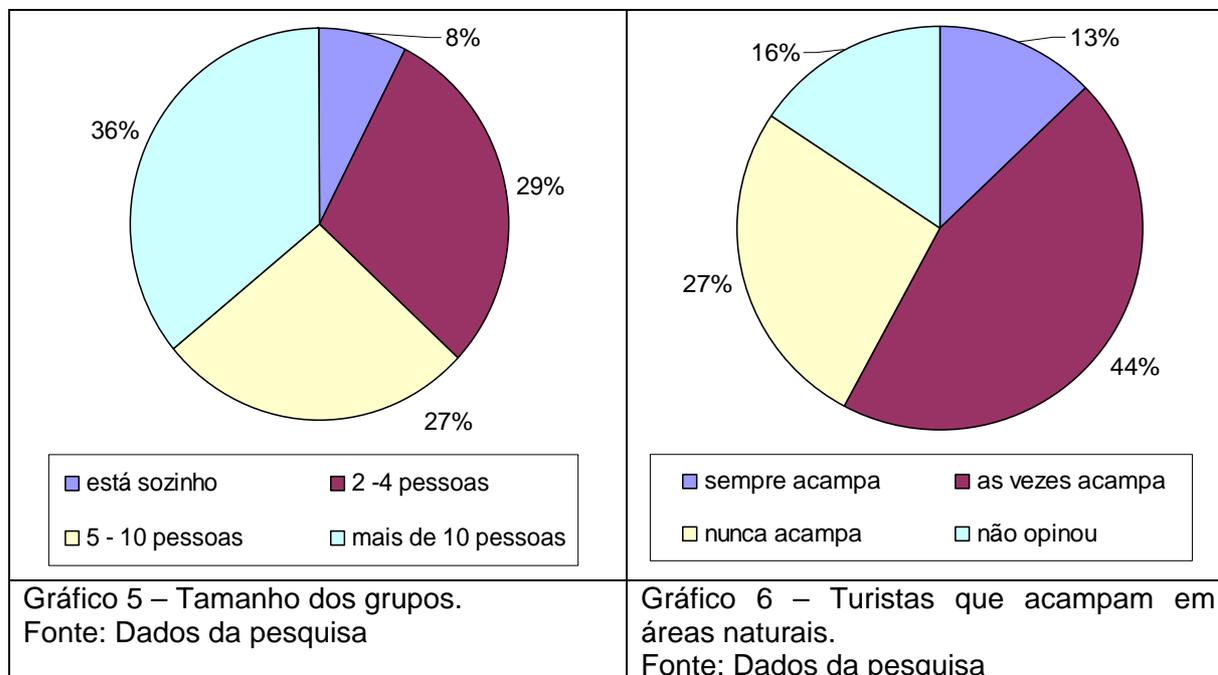


Um dado importante para a pesquisa diz respeito à escolaridade dos entrevistados. Tal como apresentado no Gráfico 3, mais da metade dos visitantes possui escolaridade superior a 3º grau completo (64%), o que demonstra uma alta escolaridade dos turistas. A grande maioria dos entrevistados visitava a região pela primeira vez (Gráfico 4), o que contribui para o enriquecimento dos dados, uma vez que se pôde observar a mudança no olhar do turista antes e depois de sua visita. Um outro dado apresentado foi quanto ao tamanho do grupo em que viajavam os entrevistados. Mais da metade dos entrevistados visitava em grupos com mais de cinco pessoas (Gráfico 5), o que corrobora com os trabalhos de Dutra *et al.* (2007).



Quando questionados sobre se cultivavam o costume de visitar outras áreas naturais, a maioria dos turistas (64%) responderam positivamente, acrescentando que, quando realizam as visitas, às vezes acampam nestas áreas (44%), como pode ser comprovado no Gráfico 6. Isto pode indicar que estes visitantes podem já vir com orientações ambientais de roteiros anteriores, o que pode auxiliar a conservação dos atrativos locais. Especificamente no Jalapão, houve um equilíbrio entre os que

estavam acampados (48%) e os que estavam hospedados em alguma pousada da região (52%).

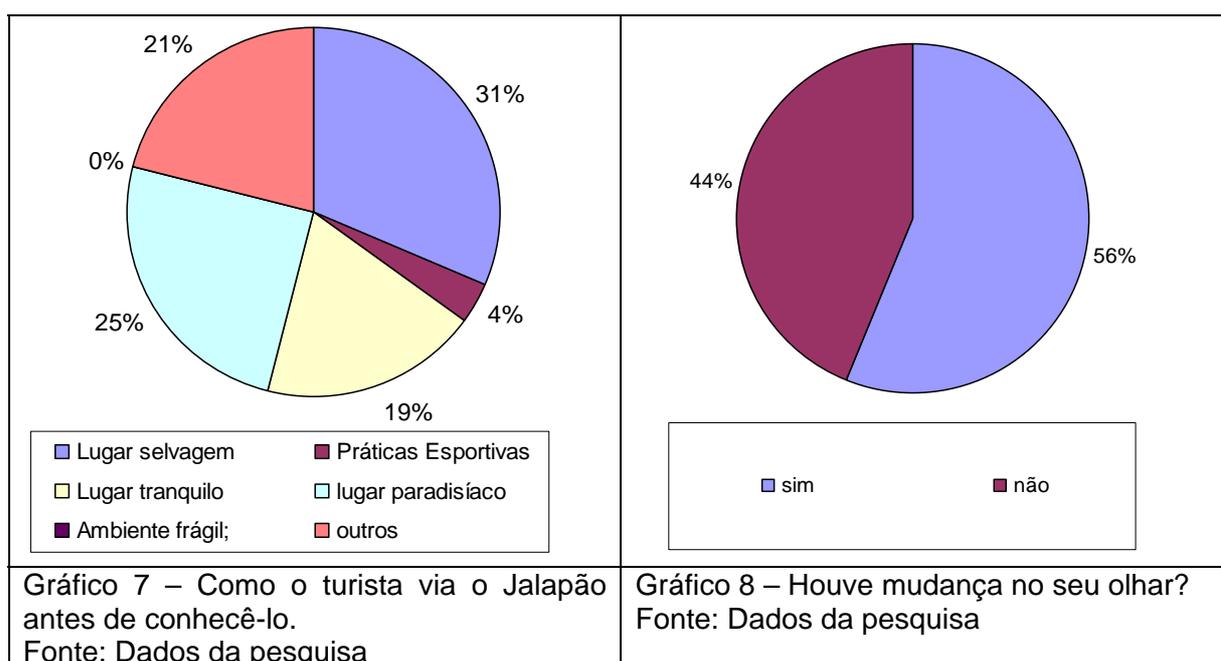


Apesar de não se buscar um equilíbrio entre os entrevistados que visitavam o Jalapão com ou sem guia/condutor de turismo, as respostas mostraram que há este equilíbrio, posto que pouco mais da metade (54%) visita o Jalapão acompanhado deste profissional, mas ainda é grande o número de turistas que fazem visitas desacompanhadas do guia/condutor. Aos que visitavam a região sem auxílio do profissional, foi perguntado como eles estavam se guiando. Da mesma forma, houve um equilíbrio nas respostas, destacando-se: 17% utilizam mapas; 20%, informações de amigos ou se faziam acompanhar por amigos que conheciam a região; 17% se guiavam através de informações fornecidas pelos moradores; e 11% se orientavam através de “outras formas”, tais como reportagens da região ou por informações dos outros turistas que visitavam o local.

Ao se indagar o que os motivou a conhecer o Jalapão, os turistas responderam que foi o contato com a natureza (36%) ou a busca de lazer (28%), ou

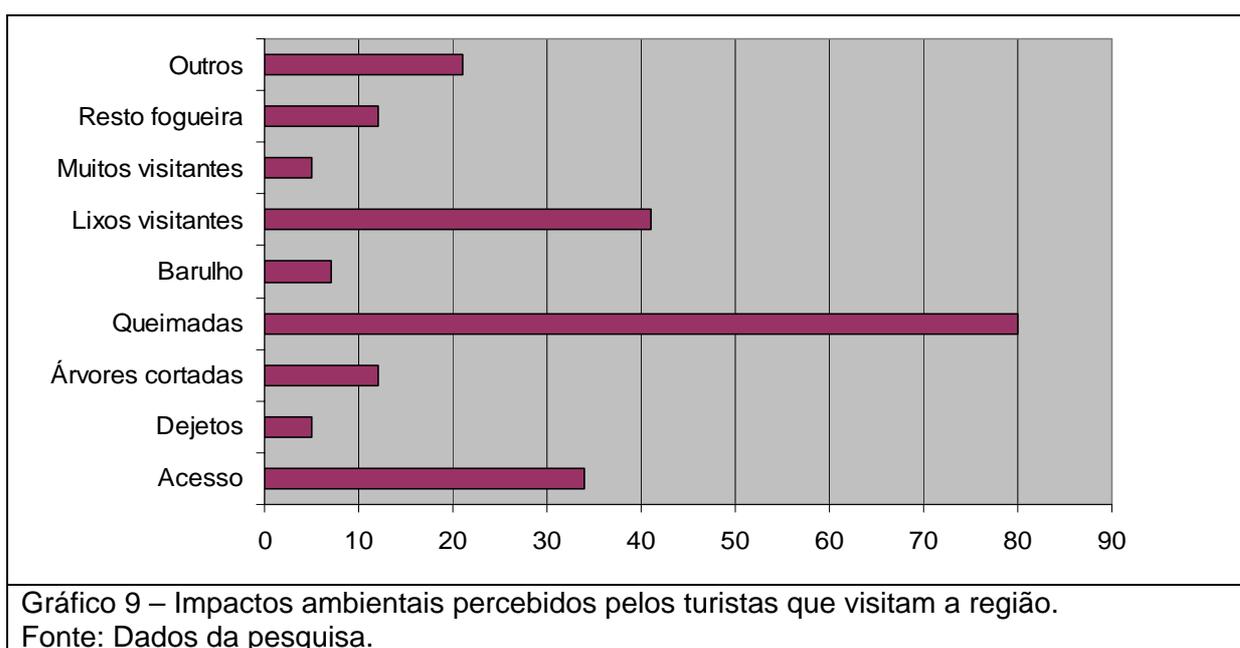
ainda em busca de relaxamento (17%). Observa-se, em todas as respostas, há uma procura por espaços naturais, tendo como finalidade um maior contato com a natureza. As demais respostas foram trazer um amigo, fazer trilha, acampamento e outros. Se levarmos em consideração a tipologia imaginada por Lindberg e Hawkins (1999), conclui-se que o tipo de turista que frequenta o Jalapão seria os que estão em busca do inusitado, isto é, ecoturista comuns, segundo o autor.

Como pode se notar no Gráfico 7, quando perguntado aos turistas como imaginavam o Jalapão antes de conhecê-lo, houve um equilíbrio entre três respostas, tais como, lugar selvagem (31%), resposta justificada pelos entrevistados pela falta de informações sobre a região, o que os levou a relacionarem o lugar como pouco explorado; um lugar paradisíaco (25%), resposta influenciada pelas fotos vistas em *folders*, ou sites de operadoras ou ainda, pelas fotos de amigos que lá estiveram. Os restantes (21%) responderam a opção “outros”, a maioria imaginava encontrar só areia, deserto, poeira, ou ainda correlacionava Jalapão com capim dourado; sendo que alguns imaginavam os atrativos mais próximos uns dos outros.



O que deve ser destacado nestas respostas é que, quando questionados sobre se houve alguma mudança no olhar, a maioria (56%) respondeu afirmativamente (Gráfico 8), atribuindo as mudanças principalmente ao fato de encontrarem mais recursos hídricos do que imaginavam ou ainda por considerarem as distâncias longas demais. Isto pode levar a crer que a imagem do ambiente Jalapão tem sido trabalhado de uma forma equivocada, induzindo os potenciais turistas a criarem uma imagem diferente do que realmente é.

Conforme dados do Gráfico 9, foi perguntado também se eles percebiam algum tipo de impacto ambiental na região, ao que 89% responderam afirmativamente. Destes, 36% citaram as queimadas (é preciso considerar que as entrevistas foram realizadas em períodos que apresentam maior índice de focos de queimadas por ser um período de seca), 19% citaram lixo deixados pelos visitantes, 16% destacaram acessos com erosão ou a criação de trilhas secundárias e “outros impactos”, tais como, passarela construída na Cachoeira da Velha, ou lixo da comunidade sem a coleta adequada e bem como, a prática agrícola na região.

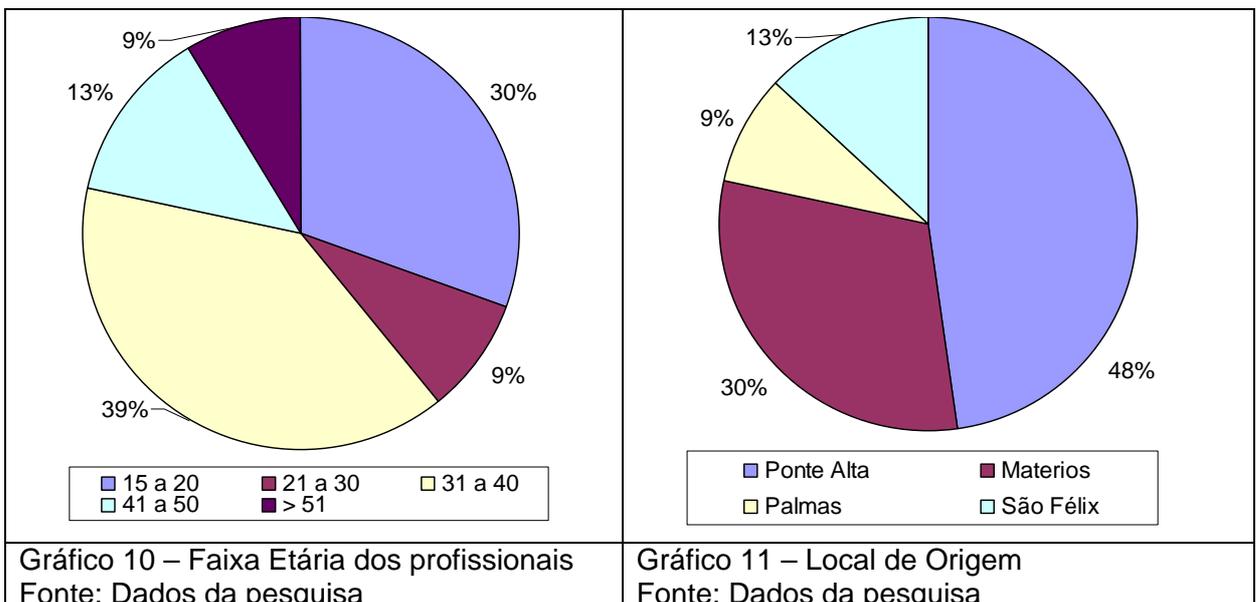


### 5.3 – PERCEPÇÃO DOS GUIAS E DOS CONDUTORES DE TURISMO:

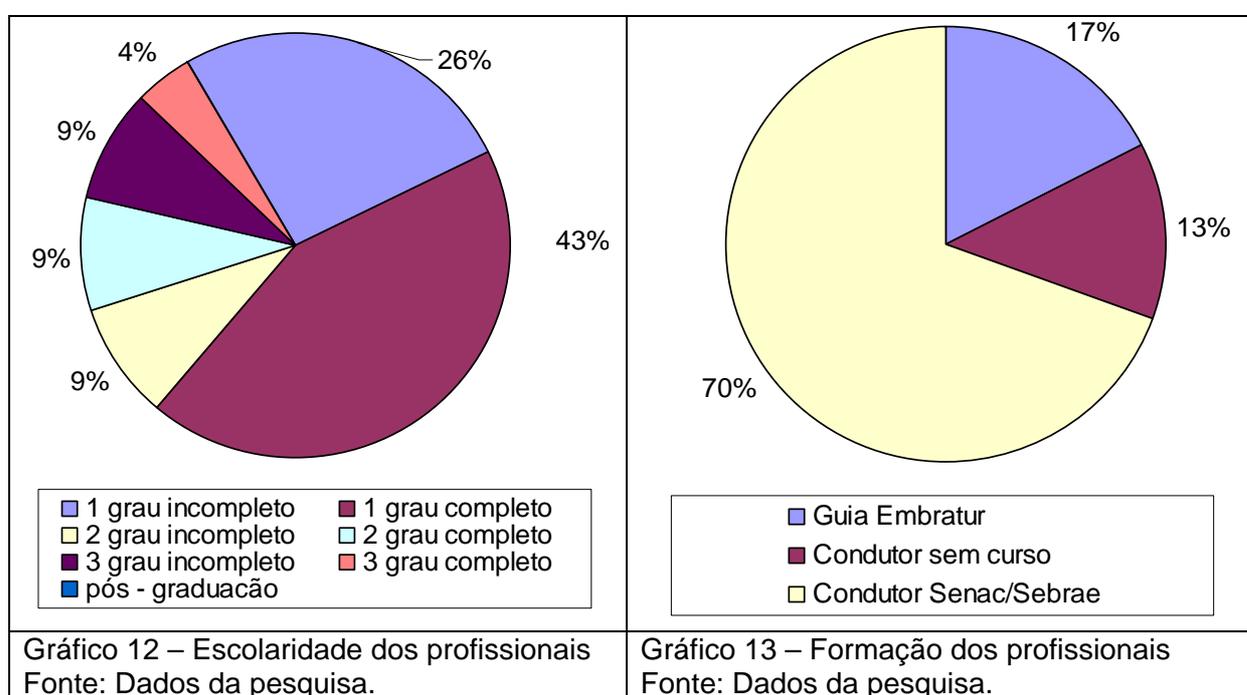
Através de questionário semi-estruturado foram feitas entrevistas com os guias e condutores de turismo nos meses de agosto, setembro e outubro. Foram investigadas o perfil dos profissionais, conceito de meio ambiente segundo Sauv e *et al.* (2000), a ocorrência de alguma atividade de educa o ambiental no roteiro, tipo de impacto ambiental percebido pelos profissionais, e as percep es a respeito do que há de melhor e pior para se atuar na região, bem como suas opiniões sobre a desapropria o de alguns atrativos que hoje se encontram nas mãos de particulares.

#### 5.3.1 – Perfil dos guias e condutores de turismo:

Os profissionais possuem, em sua maioria, idade entre 15 e 40 anos, são do sexo masculino (74%) e quase a metade dos profissionais reside em Ponte Alta do Tocantins (48%). Este último dado deve-se ao fato de a cidade ser considerada o portal de entrada do Jalapão, sendo um dos meios de acesso mais utilizados pelos turistas, gerando, inclusive, conflitos entre guias e condutores de cidades como Mateiros e São Félix, que afirmam que os turistas já chegam a cidade acompanhados, deixando de contratar os serviços em suas localidades.

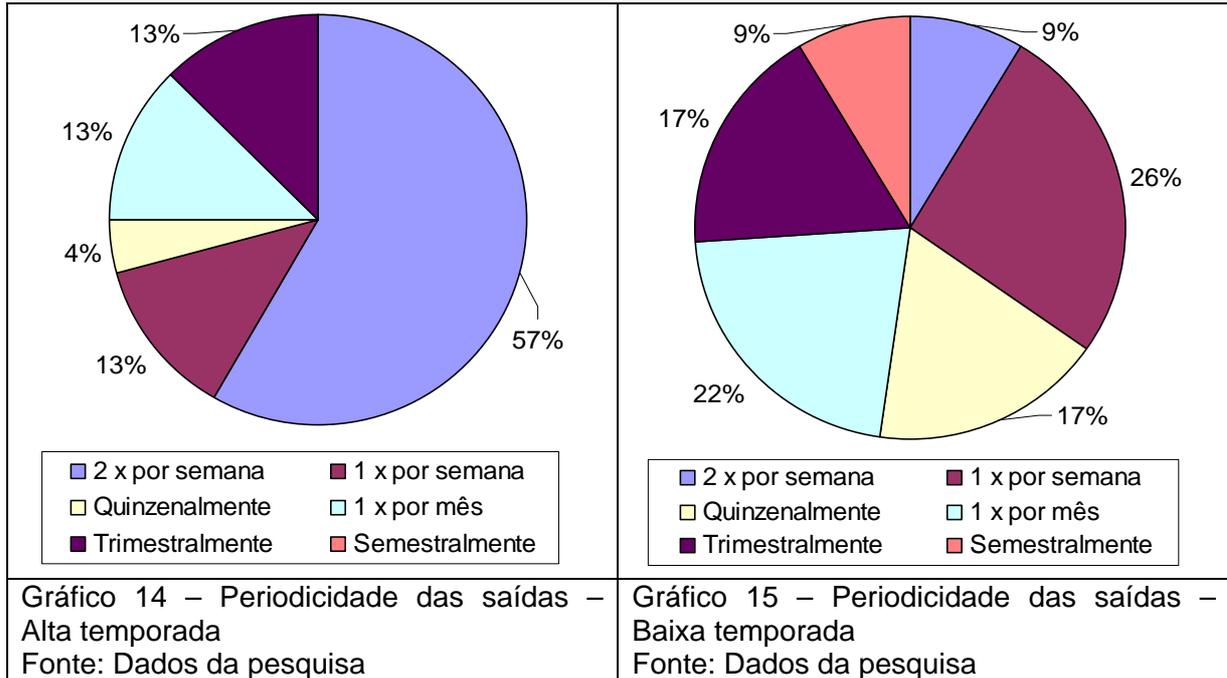


Um outro dado importante é, conforme pode ser notado no Gráfico 12, mais da metade dos profissionais estudaram até o 1º grau (69%), o que demonstra uma baixa escolaridade dos guias e condutores de turismo. Além disso, 74% deles estão atuando há menos de um ano (Gráfico 13), tempo este que pode ser considerado pouco para atuação de um profissional, apesar de a grande maioria ser da região e já conhecer os atrativos.



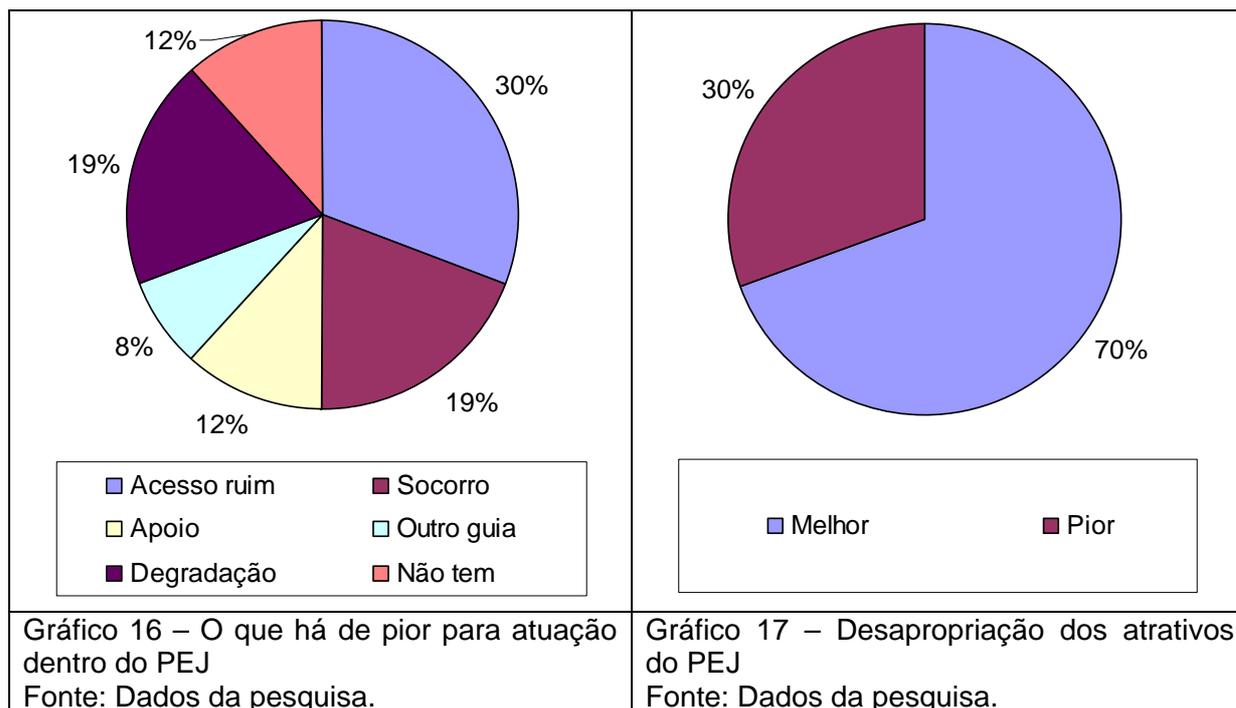
Ao ser investigado qual era a formação que os guias ou condutores tiveram para exercer a profissão, a grande maioria (70%) afirmou ter feito o curso de condutor ambiental dado pelo Senac ou Sebrae, somente 17% são guias regionais cadastrados na Embratur e 13% não possui nenhum curso especializado.

Quanto a periodicidade das saídas, em alta temporada os guias e condutores saem em média duas vezes por semana e em baixa temporada não houve uma predominância de saídas, como pode ser comprovado no Gráfico 15 o que demonstra que o roteiro tem sido realizado com grande sazonalidade na região.



### 5.3.2 – Trabalho no PEJ

Quando questionados sobre qual a dificuldade encontrada em se trabalhar na região, conforme Gráfico 16, 30% responderam que as estradas ruins dificultam o trabalho e 19% citaram a falta de socorro na região em caso de acidentes e 19%, a degradação que vem ocorrendo na região, como por exemplo, o assoreamento do Fervedouro. Já quanto à desapropriação dos atrativos, 70% dos entrevistados são favoráveis à desapropriação (Gráfico 17), acreditando que este será o melhor caminho para a preservação do local, pois os atrativos ficariam melhor fiscalizados do que são hoje.



Foi perguntado aos guias o porquê de se transformar uma determinada área em um Parque Estadual. A grande maioria respondeu que o parque serve para preservação da natureza, mas poucos souberam responder como seria possível ocorrer esta conservação, sendo que alguns acreditam ser possível através da fiscalização. Apenas um guia citou que é possível se conservar os sítios através de orientação no decorrer do roteiro. Outro respondeu que “sendo parque as pessoas se interessam mais em pesquisar o local e descobrir novas coisas”<sup>8</sup>. Outras respostas isoladas, mas contundentes, foram dadas, como, por exemplo, “ficou muito ruim para nós moradores, pois agora não podemos mais criar gado”<sup>9</sup> ou reclamaram da pouca fiscalização realizada no parque. Alguns ainda alertaram para o fato de que até aquele momento, nenhum dos proprietários dos atrativos tinham sido indenizados, fato este que, para eles, não tem contribuído para a preservação

<sup>8</sup> Fala atribuída a um dos guias de turismo entrevistados.

<sup>9</sup> Fala atribuída a um dos guias de turismo entrevistados.

do local, pois não é interesse dos proprietários dos atrativos preservar ou limitar o acesso, por exemplo.

### **5.3.3 – Atuação dos guias e condutores de turismo**

Foi discutido também como os guias e condutores de turismo estão trabalhando os atrativos que fazem parte dos seus roteiros e que estão dentro do parque. Para isto, foram apresentadas fotografias dos locais mais visitados e foi pedido que cada um mostrasse como eles apresentam o local para o turista que eles acompanham, dizendo as principais informações e recomendações repassadas. Nessa etapa fotos de cinco atrativos foram apresentados no roteiro: Cachoeira da Velha, Cachoeira do Formiga, Fervedouro, Dunas e Associação de Capim Dourado de Mumbuca.

#### **5.3.3.1 – Atrativos turísticos**

A Cachoeira da Velha foi trabalhada, em sua maioria (82,6%), apresentando as lendas que rondam a região acerca do nome do atrativo. Houve uma dissonância entre os relatos. Todos concordaram que o nome se deve a uma senhora que morava na outra margem do rio, enquanto alguns acrescentaram que o nome se devia ao fato de esta senhora não aceitar nenhuma visita à cachoeira e que recebia os “intrusos com ‘bala’”. Outros diziam que, embora ela fosse receptiva às visitas, houve um acidente em uma de suas travessias para o outro lado do rio e ela veio a falecer e por isso o nome foi dado em homenagem a senhora que lá habitou.

A maioria (56,5%) também não recomenda o banho devido ao fato de o local ser bem acidentado, sendo permitida apenas a contemplação. O fato mais marcante é que apenas um guia de turismo (4,3%) destacou que, ao chegar ao local, coloca

um saco de lixo próximo e pede para que todos tenham o devido cuidado com os dejetos produzidos no local. Da mesma forma, apenas um guia (4,3%) destacou a importância de se realizar o percurso até a cachoeira utilizando apenas as trilhas já abertas. O fato do acesso à cachoeira ser pela área que não faz parte do PEJ, não foi lembrado por nenhum dos profissionais, demonstrando assim, que pode haver dúvida por parte dos guias e condutores locais sobre os limites do PEJ ou que a menção não é tão relevante no roteiro.

Quando foi pedido que relatassem a apresentação da Cachoeira da Formiga, os principais comentários foram quanto a aspectos ligados à beleza do atrativo, tais como a cor da água e a origem do nome da cachoeira, sobre a qual, novamente houve dissonância nas versões apresentadas, pois, enquanto uns atribuem a denominação a uma homenagem ao Rio Formiga, que forma a cachoeira, há os que acreditam ser devido às inúmeras formigas presentes na proximidade da cachoeira e que as vezes incomodam os banhistas.

Apenas 8,7% dos guias destacaram que orientam seus turistas para não pisarem no barranco, e apenas 4,35% deles frisou que sempre solicita para que os visitantes utilizem o banheiro antes de visitar o atrativo e pede para não passarem repelente para evitar impactos ambientais negativos no local. Um deles destacou (4,3%) ainda que do tempo que visitou o atrativo pela primeira vez até os dias de hoje é perceptível a degradação ambiental do local. Nas palavras dele, “o barranco está a cada dia menor e a tendência é acabar toda esta parte aqui”<sup>10</sup>, relata o profissional, apontando para a parte onde o rio circunda, formando uma espécie de platô, de onde é possível ficar contemplando a cachoeira (vide destaque da foto abaixo).

---

<sup>10</sup> Fala atribuída a um guia entrevistado.



Figura 30 – Platô na Cachoeira do Formiga.  
Fonte: Foto de SENNA, M., Julho de 2007.

O Fervedouro é talvez o atrativo mais visitado e ao mesmo tempo o mais frágil da região. Isto porque as constantes intervenções humanas no local têm acarretado diversos impactos (FERREIRA, 2007) e preocupado os próprios moradores sobre a degradação do atrativo. A prova disso é que de todas as fotos apresentadas, o Fervedouro foi o que gerou maior preocupação dos guias e condutores entrevistados. Apesar de o número ainda ser pequeno, seis profissionais (26,1%) destacaram a importância de se respeitar a capacidade de carga do sítio. Dois (8,7%) relataram que é um local extremamente frágil, sendo que um destacou que o assoreamento aumenta a cada dia e outro, que não há trabalhos técnicos realizados neste local que possam esclarecer suas dúvidas. A falta destes trabalhos técnicos pode acarretar mais dúvidas e mistérios sobre o fenômeno “fervedouro”, tal como apresentado no Capítulo Quatro deste trabalho, pois, dos entrevistados,

apenas 39,1% souberam descrever, mesmo que limitadamente, o que ocorre no local, sempre associando a uma nascente de água, mas não sabendo explicar com maior precisão.

Quanto às Dunas do Jalapão, orientações como, por exemplo, evitar a criação de novas trilhas ou evitar subir no paredão, foram praticamente negligenciadas, apesar das recomendações apresentadas à comunidade pelo NEATUS (2007). Diante das inúmeras trilhas existentes na região, bem como a subida inapropriada até o topo, apenas 8,7% dos profissionais se mostraram preocupados com as trilhas e o mesmo disse que evitam subir pelo paredão, por saberem que podem assorear o córrego de areia que lá passa.

Quanto à comunidade de Mumbuca, 34,8% disseram que levam turistas ao local, pois acreditam que lá foi o berço do capim dourado ou por ser um local em que o trabalho artesanal é credenciado e apresenta preços justos. Mas 47,8% disseram que preferem levar os turistas a outras associações, porque as peças são melhores produzidas ou porque os preços na comunidade de Mumbuca não são justos. Há os que responderam que não levam os turistas a nenhuma associação porque o capim dourado perdeu um pouco o valor por ser possível achá-lo em qualquer cidade. Outro profissional comentou que o capim dourado está sendo explorado inadequadamente, sem a devida preocupação com os danos à natureza.

#### 5.3.3.2 – Percepções quanto aos impactos ambientais

Quando mostrada a foto do carro parado em local inadequado na Cachoeira do Formiga, 52,2% dos entrevistados perceberam que o veículo estava inadequadamente posicionado, sendo que um deles comentou que é uma situação difícil de se controlar porque os atrativos estão em propriedade particular, ao passo

que 47,8% dos profissionais não perceberam nenhum tipo de impacto ambiental, associando a foto apenas à beleza do local.

Na outra foto em que se mostram uma paisagem da Cachoeira da Velha e o fogo atingindo a vegetação, 56,5% dos profissionais perceberam a queimada, sendo que a grande maioria ligou o fato às queimadas que sempre ocorrem na região, 8,7% correlacionaram a imagem à queimadas provocadas pelo homem e apenas 8,7% atribuíram o fogo como sendo de origem natural. Mas 43,5% dos entrevistados não perceberam qualquer tipo de impacto, destacando novamente apenas as belezas naturais vistas na foto.

Ao apresentar as fotos indicando excesso da capacidade de carga nos atrativos Fervedouro e Cachoeira da Formiga, 34,8% dos guias e condutores de turismo não perceberam o excesso de pessoas nos atrativos. Dos quinze profissionais que disseram observar algum tipo de impacto negativo, 21,7% perceberam o excesso de capacidade de carga nos dois atrativos, 26,1% perceberam somente no Fervedouro e 17,4%, somente na Cachoeira da Formiga, sendo que um dos profissionais frisou que “somente no ‘olho’<sup>11</sup> [do Fervedouro] é que não pode”.

Nas fotos que mostram o paredão das Dunas cedendo, 43,5% dos guias/condutores atribuíram o evento ao fato de haver homens descendo o paredão, como mostra a foto; 34,8% dos profissionais atribuíram a ocorrência ao efeito da chuva, 8,7% disseram ser fato natural, afirmando que “o paredão quebra assim mesmo”; 8,7% correlacionaram o fato ao efeito dos ventos e 4,35% não percebeu nada de diferente (vide Tabela 2).

---

<sup>11</sup> Fala atribuída a um condutor de turismo, referindo-se à parte do atrativo onde as pessoas têm a impressão de estarem flutuando.

Tabela 2 – Percepção dos impactos ambientais

<b>Impacto</b>		<b>Percebido</b>	<b>Não-percebido</b>
Carro na Cachoeira do Formiga		12	11
Foto na Cachoeira da Velha		13	10
Capacidade de carga	Fervedouro e Formiga	5	18
	Fervedouro	6	17
	Formiga	4	19
Dunas com paredão cedendo	Homem descendo	10	13
	Chuva	8	15
	Fato natural	2	21
	Vento	2	21

Fonte: Dados da Pesquisa

#### 5.3.3.3 – Ambiente construído e ambiente natural

Pediu-se ainda que falassem suas impressões sobre a construção da passarela na Cachoeira da Velha. A maioria dos profissionais (60,9%) se mostrou a favor da construção da passarela. Deste valor, apenas 28,5% consideram que será melhor para evitar pisoteio na vegetação. Os demais acreditam que dará mais infraestrutura para o turista e facilitará a visitação.

Do número total de profissionais entrevistados, 39,1% são contra a construção, uma vez que prejudicará a paisagem natural que o turista procura nestes roteiros ou ainda porque causa um impacto visual na paisagem, sendo que um deles descreveu que, da forma que está ocorrendo, “não tem mais aventura no roteiro”<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> Fala atribuída a um dos guias entrevistados.

#### 5.3.3.4 – Operação turística no PEJ

Quando perguntados sobre a sinalização turística, 56,5% dos entrevistados se posicionaram contra a sinalização, considerando-a como prejudicial ao trabalho do guia, pois, para eles, a sinalização retira o guia do roteiro turístico. Os demais que se posicionaram a favor acreditam que há algumas informações que só o condutor pode passar ou ainda os que disseram que a placa informa, mas o guia orienta, por exemplo, sobre os perigos que podem existir no roteiro. Um dos guias ainda destacou que as poucas placas que estão no roteiro estão sendo arrancadas ou depreedadas por alguns profissionais de turismo.

Quanto ao trabalho realizado pelas operadoras, 34,8% dos profissionais se posicionaram a favor da operação turística, acreditando principalmente que as operadoras geram economia na região, fazem sua parte social. Um dos profissionais destacou que a atuação é positiva (4,3%), mas que deveria haver um acompanhamento maior por parte dos órgãos de fiscalização. Para os que se posicionaram contra, as principais justificativas foram que as operadoras deixam pouca renda para a população local ou que poucas ações de fiscalização foram observadas. Três pessoas (13%) citaram, ainda, que o peso do caminhão utilizado pelas operadoras de turismo pode ocasionar algum tipo de impacto negativo no solo.

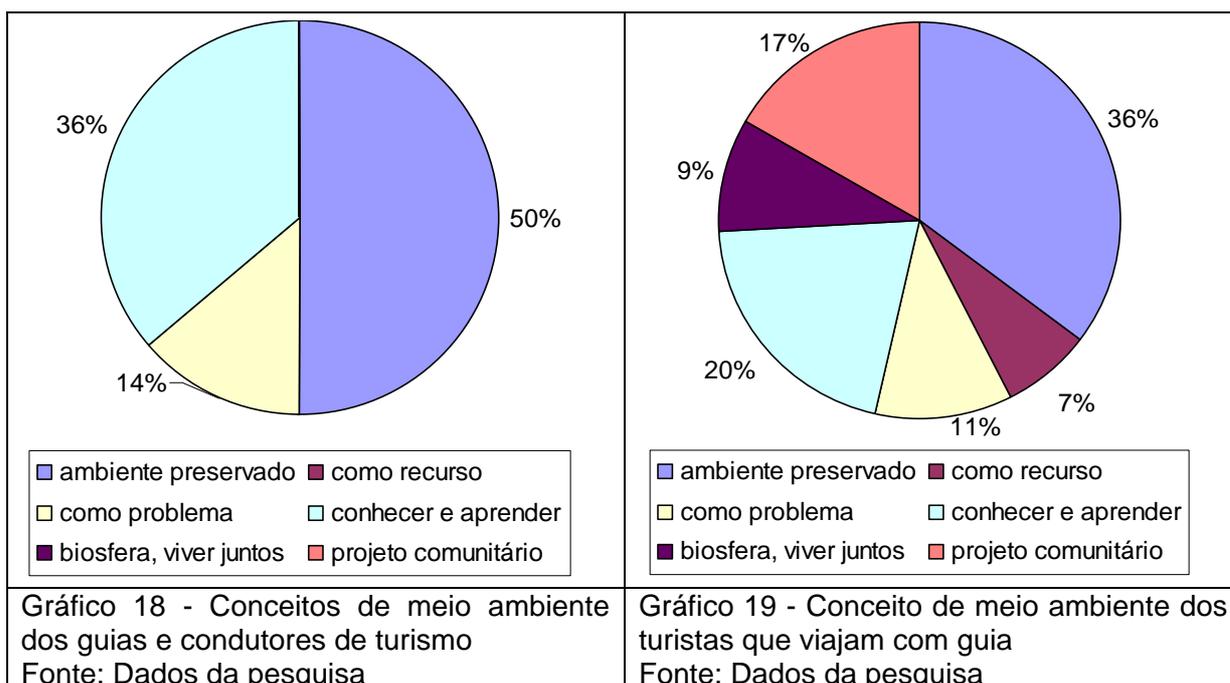
#### 5.4 – COMPARAÇÃO DAS PERCEPÇÕES

A partir deste momento, buscou-se um cruzamento das principais respostas dos diferentes atores deste trabalho. A princípio, compararam-se algumas opiniões dos guias e condutores de turismo com a dos turistas que visitam a região com estes profissionais, tais como os conceitos de meio ambiente segundo Sauv e *et al.*, assim como as atividades de educa o ambiental realizadas ou não no local.

A mesma comparação foi realizada com os turistas que viajam com guia ou condutor de turismo e as que visitam sem a presença destes profissionais de turismo.

#### 5.4.1 - Os guias/condutores de turismo e os turistas

Foram apresentadas aos turistas e aos profissionais de turismo entrevistados seis fotos do Jalapão com as frases dos conceitos de meio ambiente elaboradas por Sauvé et al. (2000), tendo sido pedido que escolhessem um dos conceitos que melhor representasse o ambiente Jalapão, levando em considera o o que eles já haviam visto do local.



Quanto aos conceitos de meio ambiente dos turistas, houve uma predominância dos conceitos que reconhecem meio ambiente como sendo “Ambiente como natureza para ser apreciado, respeitado e preservado” (37%) e “Ambiente como lugar para se viver, conhecer e aprender sobre, planejar e cuidar” (25%), como pode ser notado no Gráfico 18. Segundo Sauvé et al. (2000), o primeiro conceito indica

uma visão de natureza 'pura', do qual os seres humanos estão dissociados, que devemos apenas admirar e respeitar e com o qual devem aprender a relacionar-se. No segundo conceito, os autores classificam ambiente no cotidiano, na escola, na vizinhança, no trabalho e no lazer sem o sentido de pertencimento.

Segundo dados obtidos (veja Gráfico 19), a metade dos profissionais de turismo classificou meio ambiente como "Natureza que devemos respeitar e preservar", enquanto 36% dos profissionais classificaram como sendo "Ambiente como lugar para se viver, conhecer e aprender sobre, planejar e cuidar". Quando questionados sobre o porquê da escolha, houve uma predominância das respostas "Para conservar o que temos" e "Preocupação para não acabar". Quanto à escolha do segundo conceito mais respondido, os guias responderam dizendo que temos que conhecer a natureza ou ainda que precisamos aprender com a natureza. Esta escolha pode ser justificada pelo fato de que uma vez que o guia ou condutor, quando bem habilitado, leva este conhecimento ou esta aprendizagem da natureza até o turista.

A partir do exposto, pode se verificar que, apesar de uma variação maior nas escolhas dos conceitos dos turistas, os guias podem estar influenciando a percepção dos turistas que visitam a região, uma vez que as duas respostas mais citadas foram as mesmas. Um outro fato a ser analisado é a ausência do conceito "Ambiente como projeto comunitário onde somos envolvidos", o que pode indicar que os guias e condutores de turismo podem se sentir excluídos dos processos de planejamento da região.

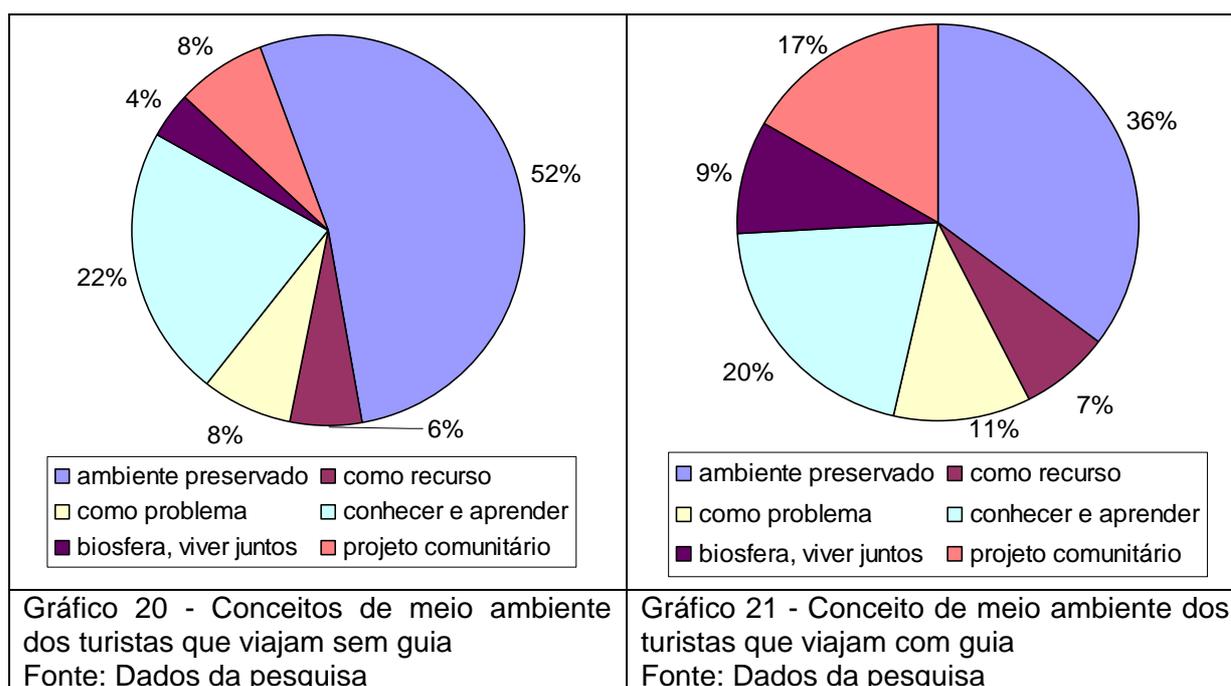
Quando questionados se realizavam alguma atividade de educação ambiental, todos os guias e condutores entrevistados responderam que realizam atividades de natureza informativa, de modo discursivo, sendo que 66% dos profissionais

entrevistados afirmaram que agem conforme orientações recebidas nos cursos realizados por eles. Segundo eles, 87% dos turistas recebem as orientações de forma positiva.

A mesma pergunta foi feita aos turistas que estavam acompanhados pelo guia e 48% disseram que não tiveram nenhuma orientação durante o roteiro. Considera-se um número alto, uma vez que quase metade dos visitantes não recebeu instruções, considerando-se assim que os profissionais de turismo entrevistados devem ser despertados quanto à importância de realizarem orientações neste sentido.

#### 5.4.2 – Turistas com e sem guias/condutores de turismo

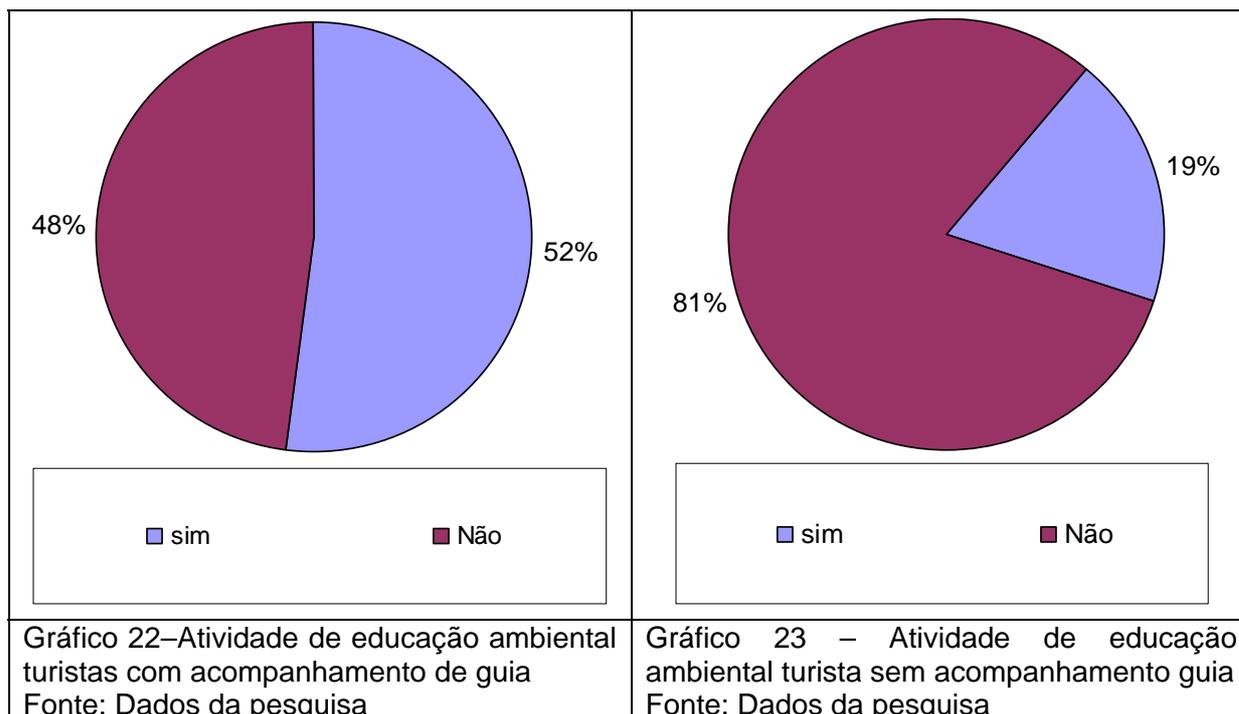
Foi apresentado igualmente aos turistas que viajam com guia e os que viajam sem guia seis fotos do Jalapão com as frases dos conceitos de meio ambiente elaborados por Sauv e *et al.* (2000) e, da mesma forma, foi pedido que escolhessem um dos conceitos que melhor representasse o ambiente Jalapão, levando em consideração o que eles já haviam visto do local.



Conforme pode ser notado no Gráfico 20, quanto aos conceitos de meio ambiente dos turistas que viajam sem guia houve uma grande prevalência do conceito que reconhece meio ambiente como sendo “Ambiente como natureza para ser apreciado, respeitado e preservado” (52%). Um outro conceito citado foi “Ambiente como lugar para se viver, conhecer e aprender sobre, planejar e cuidar” (22%). Como visto anteriormente, para Sauvé *et al* (2000) o primeiro conceito indica uma visão de natureza ‘pura’, da qual os seres humanos estão dissociados, que devemos apenas admirar e respeitar e com o qual devem aprender a relacionar-se. No segundo conceito, os autores classificam ambiente como sendo o do cotidiano, na escola, na vizinhança, no trabalho e no lazer, sem o sentido de pertencimento.

A partir do exposto, pode-se perceber que, apesar de uma varia o maior nas escolhas dos conceitos dos turistas, os guias podem estar influenciando a percep o dos turistas que visitam a região, uma vez que as duas respostas mais citadas foram as mesmas.

Quando questionados se receberam alguma orienta o ambiental, conforme dados apresentados nos Gráficos 22 e 23, 81% dos turistas que visitavam sem o acompanhamento de guia disseram que não receberam nenhum tipo de informa o quanto   conduta no sítio, 19% disseram que receberam orienta o dos fiscais do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS. Se comparados com os turistas acompanhados com guia ou condutor, pode-se observar que, apesar de ainda haver um grande número de guias e condutores que não orientam ambientalmente os turistas durante o roteiro, a maioria dos profissionais trabalha a temática ambiental durante as suas saídas.



Quando perguntados se os turistas viam a necessidade do guia ou condutor, a grande maioria daqueles que vieram acompanhados deste profissional sinalizou ser importante a presença (89%), justificando que os guias ou condutores auxiliam na fiscalização ou os orientam sobre condutas ou orientam mesmo que seja nas longas distâncias ou ainda tiram dúvidas dos turistas sobre o local. Desse mesmo grupo, seis pessoas responderam não acharem necessária a presença do guia, sendo que apenas estavam acompanhados de guia por não possuírem carros apropriados.

Dos turistas que estavam sem o acompanhamento de guias ou condutores, os resultados mostraram um fato relevante. Dos turistas entrevistados, 53% responderam que a presença do guia era necessária, justificando a não-contratação dos profissionais em seus roteiros pelo fator financeiro, apesar de alguns turistas sem guia afirmarem que deveria ser recomendado, mas não obrigatório. Apenas seis pessoas deste grupo correlacionaram a importância dos guias com a educação ambiental que eles podem oferecer ou inibição de ações negativas, sendo que as

demais atribuíram a importância a conhecer melhor a fauna e flora ou por orientá-los melhor nas longas distâncias dos atrativos. Os turistas que não acham necessária a presença do guia consideraram que os profissionais pouco acrescentam no roteiro, seja porque o local dispõe de boa sinalização ou ainda porque consideram que as informações na internet já são suficientes.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação ambiental veiculada na comercialização dos produtos turísticos do Jalapão tem gerado uma indução imaginária de “deserto”, “paraíso”, “tranqüilidade” nos turistas que visitam o PEJ. Isto tem gerado uma expectativa no turista, que depois é percebida diferentemente do que lhe foi apresentado.

Um outro dado a ser considerado é o tipo de turismo que as operadoras estão oferecendo em seus roteiros. Se os dados da pesquisa forem analisados levando-se em consideração as diferenças conceituais apresentadas neste trabalho feitas por Machado (2005), acredita-se que tem se oferecido um turismo de natureza, sendo equivocadamente chamado de ecoturismo, por se realizar uma visita pura e simples ao espaço natural, não havendo o envolvimento da comunidade local e a preocupação efetiva com o mínimo impacto na utilização do ambiente ou ainda um turismo de aventura com uma busca na superação de seus próprios limites.

A pesquisa ainda revelou algumas condutas inadequadas, tais como a pouca orientação ambiental dos turistas nos seus roteiros, pois ao passo que todos os guias e condutores dizem realizar alguma atividade de educação ambiental, 48% dos guias relataram não terem sido orientados quanto a condutas apropriadas, pouco conhecimento sobre fauna e flora (percebido em um dos roteiros da observação *in loco*), a falta de atitude ao se deparar com situações conflituosas, tais como, o turista retirando uma planta nativa da região, dentre outras. Analisando os dados acima comparativamente com as considerações de Serrano (2000) quando afirma que os guias/condutores são elementos fundamentais para uma mudança de atitude do visitante em relação ao ambiente, considerando-o como um possível instrumento de educação ambiental, conclui-se que as atividades de educação ambiental, quando realizadas pelos guias e condutores, ainda são pouco efetivas,

considerando assim que a prática ecoturística no PEJ ainda é incipiente, ao pensar-se ecoturismo segundo os preceitos da *Ecotourism Society*: “visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local”.

Apesar desta constatação, um fato deve ser considerado, ainda que pouco efetivo, os guias e condutores de turismo contribuem para a orientação ambiental local, pois ao se comparar o número percentual de turista que receberam orientação no decorrer da visita (52% dos turistas com guia receberam e apenas 19% dos turistas sem guia), conclui-se que, mesmo que pouco efetivas as ações ambientais educativas podem contribuir para a conservação local.

Tendo as classificações de meio ambiente elaboradas por Sauv e *et al.* (2000) como um parâmetro de representa o ambiental, tanto os guias quanto os turistas entrevistados (acompanhados ou não do profissional) possuem uma visão de meio ambiente que dissocia o homem da natureza, criando uma lacuna a ser preenchida. A partir disso,   importante reconstruir o sentimento de pertencimento, e, através da educa o ambiental, explorar os vínculos existentes entre homem e natureza. Sato (2001) sugere, então, que sejam realizadas atividades de sensibiliza o sobre o qual imergidos no meio natural se está para que haja a percep o dessa imersão.

Um dos pontos que deve ser ressaltado   que, apesar dos profissionais hoje não atuarem de maneira eficaz de forma a contrib rem para a preserva o ambiental do local, eles podem vir a ser agentes multiplicadores e transformadores que auxiliam na fiscaliza o e monitora o ambiental. Para que isto ocorra, novas a o es educativas devem ser tomadas de forma a auxiliar na manuten o das belezas naturais presentes na região.

## 7 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Como pode ser percebido a pesquisa realizada no Parque Estadual do Jalapão indicou que a imagem vendida do Jalapão pode estar distorcida da realidade. Isto mostra que ações dos órgãos federais, estaduais, municipais ligados ao turismo e empresas privadas que atuam no Jalapão devessem, em conjunto, buscar meios, tais como, propagandas vinculadas nos meios de comunicação, para que não haja esta venda equivocada do roteiro.

Quanto ao conflito existente entre os guias e condutores que residem em Ponte Alta e Mateiros, segundo profissionais de turismo desta cidade, o fato de Ponte Alta ser considerada o Portal de Entrada do Jalapão inibe as ações dos guias de Mateiros. Sugerem-se estratégias de marketing, por meio da internet ou de agências de turismo da região de Palmas e outras localidades, visando à promoção do destino e dos trabalhos dos profissionais que atuam em Mateiros e região, trabalho este que poderá ser feito inclusive no Centro de Atendimento ao Turista (CAT) de Ponte Alta.

No tocante a rejeição às placas indicativas por parte dos guias, por considerarem que estas diminuiriam a demanda por seu trabalho, possíveis ações para minimizar tais impactos poderiam advir com a fixação de placas informativas indicando a existência de guias e condutores de turismo conhecedores da fauna, flora e cultura regionais, agregando assim valores ao seus serviços.

No entanto, para uma possível efetividade destas ações, faz-se necessário que os guias e condutores de turismo possam ser capacitados, buscando uma aprendizagem significativa e uma conduta pró ambientais, que transforme suas práticas profissionais, através de uma reflexão crítica de suas atuações, pressupostos básicos da educação permanente.

Novos trabalhos são sugeridos a partir deste estudo, visando analisar, por exemplo, se houve mudança na forma que os guias e condutores percebem o meio em que vivem, após a capacitação dada à eles. Além disso, sugere-se que seja analisada as percepções que os turistas, acostumados à outros tipos de paisagens, sentem ao conhecerem a paisagem do Jalapão.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.R.; MORAES, F.E.R.; MALHEIROS, T.M.M.; SOUZA, J.B.M.L. **Planejamento Ambiental: Caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum. Uma necessidade, um desafio.** 2ª ed. Rio de Janeiro: 1999.

ANTÔNIO, D.G.; GUIMARÃES, S.T.L. Água: sua representação oceânica e fluvial. **Revista OLAM Ciência e Tecnologia.** Ano VII, v. 7, n.1, p. 926-931. Rio Claro, SP, Maio/2007.

ARAÚJO, S.M.S; SILVA, E.L. Ecoturismo, desenvolvimento sustentável e planejamento: política brasileira e potencialidades do Sertão Paraibano. **Caderno Virtual de Turismo.** v. 6, n. 3. 2006.

ARAUJO, M.J.A. Projeto Rede Jalapão. In: **SEMINÁRIO SOBRE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO JALAPÃO**, I, 2007, Palmas. Anais. Palmas, 2007.

BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: um manual prático.** Tradução: Pedrinho A Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BESSERMAM, S. A Lacuna das Informações Ambientais. In: TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** 4ª. ed. Campinas. SP. 2005.

BEZERRA, N.A.P; SILVA, V.G. A representação social de meio ambiente: interface da comunicação e a educação ambiental em face à sustentabilidade do turismo em Mateiros – Tocantins. In: **SEMINÁRIO SOBRE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO JALAPÃO**, I, 2007, Palmas. Anais. Palmas, 2007.

BIKLEN, S.; BOGDAN, R. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto Editora; Porto, 1994.

BONATTO, F.; FERREIRA, M.N.; FIGUEROA, F.H.V. Efetividade de gestão da Área de Proteção Ambiental Jalapão. In: **SEMINÁRIO SOBRE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO JALAPÃO**, I, 2007, Palmas. Anais. Palmas, 2007.

BRASIL, Casa Civil. **Lei n. 8.623, de 28 de janeiro de 1993.** Regulamenta a profissão de guia de turismo. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8623.htm>> Acesso em: 13 de novembro de 2007.

BRASIL, MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**, 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>> Acesso em: 15/09/2006.

BRASIL, Presidência da República. **Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências.

BRITO, F.A.; CÂMARA, J.B.D. **Democratização e gestão ambiental:** em busca do desenvolvimento sustentável. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BURSZTYN, M. Meio ambiente e interdisciplinaridade: desafios ao mundo acadêmico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 67-76, jul./dez. Editora: UFPR. 2004.

BUTZKE, I. C. Percepção e educação ambiental como meios para a participação comunitária e a prática da cidadania nos processos de gestão ambiental. In: **Revista de estudos ambientais**. v. 5. n. 2 e 3. IPA/FURB: maio/dezembro, 2003.

CABRAL, N.R.A.J.; SOUZA, M.P. **Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas.** 2ed. São Carlos: RiMa, 2005.

CARMIGNOTTO, A.P. Biodiversidade. In: **SEMINÁRIO SOBRE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO JALAPÃO**, I, 2007, Palmas. Anais. Palmas, 2007.

CARNEIRO, B.M. A sustentabilidade da paisagem e a gestão da malha viária no entorno do Parque Estadual do Jalapão, uma análise ambiental. In: **SEMINÁRIO SOBRE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO JALAPÃO**, I, 2007, Palmas. Anais. Palmas, 2007.

CASTELLO, L. *Environmental psychology and environmental policy: strategies for the construction of the future.* **Revista de Psicologia USP**, v.16, n.1-2, p.223-236, 2005.

CHIMENTI, S.; TAVARES, A.M. **Guia de turismo:** o profissional e a profissão. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

CONTI, J.B. Ecoturismo: Paisagem e Geografia. In: RODRIGUES, A.B. (org.). **Ecoturismo no Brasil:** possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003.

CORREA, S.A.; OLIVEIRA, S.F.; MARIN, A.A. Apropriação do espaço e percepção ambiental dos moradores do entorno do Parque Nacional da Serra de Caldas, na cidade turística de Caldas Novas/GO. **Revista Olam Ciência e Tecnologia**. Ano VI, v. 6, n. 2, p. 59-82. Dez./2006.

COSTA FERREIRA, L. Idéias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n.10, p. 77-89, editora UFPR, jul./dez. 2004.

DEL RIO, V. Cidade da Mente, Cidade Real: percepção ambiental e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.) **Percepção Ambiental:** a experiência brasileira. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DELGADO, Jesus. A interpretação ambiental como instrumento para o ecoturismo. In: SERRANO, Célia (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000. (Coleção Tours).

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª ed. – São Paulo: Atlas, 1995.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DUTRA, V.C.; SENNA, M.L.G.S.; FERREIRA, M.N.; ADORNO, L.F. Caracterização do perfil e da qualidade da experiência dos visitantes no Parque Estadual do Jalapão, Tocantins. In: **SEMINÁRIO SOBRE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO JALAPÃO**, I, 2007, Palmas. Anais. Palmas, 2007.

FERREIRA, M.N.; REIS, E.S.; ADORNO, L.F.M. Caracterização dos impactos do uso público no Parque Estadual do Jalapão. In: **V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, 2007, Foz do Iguaçu. Anais do V Congresso Brasileiro de Conservação. Curitiba: Fundação O Boticário, 2007.

FIALHO, F. A. P. **Ciências da Cognição**. Florianópolis: Editora Insular, 2001.

FIORI, A. **Percepção ambiental como instrumento de apoio de programas de educação ambiental da Estação Ecológica de Jataí, (Luiz Antônio, SP)** 2006. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, São Paulo, 2006.

FRANCO, A.C.; MARQUES, P.G.; SANTOS, S.; ARAÚJO, T.; OLIVEIRA, M.A.A. O monitor e o guia de ecoturismo: um conflito ou uma parceria? **Revista Unibero de Turismo e Hotelaria**. 2003. Disponível em: <[http://www.unibero.edu.br/nucleosuni\\_cadpcientur\\_mar03.asp](http://www.unibero.edu.br/nucleosuni_cadpcientur_mar03.asp)> Acesso em: 15 de novembro de 2007.

GIULIANI, G. M. Sociologia e Ecologia: um diálogo reconstruído. **Revista Dados**. v. 41, n. 1, Rio de Janeiro, 1998.

GÜNTHER, H. A Psicologia Ambiental no campo interdisciplinar de conhecimento. **Psicologia USP**, v. 16, n.1/2, p. 179-183, 2005

HANAI, F.Y; SILVA-NETO, J.P. Instalações ecoturísticas em espaços naturais de visitação: meios para propiciar a percepção e a interpretação ambientais. **Revista Olam Ciência e Tecnologia**. Ano VI, v. 6, n. 2, p. 200-223. Dez-2006.

IGNARRA, L.R. **Planejamento turístico municipal: um modelo brasileiro**. São Paulo, CTI Edições Técnicas, 1991.

IRVING, M.A., AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KOHLSDORF, M. E. Brasília em três escalas de percepção. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.) **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Enddlich Orth. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

LIMA, M.L.C. (Eco) turismo em unidades de conservação In: RODRIGUES, A.B. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

LINDBERG, K; HAWKINS, D.E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. Tradução: Leila Cristina de M. Darin. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.

LOPES, S.F.; SANTOS, R.J. Observação de aves: do ecoturismo à educação ambiental. **Revista Caminhos de Geografia**. v. 7 n. 13. pág. 103-121. Out/2004.

MACHADO, A. **Ecoturismo: um produto viável**. A experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005.

MATAREZI, J. Despertando os sentidos da educação ambiental. **Revista Educar**. Curitiba, n. 27, p. 181-199, 2006.

MENEZES, N.C.J. **História e turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MERLEAU-PONTY, M. **A fenomenologia da percepção**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MONTENEGRO, I.R.P. **Turismo e Urbanização: Gestão de impactos no litoral de Aquiraz-CE**. Dissertação de Mestrado. Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará. 2004.

MORAES, W. **Capacitação de profissionais**. v. 3, Série Ecoturismo. Viçosa: UFV, 2000.

MORAIS, A. C. R. **Geografia: Pequena história crítica**. 15 ed. São Paulo: Hicitéc, 1997.

MOSER, G. Psicologia Ambiental e estudos pessoas-ambiente: que tipo de colaboração multidisciplinar. **Revista Psicologia USP**, v. 16, n.1/2, p. 179-183, 2005.

MUSA, C.I. **Meio ambiente e religião: uma leitura a partir das denominações religiosas cristãs da sub-bacia do Ribeirão Araranguá**. Dissertação de Mestrado.

Universidade Regional de Blumenau. Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental. Blumenau, 2005.

NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins. **Unidades de Conservação no Estado do Tocantins**. Disponível em: <[www.to.gov.br/naturatins/modulos/protintegral/index.php](http://www.to.gov.br/naturatins/modulos/protintegral/index.php)>. Acesso em: 19 de janeiro de 2008.

NEATUS – Núcleo de Estudos Estratégicos e Avaliação Ambiental em Turismo Sustentável. **Relatório Final do Projeto Turismo no Parque Estadual do Jalapão**. Palmas, 2007.

NOGUEIRA, A.R.B. Geografia, Ciência do Complexus: Ensaio transdisciplinares. (org. Aldo Dantas da Silva e Alex Galeno), Porto Alegre: Sulina, 2004.

OLIVEIRA, L. Percepção e representação do espaço geográfico. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.) **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

PALMA, D. **Fotógrafos viajantes, mediação e experiência**. XVI Encontro da Compôs, Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, PR. Jun. 2007. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_200.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_200.pdf)> Acesso em: 15 de dezembro de 2007.

PALMA, I.R. **Percepção Ambiental dos usuários em relação ao Parque Farroupilha**. Centro Universitário La Salle – UNILASALLE. Porto Alegre. 2004. Disponível em: <<http://giga.ea.ufrgs.br/Artigos/Parque%20Farroupilha.PDF>>. Acesso em: 31 de agosto de 2005.

PIMENTA, C. **Apontamentos breves sobre complexidade e interdisciplinaridade nas Ciências Sociais**. Faculdade de Economia da Universidade de Porto. Cátedra Humanismo Latino – Portugal. 2005. Disponível em: <<http://humanismolatino.online.pt/v1/pdf/CompleBrasil.pdf>>. Acesso em: 15 de setembro de 2007.

PINHEIRO, E. S. **Percepção Ambiental e atividade turística no Parque Estadual do Guartelá – Tibagi, PR**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curso de Pós-graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Departamento de Geografia. Curitiba, 2004.

RAPOSO, A.; CAPELLA, M.; SANTOS, C.C. **Turismo no Brasil: um guia para o guia**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2002.

RODRIGUEZ, J. M. M., SILVA, E. V. **A classificação das paisagens a partir de uma visão geossistêmica**. Universidade de Havana e Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Revista de Geografia da UFC, ano 01, 2002.

RUSCHMANN, D. **Turismo no Brasil**. Análise e Tendências. São Paulo: Manole, 2002.

SALES, A.M.M; ASSIS, L.F. Turismo e ensino de geografia: um diálogo possível. **Revista Geografia**. Universidade Estadual de Londrina. Departamento de Geociência. v. 15, n.1, jan./jun. 2006.

SANSOLO, D. G.; CAVALHEIRO, F. Geografia e Educação Ambiental. In: SANTOS, J. E.; SATO, H. **A contribuição da Educação Ambiental e a esperança de Pandora**. São Carlos: Rivera, 2001.

SANTOS, C. Imagem turística: uma introdução ao entendimento espacial do turismo. **Revista Unibero de Turismo e Hospitalidade**. Mai/2004. Disponível em: <<http://www.unibero.edu.br/download/revistaturismo/Marco04/Imagem%20tur%EDstica%20-%20uma%20introdu%E7%E3o%20ao%20entendimento%20espacial%85.pdf>> Acesso em: 12 de novembro de 2007.

SANTOS, E.G.; ARMOND, F.N.; NUNES, I.H.; SENNA, M.L.G.S.; PARENTE, T.; MORAES, P.B; RODRIGUES, W. Sustentabilidade e Desenvolvimento Local: A comunidade de Mumbuca e o turismo da região do Jalapão. **Revista Olam Ciência e Tecnologia**. v. 7; n. 3, p. 242-261, Dezembro, 2007.

SARAIVA, F. Considerações acerca da pesquisa em geografia física aplicada ao planejamento ambiental a partir de uma perspectiva sistêmica. **Revista RA'E GA**, n. 9, p. 83-93, Editora UFPR, Curitiba, 2005.

SATO, M. Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2001, Rio Claro: UNESP, USP e UFSCar. **Anais...** 2001.

SAUVÉ, L.; BARBA, A.T.; SATO, M.; CASTILLO, E. **La educación ambiental: una relación constructiva entre la escuela y la comunidad**. Edamaz e Uqam, Montreal, Canadá, 2000.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, mai./ago. 2005.

SENN, M.L.G.S.; MAGALHÃES, H.G.D. Os mitos dos Fervedouro no Jalapão/TO. In: **SEMINÁRIO SOBRE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO JALAPÃO**, I, 2007, Palmas. Anais. Palmas, 2007.

SEPLAN, Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. **Diagnóstico e Análise Preliminar do Potencial Ecoturístico da Região do Jalapão**, 2001. Disponível em: <[www.seplan.to.gov.br](http://www.seplan.to.gov.br)> Acessado em: 15 de junho de 2006.

SEPLAN, Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão – PEJ**, 2003. Disponível em: <[www.seplan.to.gov.br](http://www.seplan.to.gov.br)> Acessado em: 15 de junho de 2006.

SERPA, A. Por uma Geografia das Representações Sociais. **Revista Olam Ciência & Tecnologia**. v. 5, n.1, p. 220-232, Maio 2005.

SERRANO, Célia (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000. (Coleção Tours).

SCHIMIDT, I. B. **Etnobotânica e Ecologia populacional de *Syngonanthus nitens*: sempre viva utilizada para artesanato no Jalapão, Tocantins**, 2005. Dissertação de mestrado em Ecologia da Universidade de Brasília. Brasília: 2005

SILVA, F.R.; FONTES, M.A.L.; LUTTERBACH, A.A.; SILVA JR., W.M. Guia didático para intérpretes/educadores da 'Trilha do lobo' da Fundação Zôo-botânica de Belo Horizonte-MG. **Revista de biologia e Ciências da Terra**. Ano/vol. 6, n. 2, Campina Grande, Brasil, 2006.

SOARES, Marcelo. Impactos do turismo: os efeitos do ecoturismo em unidades de conservação. **Revista Coordenadas: turismo e gerenciamento**. v. 2, n. 2, março/julho/novembro de 2007.

SOUZA, M.R. A "fabricação do estranho" em antropologia e psicanálise (notas para um diálogo intertextual). **Revista Psychê**. Ano X, n. 19, São Paulo, set-dez/2006.

SPINK, M.J.P.; GALINDO, D.; CANAS, A.; SOUSA, D.T. Onde está o risco? Os seguros no contexto do turismo de aventura. **Revista Psicologia e Sociedade**. v. 16, n. 2, pág. 81-89. Mai./ago. de 2004.

SPINK, M.J.P.; ARAGAKI, S.S.; ALVES, M.P. Da exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza: contrastando esportes radicais e turismo de aventura. **Revista Psicologia: reflexão e crítica**. v. 18. n. 1, pág. 26-38. 2005

TERRA-BRASIL. **Padrão de Conduta Ambiental**: com base na NBR 14.001. Dispõe sobre as regras de visitação do Parque Nacional da Tijuca. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/SGA/conduta/padraoindu.pdf>> . Acesso em: 30 de janeiro de 2008.

THEOBALD, W. F. (org.) **Turismo Global**. Tradução Ana Maria Capovilla, Marai Cristina Guimarães Cupertino, João Ricardo Barros Penteado. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

TOCANTINS. Assembléia Legislativa do Tocantins. **Lei n. 1.560**, de 05 de abril de 2005. Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Disponível em: <[http://www.seplan.to.gov.br/site/dma/areas\\_protegidas/seuc.pdf](http://www.seplan.to.gov.br/site/dma/areas_protegidas/seuc.pdf)> Acesso em: 15/09/2006.

TOCANTINS. Assembléia Legislativa do Tocantins. **Lei n. 1.172**, de 31 de julho de 2000. Dispõe sobre a criação da unidade de conservação ambiental denominada APA-Jalapão. Disponível em: <[http://www.al.to.gov.br/arq/AL\\_arquivo/7418\\_Lei1172\\_00c.pdf](http://www.al.to.gov.br/arq/AL_arquivo/7418_Lei1172_00c.pdf)>. Acesso em: 31 de novembro de 2007.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

\_\_\_\_\_ **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VASCONCELOS, J.M.O. Interpretação ambiental. In: Mitraud, S. **Manual do ecoturismo de base comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

VON-BEHR, M. **Jalapão:** Sertão das Águas. São José dos Campos, SP: Somos Editora, 2004

WELLS, M., BRANDON, K., HANNAH, L. ***People and parks: linking protected area management with local communities.*** Washington. D.C: The World Bank, 1992. apud LINDBERG, K., HAWKINS, D. E. Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão. 3ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

WTO – World Tourism Organization. **Davos Declaration:** Climate change and Tourism – Responding to global challenges. Disponível em:  
< <http://www.unwto.org/media/news/en/features>>. Acesso em: out. 2007.

ZACCHI, G.F. Turismo ecológico e ecoturismo: diferenças e princípios éticos. **Revista Diálogos e Ciência.** Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana. Ano II, n. 4, jun. 2004.

## APÊNDICE 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
NEATUS – Núcleo de Estudos em Turismo



FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO – FBPN

### ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO – PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Foi percebido a presença de um guia?

Sim  Não

Houve alguma atitude por parte de algum turista que gerou algum impacto ecológico negativo durante o roteiro?

Não  Sim, Em caso positivo o guia:  percebeu e orientou o turista para evitar ações futuras  
 percebeu, mas não orientou o turista.  
 não percebeu a ação

Houve alguma atitude por parte de algum turista que gerou algum impacto cultural negativo durante o roteiro?

Não  Sim, Em caso positivo o guia:  percebeu e orientou o turista para evitar ações futuras  
 percebeu, mas não orientou o turista.  
 não percebeu a ação

Foi informado que estamos em um Parque Estadual?

Sim  Não

Foi informado dados sobre os cuidados com algum tipo da fauna ou flora local?

Sim  Não

Foi feita alguma analogia de valor da fauna ou da flora com espécies exóticas?

Não fez  Valorizando  Desvalorizando

Foi feita alguma analogia de valor místico?

Não fez  Valorizando  Desvalorizando

Foi falado sobre a cultura da localidade?

Sim  Não

Os resíduos são deixados na localidade?

Sim  Não

Foi realizada alguma atividade de educação ambiental com o grupo?

Sim  Não

O guia se mostrou preocupado com os impactos ambientais evidentes na região?

Sim  Não

Em caso positivo, explicou que era decorrência de:

Ação antrópica  Desgaste natural  Não soube explicar  Outros

Sobre a limitação no acesso à alguns atrativos, o guia se mostrou:

Satisfeito, por considerar necessário para preservação local  
 Insatisfeito, por considerar que restringe o número de turista e consequentemente o produto vendido

Sobre as condições das estradas que levam aos atrativos, o guia considera que a vinda do asfalto seria:

Ótimo, por aumentar o fluxo turístico  
 Ruim, pela falta de estrutura em receber estes turistas

O grupo estava atento as orientações do guia?

Sim  Não

Qual o nível de atenção que os membros do grupo tiveram diante das explanações do guia?

Baixo  Médio  Alto

Por quê?

O guia fala baixo  
 O guia fala muito rápido  
 O guia fala muito lento  
 O guia usa termos muito técnicos  
 Usa palavras regionais desconhecidas  
 Não responde as nossas curiosidades  
 Não apresenta interesse em nossas afirmações  
 O guia atendeu a necessidades dos turistas

Isso influenciou no roteiro:

Positivamente  Negativamente

Os turistas seguiram as orientações do guia?

Sim  Não

O grupo teve o devido cuidado com os dejetos produzidos no roteiro?

Sim  Não

Algum turista questionou sobre o que é o PEJ?

Sim  Não

A interação guia/turista foi satisfatória?

Altamente satisfatória  Parcialmente satisfatória  Não-satisfatória

## APÊNDICE 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
NEATUS – Núcleo de Estudos em Turismo



FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO – FBPN

### QUESTIONÁRIO TURISTAS

Para cada afirmação abaixo marque **UMA** alternativa que melhor descreve a sua opinião:

#### I - Perfil Turista

- 1.1 - Nome: \_\_\_\_\_
- 1.2 – Telefone / E-mail: \_\_\_\_\_
- 1.3 - Idade: ( ) 15 a 20anos ( ) 21 a 30 anos ( ) 31 a 40 anos ( ) 41 a 50 anos ( ) Mais de 51 anos
- 1.4 - Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
- 1.5 – Cidade/Estado onde mora: \_\_\_\_\_
- 1.6 – Escolaridade: ( ) 1º grau incompleto ( ) 1º grau completo ( ) 2º grau incompleto ( ) 2º grau completo ( ) 3º grau incompleto ( ) 3º grau completo – Curso: \_\_\_\_\_ ( ) Pós-graduação – Curso: \_\_\_\_\_
- 1.7 – Desde quando você visita o Jalapão? ( ) 1ª Vez ( ) Há 2 anos ( ) Entre 3 e 4 anos ( ) Entre 5 e 10 anos ( ) Mais de 10 anos
- 1.8 – Costuma visitar outros parques ou áreas naturais? ( ) Sim ( ) Não  
Caso positivo: ( ) Sempre acampa ( ) As vezes acampa ( ) Nunca acampa
- 1.9- Tamanho do grupo: ( ) Está sozinho ( ) 2 – 4 pessoas ( ) 5 a 10 pessoas ( ) Mais de 10 pessoas
- 1.10 – Quantos dias pretende ficar na região do Jalapão?  
( ) 2 a 3 dias ( ) 4 a 5 dias ( ) 6 a 7 dias ( ) 7 a 10 dias ( ) Mais de 11 dias  
Está acampado? ( ) Não ( ) Sim, local: \_\_\_\_\_

#### II – Concepções de Meio Ambiente:

- 2.1 – A partir das fotos apresentadas, caracterize a que melhor represente Meio Ambiente para você: (Vide fotos)
- ( ) Ambiente como natureza para ser apreciado, respeitado e preservado.  
( ) Ambiente como recurso para ser gerenciado.  
( ) Ambiente como um problema para ser resolvido.  
( ) Ambiente como um lugar para se viver para conhecer e aprender sobre, planejar e cuidar.  
( ) Ambiente como biosfera onde devemos viver juntos no futuro  
( ) Ambiente como projeto comunitário onde somos envolvidos

Por que?

---



---

#### III – Educação Ambiental - EA:

- 3.1 – Você sabe o que é educação ambiental – EA? ( ) Sim ( ) Não
- 3.4 – Você teve alguma orientação de EA neste roteiro turístico?: ( ) Sim ( ) Não
- 3.5 – Em caso afirmativo, que atividades foram desenvolvidas em EA?

---



---

#### IV – Impactos Ambientais:

- 4.1 – Você percebe algum tipo de impacto ambiental na região do Jalapão?  
( ) Sim ( ) Não
- 4.2- Assinale abaixo os itens que foram percebidos por você durante o roteiro:
- ( ) Dejetos (fezes) em locais inadequados ( ) Árvores cortadas e/ou danificadas ( ) Lixos deixados pelos visitantes  
( ) Atalhos e trilhas secundárias criadas por visitantes ( ) Trilhas mal mantidas e com erosão ( ) Atrativos com muitos visitantes  
( ) Resto de fogueiras deixadas no acampamento ( ) Barulho provocado por visitantes ( ) Queimadas  
( ) Outros impactos (especificar): \_\_\_\_\_

**V – Parque Estadual do Jalapão- PEJ:**

5.1 - Como você via o Jalapão antes de conhecê-lo?

- Lugar selvagem                       Lugar paradisíaco                       Lugar adequado para práticas esportivas  
 Ambiente frágil                       Lugar tranquilo, próprio para relaxar                       Outro (especificar): \_\_\_\_\_

5.2 – Houve alguma mudança no seu olhar sobre o Jalapão após o roteiro? (Com base na questão 5.1)

- Não                       Sim, quais? \_\_\_\_\_

5.3 – Para você, para que serve um Parque Estadual? E por que implanta-lo aqui na região?

---

---

**VI- Guia Turístico:**

6.1 – Está viajando com guia/conductor turístico?

- Sim                       Não

6.2 – Em caso afirmativo, como conheceu o guia/conductor?

---

---

6.3 – Qual a sua impressão sobre a necessidade ou não de um guia turístico?

---

---

6.2 - Em caso negativo, como está se guiando?

- Mapas                       Placas indicativas                       GPS  
 Amigos                       Moradores                       Já conhecia  
 Outros (especificar): \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
NEATUS – Núcleo de Estudos em Turismo



FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO – FBPN

## QUESTIONÁRIO GUIAS/CONDUTORES DE TURISMO

Para cada afirmação abaixo marque **UMA** alternativa que melhor descreve a sua opinião:

**I - Perfil Guia/Condutor Turístico**

1.1

Nome: \_\_\_\_\_

1.2 – Telefone / E-mail: \_\_\_\_\_

1.3 - Idade: ( ) 15 a 20anos ( ) 21 a 30 anos ( ) 31 a 40 anos ( ) 41 a 50 anos ( ) Mais de 51 anos

1.4 - Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino

1.5 – Cidade/Estado onde mora: \_\_\_\_\_

1.6 – Escolaridade: ( ) 1º grau incompleto ( ) 1º grau completo ( ) 2º grau incompleto ( ) 2º grau completo

( ) 3º grau incompleto ( ) 3º grau completo – Curso: \_\_\_\_\_ ( ) Pós-graduação – Curso: \_\_\_\_\_

1.7 – A quanto tempo trabalha como guia: ( ) Menos de 1 ano ( ) 1 a 2 anos ( ) 2 a 3 anos ( ) 4 a 5 anos ( ) Mais de 5 anos

1.8 - Formação: ( ) Guia cadastrado Embratur ( ) Condutor Turístico Curso Sebrae/Senac

( ) Condutor Turístico – sem curso ( ) Outros (especificar): \_\_\_\_\_

1.7 – Periodicidade das saídas:

Alta temporada: ( ) 2x por semana  
 ( ) 1x por semana  
 ( ) Quinzenalmente  
 ( ) 1x por mês  
 ( ) Trimestralmente  
 ( ) Semestralmente

Baixa temporada: ( ) 2x por semana  
 ( ) 1x por semana  
 ( ) Quinzenalmente  
 ( ) 1x por mês  
 ( ) Trimestralmente  
 ( ) Semestralmente

**II – Concepções de Meio Ambiente:**

2.1 – A partir das fotos apresentadas, caracterize a que melhor represente Meio Ambiente para você: (Vide fotos)

- ( ) Ambiente como natureza para ser apreciado, respeitado e preservado.  
 ( ) Ambiente como recurso para ser gerenciado.  
 ( ) Ambiente como um problema para ser resolvido.  
 ( ) Ambiente como um lugar para se viver para conhecer e aprender sobre, planejar e cuidar.  
 ( ) Ambiente como biosfera onde devemos viver juntos no futuro  
 ( ) Ambiente como projeto comunitário onde somos envolvidos

Por que?

---



---



---

**III – Educação Ambiental - EA:**

3.1 – Para você, o que é Educação Ambiental e como aplica-la no Jalapão?

---



---

3.2 - Realiza alguma atividade de EA nos roteiros turísticos?: ( ) Sim ( ) Não

Por

que?

---



---

3.3 – Em caso afirmativo, que atividades foram desenvolvidas em EA?

---



---

3.4 – Em caso afirmativo, quais as fontes que você utilizou para obter informações sobre as ações de EA? (Formação da visão em EA)

( ) Biblioteca ( ) Orientação Técnica (cursos) ( ) Livros didáticos ( ) Jornais  
 ( ) Revistas ( ) Internet ( ) Outros: \_\_\_\_\_

3.5 – Em caso afirmativo, que recursos utiliza na prática em EA?

( ) TV – vídeos ( ) Encartes ( ) Informações discursivas ( ) Fotos ( ) Outros: \_\_\_\_\_

3.6 – Em caso afirmativo, qual é a reação dos turistas quando você realiza alguma atividade de educação ambiental?

---



---



---

#### IV – Parque Estadual do Jalapão- PEJ:

4.1 - Como você vê o Jalapão?

( ) Lugar selvagem ( ) Lugar paradisíaco  
 ( ) Lugar adequado para práticas esportivas ( ) Ambiente frágil  
 ( ) Lugar tranquilo, próprio para relaxar ( ) Outro (especificar): \_\_\_\_\_

4.2 – Para você, para que serve um Parque Estadual? E por que implanta-lo aqui na região?

---



---



---

4.3 – Para você o que há de melhor e pior no PEJ?

Melhor: \_\_\_\_\_

Pior: \_\_\_\_\_

4.5 - Qual é a sua expectativa com o fluxo turístico quando os atrativos do PEJ forem desapropriados e assumidos pelo NATURATINS?

---



---



---

#### V – Sobre o Roteiro:

5.1 - Você orienta os turistas sobre normas de condutas dentro do PEJ? ( ) Sim ( ) Não

5.2 - Você passa informações sobre a região (fauna, flora, vegetação etc...) para o turista?

( ) Sim ( ) Não, Porque? \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 4

### REPRESENTAÇÃO DAS FOTOS

AS FOTOS REPRESENTAM OS LOCAIS QUE VOCÊ VISITA. Questionário no \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

#### Comentários sobre as fotos 1 – 2 – 3 – 4 e 5.

O que você mais valoriza numa paisagem? O que as paisagens a seguir representaram para você?

Foto 1: Cachoeira da Velha: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Foto 2: Cachoeira da Formiga: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Foto 3: Fervedouro: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Foto 4: Dunas: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Foto 5: Associação das artesãs de Capim Dourado do Mumbuca: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### Comentários sobre as fotos: 6 – 7 – 8 – 9 e 10

O que você percebe nas fotos a seguir? O que você sentiu vendo a paisagem?

Foto 6: Cachoeira da Formiga \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Foto 7: Cachoeira da Velha \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Foto 8: Fervedouro e Cachoeira da Formiga 6: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Foto 9: Dunas \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### Comentários sobre a foto: 10

Como você vê e entende essa construção?

Foto 10: Cachoeira da Velha \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### Comentários sobre a foto 11 e 12:

Comente sobre as fotos:

Foto 11: Sinalização Turística \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Foto 12: Operação Turística (Operadoras) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_